



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 1978

Presidente: Ex.º Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.º Srs. Alfredo Pinto da Silva

José Gonçalves Sapinho

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Prosseguiu o debate sobre o Programa do IV Governo Constitucional, registando-se intervenções, além das dos Srs. Ministros da Agricultura e Pescas (Vaz Portugal), dos Negócios Estrangeiros (Freitas Cruz) e do Adjunto do Primeiro-Ministro (Álvaro Monjardino), dos Srs. Deputados José Júlio Ribeiro (PSD), Vítor Louro (PCP), António Reis (PS), Sá Machado (CDS), Zita Seabra (PCP), Rui Pena (CDS), Ângelo Correia (PSD), António Guterres (PS), Vital Moreira (PCP), Acácio Barreiros (UDP) e Aires Rodrigues (Indep.).

A diverso título, usaram também da palavra, além do Sr. Secretário de Estado das Pescas (João Albuquerque), os Srs. Deputados Lino Lima (PCP), Vítor Louro (PCP), António Campos (PS), Carvalho Cardoso (CDS), Monteiro de Andrade (PSD), Pedro Coelho (PS), Bento Gonçalves (PSD), Vital Moreira (PCP), Vilhena de Carvalho (PSD), Carlos Rabelo (CDS), Salgado Zenha (PS), Brás Pinto (Indep.), Meneres Pimentel (PSD), Coelho de Sousa (PSD), Rodolfo Crespo (PS), Aboim Inglês (PCP), João Lima (PS), Anatónio Vasconcelos (PSD), Teodoro da Silva (PSD), Alda Nogueira (PCP), Manuela Alegre (PS), Cunha Leal (PSD), Helena Roseta (PSD), António Guterres (PS) e Ângelo Correia (PSD), a alguns dos quais os oradores responderam.

Foi feita pelo Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) a apresentação, em nome do seu partido, de uma moção de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. Presidente encerrou a sessão à 1 hora e 10 minutos do dia seguinte.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 35 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.

Alfredo Fernando de Carvalho.

Alfredo Pinto da Silva.

Álvaro Monteiro.

António Barros dos Santos.

António Carlos Ribeiro Campos.

António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.

António Fernando Marques Ribeiro Reis.

António Jorge Moreira Portugal.

António Manuel Maldonado Gonelha.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Carlos Manuel da Costa Moreira.

Delmiro Manuel de Sousa Carreira.

Eduardo Ribeiro Pereira.

Etelvina Lopes de Almeida.

Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.

Fernando Reis Luís.

Fernando Tavares Loureiro.

Florêncio Quintas Matias.

Francisco António Marcos Barracosa.

Francisco Igrejas Caeiro.

Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.

Gualter Viriato Nunes Basílio.

Herculano Rodrigues Pires.

Jaime José Matos da Gama.

João Alfredo Félix Vieira Lima.

Joaquim Manuel Barros de Sousa.

José Gomes Fernandes.

Júlio Francisco Miranda Calha.

Ludovina das Dores Rosado.

Luís Filipe Nascimento Madeira.

Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Manuel Branco Ferreira Lima.

Manuel do Carmo Mendes.

Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.

Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.

Maria de Jesus Simões Barroso Soares.

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
Rui Paulo do Vale Valadares.
Teófilo Carvalho dos Santos.
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Amândio Anes de Azevedo.
Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
António Augusto Gonçalves.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António José dos Santos Moreira da Silva.
António Manuel Barata Portugal.
Arcanjo Nunes Luís.
Carlos Alberto Coelho de Sousa.
Fernando Adriano Pinto.
Francisco Braga Barroso.
Gabriel Ribeiro da Frada.
João António Martelo de Oliveira.
João Gabriel Soeiro de Carvalho.
João Lucílio Cacela Leitão.
João Manuel Ferreira.
Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
José António Nunes Furtado Fernandes.
José Gonçalves Sapinho.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Theodoro de Jesus da Silva.
Júlio Maria Alves da Silva.
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
Manuel Henrique Pires Fontoura.
Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
Mário Fernando de Campos Pinto.
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Ángelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
António Simões Costa.
Carlos Martins Robalo.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
José Manuel Cabral Fernandes.
José Manuel Macedo Pereira.
José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
Luís Esteves Ramires.
Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
António Joaquim Navalha Garcia.
António Marques Juzarte.
Cândido de Matos Gago.
Carlos Alfredo de Brito.
Carlos H. S. Abreu Inglês.
Custódio Jacinto Gingão.
Diamantino José Dias.
Domingos Abrantes Ferreira.
Eduardo Sá Matos.
Fernanda Peleja Patrício.
Francisco Miguel Duarte.
Fernando de Almeida Sousa Marques.
Georgette de Oliveira Ferreira.

Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
Jorge Manuel Abreu de Lemos.
José Cavalheira Antunes.
José Manuel da Costa Carreira Marques.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
José Rodrigues Vitoriano.
Lino Carvalho de Lima.
Manuel Duarte Gomes.
Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
Manuel do Rosário Moita.
Maria Alda Barbosa Nogueira.
Nicolau de Ascensão M. Dias Ferreira.
Severiano Pedro Falcão.
Vital Martins Moreira.
Vítor Henrique Louro de Sá.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.
António Poppe Lopes Cardoso.
Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 116 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Está na Mesa o projecto de lei n.º 161/I, do Sr. Deputado Teodoro da Silva, sobre recenseamento de emigrantes. Este projecto foi entregue na última reunião e requer, nos termos regimentais, o processo de prioridade e urgência com dispensa de baixa à Comissão.

Chegou também à Mesa o orçamento suplementar, já distribuído aos partidos, e que, se ninguém se opuser ao que nele vem exposto, se considera aprovado.

Pausa.

Como ninguém se opõe, está aprovado.

Na continuação do debate sobre o Programa do IV Governo Constitucional, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José Júlio Ribeiro.

O Sr. José Júlio Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O que em Portugal ainda acontece quanto à política no domínio da agricultura revela que a genuinidade de uma reforma agrária deverá constituir objectivo determinante de todos quantos procuram concorrer para a modernização do mundo rural e para a qualidade de vida dos camponeiros, através de transformações pacíficas, mas efectivas, tanto na designada zona de intervenção da Reforma Agrária, como no Norte e Centro, no litoral algarvio, na Madeira e nos Açores.

Depois do 25 de Abril, dia de renovação e livre reencontro dos Portugueses, um novo mal-estar agrário surgiu, por acção desmedida na zona de intervenção e por tendenciosa omissão em todo o resto do País.

Por acção, porquanto esta zona passou por transformações tais, que, em face da convulsão criada, acabou por absorver grande parte das disponibilidades financeiras que cabiam também, como mais elementar justiça, a outras regiões de igual modo carentiadas.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Isto, apesar de ser uma zona em que cerca de 90 % da população activa agrícola é constituída por assalariados rurais, sujeitos como estiveram às maiores privações e miséria, e dependentes da sazonalidade do trabalho em circunstâncias humilhantes. Proletários que naturalmente sentiam que mudar seria sempre melhorar. E nesta bem compreensível perspectiva que tinham de mudança, que teria sido plenamente alcançada se lhes fosse proporcionado trabalho efectivo em empresas válidas e adaptadas ao aproveitamento dos recursos naturais e humanos existentes, atingiu-se uma situação em que hoje estes trabalhadores rurais, aos perfazerem 5,4% da população activa agrícola do País, tiveram de ser privilegiados com 68,8 % do crédito agrícola de emergência. Deste montante foi facultado às explorações dos pequenos agricultores, que todos dizem defender, menos de 4,7 % e a outras formas de exploração 95,3 %, isto é, cerca de 7 milhões de contos. Apesar deste apoio, os trabalhadores, por razões que eles próprios não-de acabar por entender, se não as entendem já, não conseguiram obter uma produtividade do trabalho e da terra, pese embora a adversidade do clima e do solo, capaz de custear salários que possam solver as suas necessidades e aspirações actuais de assalariados que, não estando bem, estão melhor do que ontem mercê do crédito-subsídio, que, sendo pertença de todos os Portugueses, e não apenas de alguns, não permitiu que fosse evitada a situação económica agora vivida numa zona em que a Reforma Agrária para procurar resolver o problema do pleno emprego terá de recorrer à industrialização local, a outras formas de exploração da terra, ao máximo aproveitamento dos recursos naturais e ao equilíbrio da cultura extensiva com a diversificação de culturas.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No decurso de toda esta acção no Alentejo, e em cada um dos Governos Constitucionais, que número de hectares de terras expropriadas foram entregues e a quantos pequenos agricultores para aumentarem a dimensão física das suas empresas?

Por omissão, e flagrante contraste com a acção desenvolvida na zona de intervenção, subalternizou-se e lançou-se ao ostracismo, agora de maneira mais gravosa e deprimente, porque em democracia, cerca de 94,6 % dos agricultores que vivem do produto do trabalho obtido a partir de explorações agrícolas familiares, às quais foi possibilitado apenas 31,2 % do crédito agrícola de emergência, sabendo-se, como se sabe, que desta percentagem reduzida fatia terá sido utilizada pelos pequenos agricultores, avisados como estão da «funcionalidade e justeza» da política creditícia.

Os camponeses começam a desesperar, e é preciso que os Órgãos de Soberania atentem, com a maior luoidez, nos seus justos queixumes e que não se abuse da sua paciência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Razão por que se entende ser necessário tomar medidas governamentais imediatas, que acorram à situação da agricultura do Norte e Centro de modo que o 25 de Abril surja nos campos e não apenas nas cidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daí a indispensabilidade de se possibilitar uma razoável rendibilidade da exploração agrícola familiar, forma menos imperfeita e mais ajustada da utilização do trabalho na agricultura e da distribuição dos resultados económicos obtidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Consideradas as actuais circunstâncias sociais e económico-financeiras que a todos envolvem e que os democratas portugueses serão capazes de superar, limitamo-nos a referir apenas as medidas mais instantes com o sentido de acudir à dificilíssima situação dos agricultores e que é agravada pela comparação que fazem entre o seu modo de viver e trabalhar com o de outros sectores sócio-profissionais não agrícolas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Preços antecipados, aquando das sementeiras, pelo menos para os principais produtos agrícolas, para que os agricultores possam fazer contas ao seu futuro imediato e sejam receptivos às inovações culturais.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Política de crédito não hipotecária e pouco formalizada que permita uma razoável capacidade de tesouraria às pequenas explorações e concomitantemente possibilite um fundo de maneio às cooperativas de transformação, designadamente às adegas cooperativas, cooperativas leiteiras e de fruticultores;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... e a constituição de explorações agrícolas economicamente rendíveis e socialmente válidas; necessidade de bonificar os preços de adubos e sulfatos, para assim se poder corresponder ao tão solicitado e necessário aumento da produção; actualização do estatuto da agricultura de grupo adequado ao actual contexto legislativo e institucionalização prática de uma rede experimental de centros de gestão; aproveitamento e maximização dos serviços de vulgarização agrícola e assistência técnica, até porque os camponeses são, sem dúvida, extraordinariamente sensíveis aos problemas de formação profissional.

Medidas estas que de algum modo atenuariam o avaro apoio prestado à agricultura de minifúndio de-

pois do 25 de Abril. Até porque seria pecaminoso prosseguir a política agrária do divisionismo — «dividir para reinar» — aprofundador da heterogeneidade fundiária e humana existente entre os camponeses do Norte e Centro e os assalariados rurais que predominam no Sul, e entre estes e os pequenos agricultores alentejanos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como foi possível ao Governo esquecer este grave dualismo e nada objectivar para o diluir? Perante tal desfasamento, como tenciona procurar atingir o reequilíbrio agrário português?

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É no sentido de uma estratégia de desenvolvimento capaz de aumentar as capacidades humanas e de diminuir a pobreza generalizada, o desemprego, o subemprego e as flagrantes desigualdades que se tecem alguns comentários a um Programa de Governo que, quanto ao sector da agricultura, é parco de criatividade.

E começamos por retirar que, se por um lado «coloca indiscutivelmente em primeira prioridade o aumento da produção de produtos agrícolas e alimentares» (p. 87), por outro o sector das Finanças e Plano quase que generaliza, pois já considera apenas que «a agricultura será um dos sectores prioritários da política de desenvolvimento» (p. 28). Em face destas não de todo coincidentes expressões, é legítimo admitir como dúvida a opção que o Governo tomará em face de uma actividade económica fundamental e intimamente ligada com todo o processo de desenvolvimento global — a agricultura — que consubstancia o maior e mais empobrecido sector sócio-profissional do País — os agricultores. Razão por que se terá de ficar na expectativa de que os próximos Orçamento e Plano concretizem, sem rebuço, a imprevisível primeira prioridade a atribuir à agricultura.

Cabe sublinhar a «criação de programas regionais de desenvolvimento», o que faz destacar a necessidade do aproveitamento de regiões como a do Vouga, veiga de Chaves, Vale da Vilarica, Cova da Beira e também zonas diminuídas de montanha e aquelas que se caracterizam pelas evidentes potencialidades vitivinícolas, como as da Bairrada, Pinhel, Torres Vedras, Bombarral, Cartaxo, Vidigueira e Lagoa, que tanto poderão acrescer o volume e a qualidade das exportações e diluir o deficit da balança comercial, até porque a orientação vinícola da CEE aponta para «vinhos de qualidade produzidos em regiões determinadas».

Já porque tem sido um assunto suscitado e que se arrasta na Assembleia da República desde 28 de Janeiro de 1977, que enormes obstáculos se deparam ao Governo e se opõem a uma política vitivinícola global, que inclua a oficialização de novas regiões demarcadas produtoras de vinhos com certificado de origem? E em face de um recrudescimento da procura de porta-enxertos, como tenciona o Governo intervir no sentido de poder orientar a reconversão de novas vinhas?

Para além do problema da oficialização de regiões demarcadas produtoras de vinho, outros há que se prendem com o Programa do Governo. Qual seja a

cultura e industrialização da beterraba açucareira e/ou forrageira, actividades que, podendo contribuir para o aumento das receitas dos agricultores, proporcionariam novos postos de trabalho e melhorariam as condições de vida nas aldeias. Porém, e apesar do considerado êxito dos ensaios já realizados, continua este assunto por esclarecer, depois de ter sido tratado na Assembleia da República a partir de 6 de Maio de 1977, bem como a situação em que se encontram os trabalhos preparatórios para a instalação de uma unidade de produção de beterraba açucareira.

Dado que o não esclarecimento destes factos não credibiliza ninguém, que tem feito prolongar *sine die* a expansão e industrialização da beterraba, cujo aproveitamento de subprodutos, como a polpa, folhas e melaços, obstariam, pelo menos parcialmente, à importação de concentrados para o gado?

Outra questão já levantada na Assembleia da República que se prende com a política de crédito e que, tal como a anterior, tem dado origem a rumores que se presume infundamentados, é a que se relaciona com o facto de Portugal ter assinado em 22 de Outubro de 1976, com os Estados Unidos, um acordo relativo à importação de produtos agrícolas ao abrigo da Public Law 480. Com base neste acordo, o Governo Português obriga-se, designadamente, a aplicar os correspondentes montantes «para o progresso nas áreas rurais pobres e na possibilidade de fazer os pobres participar activamente em crescente produção agrícola através da agricultura de pequena dimensão». Convicto de que este Governo responderá com clareza ao requerimento formulado em Março de 1978, nesta altura importaria saber como foram aplicadas durante o corrente ano as importâncias correspondentes ao Public Law 480.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De quanto tempo necessita o Governo para facultar um *dossier*, tão completo quanto possível do processo da Public Law 480, em que se especifique como foi feita, a partir de 1976, a distribuição anual dos respectivos auxílios monetários, pormenorizando a que formas de explorações agrícolas, instituições, organizações, entidades, associações, actividades e zonas do País?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No entender do Governo os referidos auxílios monetários têm sido ou não, no todo ou em parte substancial, utilizados conforme o acordo estabelecido?

O comportamento, face ao Governo, será influenciado pelas respostas obtidas dada a importância que atribuímos às questões em causa, suficientemente capazes de diluir a pobreza de algumas zonas críticas de Portugal.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ainda que salpicada de uma ou outra intervenção mais acalorada e emotiva, indispensável a um debate parlamentar, tal como tem decorrido esta discussão de mais um Programa do Governo, acabará por resultar num rude golpe, naqueles que, na esteira da obscurantiza-

ção totalitária, apostam no esborear da consciente liberdade do homem e na erosão da democracia pluralista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daí que, aos Órgãos de Soberania, designadamente aos Deputados da Assembleia da República, importe sobremaneira que tenham em conta e nunca subestimem as desilusões sofridas e acumuladas por muitos portugueses.

Aplausos do PSD.

E tudo quanto se faça será sempre pouco para evitar que o desespero da frustração alastre e campeie nas aldeias, vilas e cidades, pondo em risco a democracia portuguesa que a tantos tanto custou conquistar. Motivo por que este diálogo-discussão assume extraordinária importância, pelo que se deseja que continue imbuído de tolerância e sempre confrontado com realismo político. Acrescer-se-á deste modo a credibilidade da Assembleia da República, numa altura em que os Deputados terão de estar bem atentos, para melhor podermos acompanhar o evoluir do comportamento político da sociedade portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, nestas circunstâncias, estar atento é saber superar-se a si próprio, pondo de lado questões pessoais, exageros de verbalismo, agravos mútuos e partidarites estéreis, que têm corroído e minado as relações humanas e sociais entre os Portugueses e adulterado o ideal democrático.

Aplausos do PSD.

Na verdade, importa reconhecer que em face de erros cometidos, alguns evitáveis, a pouco e pouco, em muitos portugueses, insidiosamente, foi inculcada a opinião de que afinal a democracia é instabilidade social, agravamento das condições de vida, avolumar da dívida externa, aumento dos preços de produtos de primeira necessidade, insegurança do dia de amanhã, crescente mal-estar dos camponeses, constante desentendimento de guerra entre os partidos políticos, frequentes mudanças de Governo, enfim, pretende-se fazer crer que democracia é afinal anarquia. Contra esta corrente de opinião que, por tão repetitiva, ecoa e começa a decantar no pensamento de bastantes, é preciso encontrar adequados antídotos que rebatam, mas com ideias, com prática democrática, com militante pedagogia política e com provas irrefutáveis dos Órgãos de Soberania, erguidos pelo sufrágio universal directo e secreto do povo, que a autoridade democrática não deve ser posta em causa por aqueles que deliberadamente apostam no ruir do livre desenvolvimento do homem e no colapso da democracia política, económica e sócio-cultural.

Aplausos do PSD.

Ameaças como estas alertam para a necessidade premente de estabilidade governativa, sentida pelos Portugueses, que poderão não prescindir de que os partidos políticos provem que não são inimigos mas

adversários políticos, que não procuram apenas o poder, mas intentam sim, cada um na sua perspectiva ideológica, atingir o bem-estar para as populações, sobretudo para as mais carenciadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É em face da actual dinâmica sócio-política e considerado o abastardamento que se pretende fazer do regime democrático pluralista, mas que o Parlamento há-de salvaguardar, que se entende que, apesar de estarmos perante um Governo de iniciativa extraparlamentar, rejeitá-lo, à partida, seria reforçar as forças antidemocráticas, desacreditar os partidos políticos e acrecer o descontentamento e a instabilidade sociais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ainda que esta proposição possa ser interpretada como defesa do actual Governo, considerado esse risco, entendemos que substancialmente se procura viabilizá-lo e não apoá-lo — contrariando uma moção de rejeição, pela defesa e perenidade da democracia.

Por nossa parte, estaremos atentos à futura acção governativa e seremos críticos opositores a um qualquer Governo cuja prática política se desvie do actual quadro democrático-constitucional. Preocupa-nos mais essa prática do que ficarmos apegados de forma estática ao conteúdo do Programa em si mesmo, essencialmente quanto à política agrária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na sociedade portuguesa existe um confronto declarado entre a maior ou menor credibilidade dos partidos políticos e a significativa e manifesta avidez de estabilidade governativa e paz social, para melhor se poder viver, trabalhar e produzir, para independentizar Portugal.

Se eventualmente o Governo vier a superar as naturais exigências do Parlamento, é também exigível, não que resolva, mas que concorra com determinação democrática, para que a agricultura deixe de vez de ser preterida e subestimada, voltando-se o Governo para a prioritária tarefa de satisfazer as necessidades alimentares, de diluir a nossa dependência externa e possibilitar que os agricultores, com o auxílio do Estado, projectem a agricultura num desenvolvimento global, em paridade com os outros sectores da economia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao afirmar que sem desejarmos superestimar a importância que uma agricultura subdesenvolvida e com um forte peso percentual na população activa assume num país em transformação, concluímos que a democracia melhor prevalecerá quando travejada também na consciente aderência e voluntária participação dos camponeses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para apresentar a proposta de uma moção de rejeição do Programa do Governo, que é do seguinte teor:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português propõe à Assembleia da República a seguinte moção de rejeição do Programa do Governo:

Considerando que, tanto pela sua fórmula e composição, como pelas posições programáticas e previsível actuação prática, o Governo do Prof. Mota Pinto não só não pode resolver qualquer dos grandes problemas nacionais como inevitavelmente os agravará a todos:

A Assembleia da República, ao abrigo e para o efeito do disposto nos artigos 195.º e 198.º da Constituição, delibera rejeitar o Programa do Governo do Primeiro-Ministro Mota Pinto.

Assembleia da República, 11 de Dezembro de 1978. — Pelo Grupo Parlamentar do PCP: *Carlos Brito — Vital Moreira — Veiga de Oliveira — Maria Alda Nogueira.*

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Vaz Portugal): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou acrescentar algo ao exposto no Programa do IV Governo Constitucional sobre o sector da agricultura.

Estes dois sectores da actividade económica, pescas e agricultura, têm de demonstrar que são prioritários no desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País e este tem que lhes dedicar particular atenção, disciplinando e apoiando as suas intenções. A responsabilidade é mútua e o relançamento destes sectores não pode esperar mais tempo. A evolução terá de se efectuar em harmonia, e sem lutas ideológicas estranhas ao seu conteúdo, para bem dos seus intervenientes e do País.

É necessário, por urgente, que a agricultura portuguesa seja uma actividade programada e concorrencial, que utilize convenientemente os recursos disponíveis, tendo em atenção a sua preservação e renovação.

A política para a agricultura portuguesa tem de compatibilizar o que se pode fazer com o que se deve fazer, tendo em mente a sua evolução no caminho para a Europa das comunidades. O ordenamento cultural e a dimensão do sector produtivo em função do que se deverá produzir permitirá cabucar as bases de uma agricultura sólida e adaptada às nossas condições naturais.

O modelo de desenvolvimento agrícola integrado para o País deverá assentar nos seguintes princípios elementares: recuperação de superfícies incultas, mas cultiváveis (área de cerca de 5,7 % da superfície total que ronda os 8 562 000 ha); expansão de aproveitamentos hidroagrícolas em zonas aptas para o investimento (neste momento só 7,4 % da superfície total pode ser regada); melhor ajustamento da utilização das potencialidades naturais às culturas mais adequadas (esforço que envolve a reconversão cultural em mais de 2 milhões de hectares — área hoje

utilizada erradamente com culturas arvenses e que representa 23,3 % da superfície total).

Perante a escassez de recursos disponíveis, há que buscar no aumento da produtividade por hectare e por horas de trabalho e na diversificação cultural a produção dos necessários bens alimentares para o povo português e a contribuição do sector primário para o equilíbrio tão necessário da balança de pagamentos.

Como toda a empresa agrícola se insere num circuito económico com dependências a montante e a jusante, o sector da agricultura torna-se cada vez mais parte integrante, embora distinta, da economia industrial.

O MAP estimulará a capacidade associativa dos agricultores portugueses, por forma que, a diferentes níveis do ciclo económico, possam, através de organizações poderosas e responsáveis, defender os seus interesses. No domínio da comercialização e transformação esforços terão de ser feitos para a produção se encaminhar no sentido do associativismo, permitindo-lhe, em conjunto, receber justa compensação pelo esforço despendido, obtendo a seu favor aquilo que se distribui actualmente por uma cadeia complexa de intermediários.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mais que a sua forma ou tipo (privado, cooperativo, colectivo ou público), ao País deve interessa a capacidade da empresa agrícola, procurando que se encaminhe no sentido de responder ao desafio que a evolução tecnológica no sector primário impõe e a integração europeia exige.

O emprego no sector primário não pode, se queremos uma agricultura evoluída, continuar a manter o mesmo tipo de situação actual. Não se trata de acenar com o espectro do desemprego ou da manutenção do subemprego, mas de criar outros mecanismos estáveis que libertem o sector do excesso de mão-de-obra em relação à sua capacidade real na utilização da mesma e o País de continuar a pagar a factura da inviabilização da empresa agrícola.

Países de tecnologia evoluída vão diminuindo o coeficiente de mão-de-obra e aumentando o coeficiente de investimento por hectare utilizado, dando a possibilidade, sem afectar a quantidade global de produtos obtidos, de preservar, de cultivar percentagens consideráveis de solos de aptidão agrícola que funcionarão com o banco de solos. O exemplo que posso dar são os casos da França, que em treze anos diminuiu a área utilizada em 1,8%; a República Democrática Alema, que em vinte e seis anos diminuiu em 3,6% o mesmo tipo de área. Menos ocupantes sobre menos terra produzem, neste momento, mais alimento e outros produtos.

Existem soluções para racionalizar a utilização de mão-de-obra e aumentar a sua produtividade. Refirmo-nos, como exemplos, à criação de empresas de prestação de serviços, à integração horizontal e vertical no sector, à fixação de indústrias nas zonas rurais e outros serviços.

A capacidade de gestão das unidades de produção é motivo de preocupação do MAP, que procurará, através de programas de promoção profissional, apetrechá-las com gente melhor preparada, criando in-

centivos de variada natureza, estimulando a fixação no sector primário de jovens agricultores. São gritantes as carências no domínio da gestão e organização das empresas do sector.

O MAP, ao desejar a viabilização da empresa agrícola, seja de que tipo for, não confunde esta situação com a do paternalismo que, à custa de injecções, vai mantendo o estado do doente ou manifestando a preferência por um tipo de estrutura produtiva ou fundiária.

O País e a sua integração europeia não suportam a cobertura da inviabilidade. Transformá-la no tempo, sim; continuá-la, não.

Em política de preços o MAP procurará fixá-los antes de cada campanha, reflectindo neles, por um lado, o custo de produção e, por outro, a preocupação do ordenamento agrário do território nacional. Lançará as bases de um inquérito às explorações agrárias, cujos custos de produção controlará. Convém notar, no entanto, que não é através da permanente solicitação ao aumento dos preços dos produtos que a agricultura portuguesa se transformará numa agricultura concorrencial. Muitas vezes os preços, ao tentarem resolver o problema de quem mal produz, acabam por recompensar mais do que o normal quem bem produz, não se iniciando para o sector uma distribuição mais justa do rendimento.

Os subsídios ao sector deverão, no entender do MAP, ter objectivos moralizadores e transitórios e devem procurar limpidamente mostrar por que é que este os utiliza.

O recurso sistemático ao subídio é de desencorajar e, consciente disso, o MAP procurará esboçar uma política de subsídios que se transforme num instrumento dinâmico de política agrícola e não numa muleta, que aliás os agricultores e suas organizações não desejam.

O MAP entende que a utilização do crédito é factor de interesse no ordenamento agrário do território nacional, uma vez que, distribuído com regras, permitirá, à custa de bonificações diferenciadas, apoiar o desenvolvimento agrícola do País, determinar a capacidade de gestão das empresas apoiadas e fixar margens adequadas para a formação bruta do capital fixo no sector. Ao IFADAP, traduzindo as aspirações do MAP no domínio do crédito, está reservado um papel preponderante para accionar os mecanismos de facilitação da concessão do mesmo. Contudo, não se deve procurar confundir esta atitude de concessão de crédito com a manutenção de uma ineficiência na gestão das unidades que dele se socorem. Através de projectos devidamente formulados e analisados, o crédito — arma do ordenamento agrário do território nacional — será concedido para os diferentes factores de produção, seguindo as normas de disciplina que para a sua utilização se criarem. Haverá uma noção de conjunto em que os projectos de produção são analisados e não o factor isolado que só por si pode muito pouco significar. O crédito terá de ser, necessariamente, controlável.

O controlo do crédito constitui mecanismo indispensável para se aquilatar da sua eficiência. As empresas agrícolas deverão, como radiografia delas, espelhar limpidamente na sua contabilidade a execução técnica e a capacidade de gestão de que são dotadas, por forma que, quando necessário, se detecte onde se encontra o mal que as destrói, anulando-o ou corri-

gindo-o. O MAP pensa que o crédito é, em princípio, um direito para todos, mas que deverá ser utilizado por quem o sabe empregar, cumprindo as suas obrigações perante a comunidade que o ajuda.

O seguro agrícola é outro factor que, utilizado com correção, poderá não só tranquilizar o produtor como aqueles que são responsáveis pela definição da política agrícola. É factor de ordenamento e, como tal, exige controlo técnico eficaz, por forma que se segure o que é aconselhável e onde é aconselhável, evitando-se assim atribuir-se ao clima e às sementeiras o mal de todos os cataclismos, encobrindo até, atrevidamente, o não ter-se sabido fazer.

Em relação à Reforma Agrária o que se fez? Julga-se que a evolução dos acontecimentos não justifica a carga emocional que se vem verificando nem tão-pouco a instabilidade de afirmações e conceitos que se produzem. Não está em causa a inviabilização das estruturas criadas; está sim em causa o dar-se cumprimento ao que se legislou e ainda se não modificou. Apesar de uma fase do processo foi realizada: dar cumprimento aos despachos deixados por cumprir. Como se não vai negociar o cumprimento de decisões já tomadas deu-se andamento ao que nos deixaram para ser executado, mesmo que se diga que é repressão quando, num país democrático, se provoca pelas vias adequadas o cumprimento coercivo da aplicação de leis que a Nação elaborou.

As críticas a que o MAP tem vindo a ser sujeito, sobre a sua serena passividade face à campanha em curso, que pretende intoxicar a opinião pública e denegrir a sua imagem, apenas direi que se dessemos resposta a todas as afirmações que diária e sistematicamente nos são dirigidas por alguns meios de comunicação social fariam o jogo de todos aqueles que pretendem paralisar a nossa acção, uma vez que não nos sobejaria tempo para desempenhar as inúmeras tarefas que exigem permanente atenção.

Alguns exemplos verificados na zona de intervenção da Reforma Agrária e que se exprimem em síntese:

- a) Produção de trigo no decénio de 1965-1974, 1168 kg/ha; no período de 1976-1977 foi de 864 kg/ha (menos 27%); e em 1977-1978, 650 kg/ha (menos 44%);
- b) Áreas utilizadas no decénio de 1965-1974 para o conjunto dos três cereais (trigo, cevada e aveia), 752 276 ha; no período de 1976-1977 semearam-se apenas 471 000 ha;
- c) A produtividade média do trabalhador agrícola a preços constantes de 1975 era de 63,6 contos nesse ano e baixou para 58,8 contos em 1977.

O que vamos fazer?

O Programa aponta claramente que se prosseguirá com o cumprimento da Lei de Bases da Reforma Agrária, prosseguindo na preparação de legislação e na criação de mecanismos que permitam, de uma forma ordenada e objectiva, a prossecução dos seus fins: as expropriações, a entrega de reservas e o desenvolvimento da região.

A viabilização das explorações, sem utilizar slogans esgotados, passa por uma análise à sua capacidade laboral adequada a estruturas de produção concorrentiais e não de subsistência ou mesmo de miséria,

procurando o Governo criar novos postos de trabalho e não continuar demagogicamente a manter situações de inviabilidade de que todos vimos a sofrer. Existe, neste momento, nas explorações colectivas um excesso de mão-de-obra em condições de subemprego cujos encargos estão a ser suportados por recurso ao crédito. É preocupação do MAP, e decorrente de conceitos que nesta intervenção temos vindo a expor, que se preserve a viabilidade económica das empresas agrárias. Não se põe isto em causa; o que se põe em causa é pretender-se ignorar esta realidade ou impor-se outro tipo de definição para a vitalização.

Estamos seguros de que, dando cumprimento à Lei de Bases da Reforma Agrária, é possível coexistirem na mesma zona, num clima sereno e num espírito concorrencial, empresas agrícolas privadas, cooperativas e unidades colectivas.

O MAP afirma que reconhece o esforço de quem trabalha na agricultura, seja trabalhador rural, pequeno ou médio agricultor, e não tem qualquer reserva em relação às formas de empresa em que estes se integram ou venham a integrar, desde que as mesmas contribuam para o desenvolvimento económico do País e para a justa melhoria das condições de vida de todos quantos nelas trabalham.

Também se preocupa o MAP com a adesão do País ao Mercado Comum, julgando indispensável não perder mais tempo na evolução da nossa agricultura que lhe permita, sem sobressaltos, a adesão desejada.

Considerados os mecanismos e obrigações da nossa entrada e comparando estes com a nossa actual estrutura, surgem imediatamente as seguintes questões: O que se vai mudar? Como se vai mudar? Em que tempo se vai mudar?

Igualmente se preocupará o MAP em obter, durante as negociações que agora se iniciarem, as melhores condições para a adesão, através, nomeadamente, de ações comuns Portugal/CEE que muito poderão beneficiar o País.

Em relação ao desenvolvimento das pescas, será lugar-comum afirmar-se que o sector das pescas é, também, prioritário e indispensável para a recuperação económica nacional. Assim o pensamos, e há que lhe dar todas as possibilidades de responder ao desafio que se nos faz em face da extensão das costas marítimas (zona económica exclusiva) que possuímos e que temos de explorar.

As pescas nacionais, mormente a partir do alargamento para as 200 milhas, põem-se dois grandes tipos de problemas que haverá que tratar simultaneamente, ainda que com diferentes graus de intensidade, conforme as circunstâncias: definição da política nacional de pescas, onde exercer a actividade, o que pescar, qual o tipo de embarcações a utilizar e quais os meios de acção a dispor.

A nível internacional há que procurar obter acordos que permitam manter em actividade a nossa frota longínqua ou mesmo incrementá-la, se possível.

A nível nacional há que avaliar as nossas disponibilidades e procurar, de uma forma prática e eficiente, aumentar a nossa capacidade de capturas, garantindo assim não só o consumo directo ou congelado de peixe mas também a capacidade fabril instalada.

A reestruturação do sector nacionalizado das pescas implica a definição, a nível nacional, das solu-

ções a adoptar para as empresas públicas e ou nacionalizadas em difícil situação económico-financeira.

Somos também de opinião que se deverá encorajar o desenvolvimento da piscicultura, reduzindo assim a pressão que se exerce sobre os stocks ictiológicos marinhos.

Esboçámos em traços largos o que deverão ser para o sector da agricultura e pescas os aspectos mais salientes a considerar.

A construção de um país novo, democrático e livre, tem de se alicerçar na estabilidade de seus programas e no realismo da sua evolução.

Sabímos, pois, programar a evolução desejada no sector primário, construindo a agricultura possível no país real que somos, mobilizando-nos a todos na sua construção, sem escondermos as responsabilidades que assumimos através de afirmações de efeito, de análises demagógicas e do uso de números utópicos com o sabor de alta magia biológica e produtiva.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino Lima, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa intervenção que aqui fiz, na última reunião, acusei o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) de entregar reservas que não foram requeridas em tempo e pela forma legal; de não fundamentar os despachos que profere; de não notificar esses despachos aos interessados; de não apresentar no Supremo Tribunal Administrativo os processos de concessão de reservas, quando a lei lho impõe; de extraviar processos; de haver despachos e documentos «fabricados»; de haver portarias revogatórias de portarias de expropriação publicadas após o prazo legal de um ano; de haver entregas de reservas a rendeiros que nunca o foram.

A Câmara e o País compreenderam que estas acusações eram e são muito graves. E porque as fiz, porque as documentei e porque não quis que ficassem dúvidas sobre elas, acabei por pedir um inquérito à actuação do MAP e por sugerir, desde logo, ao Sr. Primeiro-Ministro nomeado uma investigação sobre aquilo que se estava a passar no âmbito do MAP.

Devo acrescentar que não fizemos essa intervenção hoje e sim na quinta-feira propositadamente. Quisemos com isso dar ao MAP os dias de sexta-feira, sábado e domingo para se poder preparar, a fim de dar uma resposta que a opinião pública exige, o que não sucederia se o tivéssemos surpreendido com a mesma intervenção feita hoje.

Todos os factos e actos que referi implicam questões que põem em causa a legalidade democrática e, como já disse, para defender essa legalidade democrática propusemos um inquérito. Com surpresa nossa, o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas acaba a sua intervenção sem se referir, de forma alguma, às acusações que foram feitas ao seu Ministério.

Queria simplesmente chamar a atenção da Câmara e do País para esta actuação que reputo de muito grave e que, estou certo, o País julgará.

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro Vaz Portugal, quer responder já ou prefere fazê-lo no fim?

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Vaz Portugal): — Sr. Presidente, eu responderia no fim. No entanto, pedia que a Mesa e a Assembleia me permitisse dispor de mais algum tempo para responder, pela simples circunstância de que esgotei o meu tempo e de que há ainda colegas meus que têm também de intervir nesta sessão.

Portanto, perguntava se permitem que o Sr. Presidente possa alongar o meu tempo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O tempo é o do Governo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro, creio que para pedir esclarecimentos.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra apenas para dar um breve esclarecimento. Queria chamar a vossa atenção para o facto de o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas ter utilizado um conjunto de números aparentemente referentes às cooperativas e unidades colectivas de produção da Reforma Agrária quando, afinal de contas, eles dizem respeito, por aquilo que disse, à totalidade da zona de intervenção. Mas em relação a este problema apresentarei os números verdadeiros na intervenção que farei daqui a pouco.

Quanto aos despachos que o Sr. Ministro Vaz Portugal insiste em propor que se limita a fazer cumprir e que não são da autoria de nenhum dos membros da sua equipa, pensamos que o assunto já está devidamente desmisticificado nesta Câmara por alguém que não é desta bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há, de facto, uma alteração bastante considerável entre o programa que o Sr. Ministro Vaz Portugal trouxe aqui aquando do III Governo e o Programa do IV Governo ...

Mas a pergunta que queria fazer, Sr. Ministro, é se reconhece que o MAP, durante o III Governo não respeitou a Lei n.º 77/77, principalmente os artigos 19.º e 36.º, que obrigam, aquando da execução dos despachos de marcação de reservas, a reconverter e reestruturar as empresas afectadas e a não procurar inviabilizá-las; se preparou ou se garantiu algum plano de investimentos e, em caso afirmativo, que me apontasse um único despacho em cuja execução esses dois artigos, 19.º e 36.º, tivessem sido respeitados.

O Sr. Ministro Vaz Portugal, por nota do seu Gabinete — aliás já fiz estas mesmas perguntas aquando da minha intervenção sobre esta matéria —, deu conhecimento de alguns números ao povo português. Ora, gostaria de saber se o Sr. Ministro reconhece ou não que esses dados estão falseados, e, em caso contrário, que explicasse a esta Câmara como se utilizaram os 34 milhões de contos que a banca concedeu para empréstimos a longo, médio e a curto prazos ao sector da agricultura e das pescas.

Por outro lado, no Programa fala-se muito no espírito e na letra da Lei n.º 77/77, e perguntaria o que entende o Governo, e mais concretamente o

Sr. Ministro Vaz Portugal, sobre a seguinte expressão consignada naquela lei: «Os que exploram diretamente a terra.» E se se respeita a letra e o espírito da lei, como explica V. Ex.ª, por exemplo, este caso concreto: a entrega de uma reserva ao Sr. António Joaquim Patinhas Gomes da Silva, do concelho de Évora, outra ao filho, outra à irmã, outra à mãe e, desculpe Sr. Ministro, não sei se também já entregaram alguma ao filho da mãe ...

Risos.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Ordinário!

O Orador: — A quarta pergunta diz respeito ao seguinte: 70% das explorações agrícolas, principalmente no Centro e no Norte do País, são de pequenos agricultores, pelo que, na grande maioria, são empresas técnica e economicamente inviáveis, e a política de preços apontada no III Governo era baseada nas empresas viáveis. Recentemente, V. Ex.ª marcou o preço do trigo para 8\$80, mas todos os estudos técnicos feitos no Ministério de que V. Ex.ª é titular apontaram para um custo superior a 9\$.

A ser assim, gostaria de saber, e após a alteração referida na comunicação que nos acabou de fazer, se vai, efectivamente, rever esses preços. E no caso de os não rever, e de a prática política continuar a ser a dos preços de harmonia com as empresas viáveis, o que é que vamos fazer aos 400 000 pequenos agricultores? Vai o poder político, o Governo, matá-los à fome? Vai criar um subsídio de subsistência ou vai, antes, criar um mecanismo de preços diferenciados?

Uma outra pergunta tem a ver com o problema da produção. Dado que o assunto é hoje, em Portugal, extremamente polémico e a referência dizia mais respeito à zona sul, isto é, às produções de trigo e de cereais praganosos, perguntava por que razão houve quebras da mesma ordem, por exemplo, na produção do vinho e da maçã que se faz no Centro e no Norte do País, e se o principal factor que contribuiu para esta situação foi o factor climático ou se, pelo contrário, se tem de imputar tudo à desorganização da própria produção do Sul do País.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Ministro, muitos dos pontos que V. Ex.ª apresentou, quer no Programa quer na exposição que acaba de nos fazer, merecem o nosso acordo. Todavia, temos dúvidas sobre alguns deles que gostaríamos de ver esclarecidos, se possível dentro do tempo de que dispõe, pois certamente que os seus colegas de Governo lhe concederão algum para o fazer.

Registamos com bastante satisfação a indicação no Programa de que a agricultura será considerada um sector prioritário da política de desenvolvimento. Tal como disse aquando da discussão do Programa do III Governo Constitucional, espero que isso não seja apenas um voto de boas intenções mas sim uma realidade, e quanto mais depressa melhor.

Vou agora, resumidamente, apontar os pedidos de esclarecimento que lhe queria fazer.

V. Ex.^a sabe que foi criado, por legislação feita há muito tempo e ratificada, com emendas, nesta Assembleia, o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), que é uma organização de crédito agrícola, e está há muito excedido o prazo legal para a sua regulamentação. Relativamente a esta matéria a minha pergunta, embora não seja exclusivamente dirigida ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, mas também ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos, é a seguinte: quando é que se faz essa regulamentação? E, agora no domínio do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, se o IFADAP vai constituir, de facto, a única via de crédito neste país, evidentemente sempre sob o *contrôle* técnico do Ministério, a fim de ser, realmente, o veículo de uma política agrícola definida, concertada e integrada pelo MAP.

Uma outra pergunta respeita ao que se passa no domínio dos seguros, nomeadamente o seguro agrícola. É que o II Governo Constitucional aprovou em Conselho de Ministros um diploma que cria o Instituto de Protecção Agrícola, que definia, digamos, três tipos de seguros, nomeadamente o seguro dos acidentes imprevisíveis e incontroláveis, as mútuas de gado e ainda uma terceira modalidade de seguro que se referia, propriamente, a um seguro de colheitas, que facultava, através da adopção integral de uma tecnologia apropriada, ao agricultor uma garantia de colheita, servindo também para fomentar a produção e melhorar o nível tecnológico, tal como se prevê no Programa deste Governo.

Por outro lado, o que é feito das novas culturas? Sei que o Sr. Ministro Vaz Portugal, quando Secretário de Estado, se interessou vivamente sobretudo pelo problema da beterraba, mas no Programa não há nenhuma palavra, tanto quanto pude ver, sobre as novas culturas, nomeadamente sobre a beterraba. Daí a minha pergunta: vamos ou não produzir beterraba em Portugal?

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Eu não lhe dizia!...

Risos do PCP.

O Orador: — Eu estou a dizer, Sr. Deputado Vítor Louro, e espero pelo esclarecimento.

Também no Programa do III Governo Constitucional, que o Sr. Ministro Vaz Portugal subscreveu, se falava no serviço de preços agrícolas e no serviço de informação sobre produtos agrícolas, que aqui elogiei na altura na minha intervenção. O que é feito desses serviços? Foi esquecimento ou, pelo contrário, há uma alteração a essa política?

Mais uma vez me regozijo, como fiz aquando da discussão do Programa do III Governo Constitucional, com o facto de as leis orgânicas do Ministério da Agricultura e Pescas irem surgir. Esperemos que não demorem, porque, de facto, já vai sendo tempo de aparecerem, e o Ministério, como o Sr. Ministro Vaz Portugal sabe muito melhor que todos nós, não funciona devidamente porque entre muitos outros factores está essa carência.

Como o Sr. Ministro sabe, interesso-me sobretudo pelo problema da investigação, pelo que lhe fazia a seguinte pergunta: está no seu espírito integrar no INIA todas as actividades científicas e técnicas ligadas à investigação científica? Ou, pelo contrário, algumas ficam de fora, numa lógica que me parece pouco defensável?

No domínio do comércio dos produtos agrícolas, gostaria de saber por que não fica claro se toda a problemática do comércio dos produtos agrícolas passa, de facto, para o MAP, ou se se mantém a actual divisão, em que o domínio do vinho e das frutas, dos produtos florestais, do açúcar e do álcool, etc., pertence ao Ministério do Comércio. É intenção deste Governo reunir no MAP toda a problemática do comércio dos produtos agrícolas, ou continuar-se-á com a sua separação em dois Ministérios, se não mais?

Sr. Ministro Vaz Portugal, no artigo 36.^º do Decreto-Lei n.^º 81/78, sobre a regulamentação do processo do exercício do direito de reserva, diz-se exactamente, no n.^º 1, que «os processos relativos a prédios não expropriáveis têm prioridade sobre todos os outros»; no n.^º 2, que «os processos pendentes de decisão final organizados com vista às finalidades reguladas no presente decreto-lei serão aproveitados na fase em que se encontram, sem prejuízo do cumprimento das formalidades ora estatuídas, tendo prioridade sobre os restantes não contemplados no número anterior». A minha pergunta é muito simples: está o Governo na disposição de cumprir integralmente este preceituado?

Anuncia o Governo que vai, finalmente, legislar sobre a indemnização da expropriação de prédios rústicos. Gostaria de saber, se fosse possível, se nessa legislação se adopta a óptica de incluir no cálculo dos valores fundiários os rendimentos líquidos dos investimentos realizados posteriormente ao cadastro geométrico e se a valorização dos produtos, à data do pagamento, nomeadamente gados, máquinas, produtos armazenados, avanços às culturas e frutos pendentes, se fará pelos preços de 1974 ou pelos preços correntes na data da indemnização.

Relativamente ao Decreto-Lei n.^º 270/77, sobre a comercialização da cortiça, perguntava se o Governo vai esclarecer as dúvidas que existem sobre este decreto, evitando que a cortiça seja paga duas vezes, uma aos actuais detentores da terra e outra aos antigos donos.

Por último, agradecia que me esclarecesse sobre o que significa a seguinte frase, inserida no Programa deste Governo: «*Contrôle* estatal sobre a cortiça.»

Era apenas isto, Sr. Ministro Vaz Portugal. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Monteiro de Andrade.

O Sr. Monteiro de Andrade (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro Vaz Portugal: Mesmo há bem pouco ouvimos nesta Câmara, e já não é a primeira vez, que o Programa deste Governo tinha sofrido uma viragem de 180º.

A equipa do Ministério da Agricultura e Pescas é a mesma e nós próprios, Partido Social-Democrata, apoiamos a actual equipa quando cumpria uma decisão dos representantes do povo, isto é, quando procedeu à aplicação da Lei da Reforma Agrária.

No entanto, e porque não se trata apenas de cumprir despachos de governos anteriores mas perspectivar o futuro, é importante colocar algumas questões que já na discussão do anterior Governo foram postas e ainda outras que, na altura, não tivemos oportunidade de discutir, até porque são inovações do actual Programa do Governo. A primeira dessas questões refere-se precisamente à continuação das expropriações referidas no Programa do Governo. Uma vez que essas expropriações, segundo a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, terão de ser feitas de acordo com os critérios de expropriação por utilidade pública, entende ou não o Governo que é necessário regulamentar esta matéria?

Por outro lado, pretende o Governo iniciar novas expropriações, nomeadamente expropriações de propriedades que estão sujeitas à administração privada antes das indemnizações feitas e exigíveis para todas as expropriações de propriedades rústicas? E pretende fazê-lo antes da desocupação de propriedades ilegalmente ocupadas? É importante para nós ver estas três perguntas esclarecidas.

Uma outra matéria diz respeito ao processo de entrega de reservas. Gostaríamos de ver claramente explicitado se a delimitação das reservas se fará segundo o cálculo da pontuação pelo cadastro existente à data da publicação da lei, ou se, pelo contrário, serão calculadas as pontuações das áreas de reserva pelos cadastros actualizados, o que, pela nossa parte, não poderá ser aceitável, dada a dualidade de critérios e injustiças que contém.

Quanto à entrega de terras para exploração, e uma vez que, ao referir-se a este problema, o Governo fala em nova concepção e execução de uma política coerente nesta matéria, esperamos que realmente se reformule o diploma existente sobre a entrega de terras para exploração, visto que na actual legislação os pequenos e médios agricultores ficam excluídos do benefício da aquisição de terras para exploração. E perguntamos se é este o objectivo do Governo.

Gostaríamos ainda, por último, que nos esclarecesse o sentido de uma afirmação feita pelo Governo. De resto, é uma pergunta que já foi colocada, mas que volto a fazer: que significa dizer que o Governo fará um controlo estatal sobre a cortiça? Gostaríamos, portanto, de saber se esse controlo é apenas respeitante às áreas expropriadas ou se será também alargado a áreas onde a administração é privada. E o mesmo perguntamos em relação ao controlo do montado que se refere no Programa e de povoamentos florestais de produção de madeiras.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Sr. Ministro, em primeiro lugar, queria congratular-me por V. Ex.^a entender que é um lugar-comum que a política de pescas neste país seja considerada prioritária pelo Governo. A verdade é que, pela voz de V. Ex.^a, o

Governo compromete-se a considerá-la como tal, de facto, uma vez que isso não se encontra no Programa.

Apenas quatro questões: em primeiro lugar, gostávamos de saber qual a política concreta para sanear os circuitos de comercialização do peixe, e qual a inserção da actividade cometida ao Serviço de Abastecimento de Peixe ao País (SAPP) nessa política?

Em segundo lugar, quais as prioridades no campo da investigação científica — nas pescas, já se vê — e do ambiente marinho, e quais os meios de que será dotado o INIP, para um aproveitamento integral e eficaz do navio de pesquisas *Noruega* que, recentemente, foi entregue à Secretaria de Estado das Pescas?

Em terceiro lugar, quais as intenções do Governo, quanto à participação dos representantes dos armadores e dos pescadores, no tocante à discussão e preparação dos acordos internacionais de pesca?

Finalmente, que futuro para as empresas nacionalizadas do sector, empresas nacionalizadas em crise, mas num sector que, ele próprio, quer em Portugal quer em todo o mundo está em crise? E também qual a política do Governo em relação às empresas intervencionadas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Gonçalves.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, trata-se de uma pergunta muito simples e que se refere ainda ao IFADAP.

O artigo 3.º da Lei n.º 14/78 determina que o Governo tinha cento e oitenta dias para proceder à revisão da legislação sobre o crédito agrícola mútuo, tal como o enquadramento das caixas de crédito agrícola mútuo nessa actividade. No entanto, este prazo já terminou em 23 de Setembro, e ainda não foi promulgada qualquer legislação neste sentido.

Ainda sobre a Lei n.º 14/78, que cria o IFADAP, o artigo 27.º determina que o IFADAP tenha um conselho de carácter consultivo e o artigo 28.º define concretamente a sua composição, que inclui os legítimos representantes das organizações da agricultura, que serão, portanto, os utilizadores dos créditos que o IFADAP irá conceder. O Governo — nessa altura os Ministérios das Finanças e da Agricultura e Pescas — teria sessenta dias para proceder à publicação dessas normas. No entanto, estamos hoje já com oito ou nove meses passados e nem uma coisa nem outra veio publicada.

Ainda mais — e isto já deve pertencer ao âmbito do Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos — o seguinte: existem na Secretaria de Estado do Tesouro para publicação alterações pontuais à lei do crédito agrícola mútuo que esperávamos tivessem sido promulgadas antes do fim do exercício do III Governo Constitucional. Todavia, assim não aconteceu, segundo parece, devido à posição contrária da Caixa Geral de Depósitos.

Eram estas as questões que gostaria que me fossem respondidas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, não é para qualquer pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, mas apenas para dar um esclarecimento relativo a uma questão que levantou e que é a questão do tempo de resposta.

O Sr. Presidente: — Era minha intenção tratar esse problema quando fosse altura de o Sr. Ministro responder.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Já agora, Sr. Presidente, se me permite, adianto a posição do Grupo Parlamentar do PCP.

Obviamente, o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas não tem tempo fixado: tem o tempo do Governo e o Governo utiliza o seu tempo como quiser. Entretanto, cabe dizer que, à imagem do que fizemos na última reunião, nós, pelo nosso lado, estamos dispostos a deixar aumentar o tempo de resposta do Governo desde que os grupos parlamentares possam beneficiar de igual montante de acréscimo de tempo. Aqui, naturalmente, vale o princípio da igualdade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Trata-se de um curtíssimo esclarecimento, Sr. Presidente.

Pela reacção da Câmara, a um trocadilho de palavras por mim proferidas, e, aliás, ditas de improviso, foi dada uma certa intenção de gíria popular. Ora, a minha intenção não foi essa, e quero esclarecer que não queria fazer humor e, muito menos, desrespeitar esta Câmara.

O Sr. Braga Barroso (PSD): — Humor de mau gosto!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: Há que considerar o problema, levantado pelo Sr. Deputado Vital Moreira, do tempo. O tempo está, como sabe, previamente regulamentado e não é possível a Mesa dar-lhe mais tempo do que o estabelecido, como, aliás, ficou acordado entre os partidos e o Governo. De modo que, tendo o Partido Comunista emitido já a sua opinião, se os outros partidos se pronunciassem, ficaríamos com uma ideia melhor da forma como se poderá resolver o problema.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata é de opinião idêntica à do Partido Comunista, no sentido de ser concedido ao Governo o período de tempo que ele julgar indispensável para responder às perguntas agora formuladas ao Sr. Ministro, desde que, naturalmente, o nosso partido seja igualmente compensado com o tempo utilizado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na opinião do CDS, entende-se que o Governo deve ter o tempo necessário para responder ao conjunto de perguntas que lhe são feitas e, naturalmente, se necessitarmos de tempo, utilizá-lo-emos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — A nossa posição, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é idêntica à dos outros grupos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, e dado que todos chegámos a um acordo, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas para responder às questões formuladas.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou dar início às respostas, começando pelo Sr. Deputado Lino Lima, mas reportando-me à sua comunicação a esta Assembleia de quinta-feira passada. A minha resposta é muito simples e situa-se neste ponto: se há realmente atitudes tomadas pelo Governo que fiquem dentro da esfera judicial, é através do Poder Judicial que se deve provar aquilo que se disse nesta Assembleia.

Quanto a todas as outras afirmações que foram feitas pelo Sr. Deputado Lino Lima, devo dizer que profundamente as repudio no que concerne à dignidade da equipa ministerial.

Ao Sr. Deputado Brás Pinto, e sobre a sua referência ao sector cooperativo e respectiva incentivaçāo, devo dizer que é vontade do MAP — e já respondo a uma série de perguntas que me foram feitas a propósito — incentivar (nem outra alternativa teria porque é imperativo constitucional) a formação de cooperativas, criar as suas pernas para andar, mas não é intenção do MAP dar muletas ao sector cooperativo para este avançar.

Ao Sr. Deputado Luís Cacito, e nas respostas que lhe vou dar respondo também a outros oradores, devo dizer que o MAP não fez mais — bem ou mal — do que aplicar despachos que encontrou aquando do III Governo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que fabricou ...

O Orador: — O MAP não fabricou despachos.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Fabricou, fabricou ...

O Orador: — O MAP pôs em execução despachos que anteriores Governos tinham deixado por accionar. E pensamos que não é depois de feito um despacho que se inicia o ciclo do diálogo que já se deve ter feito ou se deveria ter feito antes.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É disposição do MAP, e assim o tem vindo a manifestar, cumprir a Lei de Bases da Reforma Agrária. Não se deu especial atenção a este ou àquele aspecto da própria lei pela simples cir-

cunstância de que, como se acabou de dizer a esta Câmara, o que fez foi dar execução a despachos existentes. Até parece que não estamos a discutir o Programa do IV Governo mas o que o III Governo fez, o que me parece um pouco paradoxal.

Risos do PCP.

Como as entidades são as mesmas, comprometendo-me a informá-las, e, seja como for, o MAP não apresentou nada que até este momento no domínio da Reforma Agrária fosse propriamente dele.

Quanto ao apoio às cooperativas, já disse que o MAP apoia totalmente as cooperativas, e mais — e aproveito já para responder ao Sr. Deputado António Campos —, esta é uma das formas de se lutar na zona do minifúndio contra a inviabilidade da pequena exploração. Simplesmente, parece-me que o que as cooperativas desejam é que o MAP as apoie, que o MAP as ensine a andar, mas o que é desejável é que o MAP não as transporte ...

Risos do PCP.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Não é connosco que elas aprendem a andar ...

O Orador: — Portanto, e para terminar a minha resposta ao Sr. Deputado Cacito, os propósitos do MAP são claros, e aqui respondo também ao Sr. Deputado António Campos: não me parece que tenha havido uma viragem de 180°, e o MAP, simplesmente, continua, ainda que num programa mais sintetizado, a indicar aquilo que deve ser feito. Outra coisa não seria de esperar, aliás, uma vez que a equipa continua a ser a mesma.

O MAP não pretende destruir nada, não pretende destruir a viabilização das empresas; o MAP o que pretende é contribuir para a viabilização económica do País.

Quanto aos mecanismos de preços — agora só em resposta ao Sr. Deputado António Campos — gostaria de apontar três ou quatro exemplos. Começaria por apontar um preço do trigo de 6\$, em 1976-1977, para um preço de 7\$50 na última campanha, e para um preço de 8\$80 na próxima. Quanto ao problema da aveia, passamos de 3\$90 para 6\$50; no problema do leite, passamos de 8\$50 para 12\$, mesmo adicionando factores de desvalorização ou de inflação, o que com o aumento de determinados factores de produção — caso concreto dos adubos — a sua inclusão no preço final dos cereais anda na casa dos 3 %. Digamos que os preços que estipulamos para a lavoura não prejudicam quem a sabe fazer. E se há um problema de dimensão, pois temos de criar mecanismos para que não seja o problema da dimensão a condicionar o preço.

Quanto ao subsídio à carne de porco, devo dizer ao Sr. Deputado António Campos que o problema não é do foro do Ministério da Agricultura e Pescas mas sim do Ministério do Comércio e Turismo. Pode não se concordar com esta posição, mas a verdade é que a produção já tem hoje, neste sector, um preço de muito interesse.

Quanto às verbas de que o Sr. Deputado António Campos falou e quanto à discussão da parcialidade,

ou não, dos números que o MAP apresentou, devo dizer-lhe que o MAP, na apresentação dos seus dados, não tem nada de parcial.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Mas parece! ...

O Orador: — A verba que em 1977 — é o ano que o Sr. Deputado refere — o crédito agrícola de investimento, em que toda a estrutura bancária funcionou, concedeu ao sector primário foi de 6 204 272 contos. O crédito agrícola de emergência, através dos mecanismos do MAP, cifrou-se em 869 067 contos; o que dá um total de 7 113 739 contos.

Mas vou mais longe: o crédito fornecido pelo crédito agrícola de emergência somou até ao dia 18 de Novembro de 1978, desde a sua criação, em Maio de 1978, 8 893 127 contos; o crédito agrícola de emergência, fornecido através das empresas bancárias, foi de 15 624 559 contos. Total conjunto: 24 517 686 contos. Portanto, Sr. Deputado António Campos, tenho muito prazer em lhe fornecer estes dados, com a garantia das entidades que no-los forneceram.

Quanto ao cumprimento da Lei de Bases da Reforma Agrária, pensa a equipa do MAP no IV Governo aquilo que pensava no III Governo. Simplesmente, modificando o possível horizonte temporal do IV Governo, não vai o MAP limitar-se exclusivamente a fazer cumprir despachos dos governos anteriores e vai dar adequado cumprimento à Lei de Bases da Reforma Agrária.

Quanto ao Sr. Deputado Carvalho Ribeiro, devo dizer que a distribuição do crédito agrícola de emergência — não há dúvidas nenhuma — favoreceu consideravelmente a zona de intervenção da Reforma Agrária, colocando zonas do País, tais como o Norte, em condições menos favorecidas. Poderia mesmo dizer que cerca de 68,8 % foi aplicado na zona de intervenção e 31,2 % no sector não colectivizado do País. E, para os mesmos 9000 contos, com este último aumento do *plafond*, incluindo 6500 contos — 95,3 % para o sector não colectivizado.

Julgamos que o MAP procurará corrigir estas assimetrias, até pela simples circunstância de que o Norte do País produz dois terços daquilo que este país come. E, se é assim, há que criar mecanismos que, na zona do minifúndio, reduzam ao mínimo os inconvenientes da dimensão da propriedade, procurando através do associativismo ou do cooperativismo que tenham a dimensão adequada para poderem ser concorrentiais. Penso mesmo, e já o afirmei, que não há que manter uma agricultura do Norte e uma agricultura do Sul; há uma agricultura que se complementa no todo, porque só assim será possível esboçar um programa de desenvolvimento para a própria agricultura.

Falou no problema da vinha. Devo dizer ao Sr. Deputado que se está a estudar neste momento a reorganização deste sector que nos preocupa extraordinariamente. Simplesmente, os trabalhos têm sido morosos, não têm tido aquela execução tão rápida quanto desejávamos.

Quanto à beterraba, e respondo também ao Sr. Deputado Carvalho Cardoso, é verdade, é uma das preocupações dominantes, como nova cultura, para além do algodão e do tabaco. É o sobretudo

por uma razão, Srs. Deputados: não está em questão o factor primário da beterraba que é o açúcar, de que eu poderia quase, e sem receio de que me injuriem, dizer mesmo que não é o produto básico da beterraba, uma vez que o seu produto básico são os subprodutos. A título de meditação apenas, faço notar que na Europa dos Nove, na formulação de rações para gado, a entrada de cereais anda à volta de 45% e em Portugal anda à volta de 60% a 70%.

Quanto à linha de crédito PL 480, Sr. Deputado, está neste momento a ser regulamentada. Já saiu ou vai sair num destes dias mais próximos uma portaria no sentido de disciplinar o sector da utilização das verbas que a PL 480 realmente traz para o País. Aquilo que a PL 480 tem vindo a realizar é que uma parte dos seus dinheiros tem sido canalizada para o investimento de determinados sectores, embora seja convicção da actual equipa do MAP que parte, se não a sua grande totalidade, terá de ser orientada ou dirigida para apoio ao pequeno e médio agricultor.

Volto às interrogações que me foram feitas, respondendo ao Sr. Deputado Lino Lima que não queremos usurpar do Poder Judicial e se realmente algumas faltas foram cometidas é através do Poder Judicial que se vai demonstrar se a equipa do MAP é ou não responsável por aquilo que se fez.

Ao Sr. Deputado Vítor Louro vou ter muito interesse em escutar os números relativos às cooperativas. Simplesmente, também vou dizer a esta Câmara que o Ministério da Agricultura e Pescas, hoje mesmo, fez seguir uma informação para a imprensa escrita e falada sobre números apresentados pela reunião dos sindicatos da Reforma Agrária.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa está boa ...

O Orador: — Voltamos novamente à mesma tecla: a realidade dos números, vistos de um lado com uma determinada óptica, do outro vendo-se exclusivamente como números que são e não como *background* ideológico que suporte esses mesmos números.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Isto não é ideologia, é agricultura. O Sr. Ministro é isento ideologicamente ...

O Orador: — Se assim não for, há uma actividade judicial neste país para o provar.

Sr. Deputado António Campos, quanto ao cumprimento dos despachos, já tive ocasião de dizer o que se passou. Quanto ao plano de investimento, esse faz parte do projecto que, quando o Plano e o Orçamento forem discutidos, se poderá já dar não aquilo que na sua comunicação foi posto quase como um desejo mitológico, mas o aparecimento de um programa de desenvolvimento agrário integrado, de que se vem a falar há muito tempo. Seja como for, neste Programa já se começa a mostrar ao País que os planos existem e se vão executar.

Sr. Deputado Carvalho Cardoso: quanto ao IFADAP, devo dizer-lhe que só agora foi regula-

mentado — deve estar a aparecer no *Diário da República* a sua regulamentação — e tranquilizá-lo, dizendo-lhe que o IFADAP é um veículo do MAP, e não uma organização independente do MAP.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — No dia em que o IFADAP assim for, não é possivelmente com a estrutura actual que continuaremos a ter uma vivência em que os dois sectores serão perfeitamente definidos: um que define qual é a política; outro, a aplicabilidade dessa política.

A questão dos seguros não está esquecida, simplesmente o decreto-lei ainda não foi publicado porque está a ser repensado. Mas é nossa preocupação fazê-lo surgir o mais cedo possível.

Quanto a preços e mercados, adianta o Sr. Deputado Carvalho Cardoso que este serviço já está perfeitamente institucionalizado na próxima Lei Orgânica do Gabinete de Planeamento do MAP.

Quanto às leis orgânicas, cabe dizer que já surgiu a primeira — a Lei Orgânica da Direcção-Geral de Protecção da Produção Agrícola — e todas as outras estão numa fase avançada de execução, algumas delas mesmo aguardando publicação.

Quanto a passarem ou não para o MAP as actividades ligadas ao comércio, gostaríamos de dizer ao Sr. Deputado Carvalho Cardoso que há uma coisa em que o MAP é intransigente neste momento: a política destes organismos tem de estar sincronizada com a política do MAP. Todavia, quanto à sua estrutura talvez que, por fases, possa vir a passar para o Ministério da Agricultura e Pescas.

Penso que mais importante do que dizer onde está ou fica a estrutura é definir o seu papel. Aliás, a sua actuação tem de estar perfeitamente coordenada com as linhas de orientação do programa do MAP para 1979.

Quanto à Lei das Indemnizações, Sr. Deputado Carvalho Cardoso, vamos cumpri-la. E nos aspectos em que possa suscitar determinado grau de discussão, esta Assembleia terá ocasião de sobre ela se pronunciar, aprovando ou reprovando aquilo que o Governo fizer.

O problema da cortiça é um problema mais complexo e, neste momento, no MAP, está-se a elaborar um livro que não chamaria branco mas negro, sobre o problema da cortiça desde o seu começo. É que toda a actividade nacionalizada ou pertencente ao Estado tem de ser objecção de um *contrôle* total nesse domínio.

Perguntou o Sr. Deputado Monteiro de Andrade se se vão iniciar novas expropriações antes de se criarem outros mecanismos, como a devolução de terras ou a marcação de reservas. Devo dizer mais uma vez que é preocupação deste Governo — mas preocupação firme — que a Lei de Bases da Reforma Agrária seja cumprida, mas com a criação de mecanismos em que não tombemos novamente na obra do acaso, quando tivermos novas expropriações — que vão ter lugar — por forma que se encontre uma solução e que se privilegie, no nosso entender, aquele sector de que todos falam mas que, diga-se a verdade, pouco se tem privilegiado, que é o do pe-

queno e médio agricultor. E, se for necessário, para tornar viáveis determinadas estruturas quanto às expropriações, em termos de viabilidade correcta e não da viabilidade lírica, que se possa vir a discutir o seu destino.

Agora uma coisa é certa quanto à Lei de Bases da Reforma Agrária: se este Governo passar, não queríamos deixar de a executar nos seus princípios, nos seus mecanismos, e não apenas cumprir uma fracção.

O Sr. Deputado Bento Gonçalves sabe que, quanto ao problema do IFADAP e do crédito agrícola mútuo, não há dúvidas nenhuma de que o MAP tem preocupações sobre a organização do crédito agrícola mútuo que já foi transmitida ao IFADAP por forma a poder trabalhar-se em conjunto nestes dois sectores — no IFADAP e no crédito agrícola mútuo —, que têm a sua tradição e a sua importância dentro do mundo rural. Mais lhe posso dizer que foi já autorizado neste momento o pagamento das indemnizações relativas à peste suína africana, através da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — E pronto, Srs. Deputados, são estas as respostas que tinha a dar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — O Sr. Ministro falou em despachos que estavam feitos e que foram executados. Que eu saiba, há três despachos que foram feitos por mim, mas que não foram cumpridos pelo menos dentro do espírito em que foram despachados. Um dos casos, Sr. Ministro, e que é do conhecimento público, referia-se à UCP Muralha de Aço e a uma pequena barragem que se tinha estudado para compensar a desafectação de uma reserva. Os dois outros casos são referentes ao distrito de Portalegre.

Sendo estes os três únicos casos de que tenho conhecimento, gostava que esta questão fosse claraficada, já que estavam em andamento estudos técnicos que permitiam a reconversão das empresas. A sensação que o Sr. Ministro deu a esta Câmara foi a de que todos os despachos executados até agora eram meus. Ora, da minha responsabilidade havia apenas estes que referi. Gostaria, pois, Sr. Ministro, que me confirmasse se isto é ou não verdade.

Uma outra questão é a dos preços. Em 1977, o preço do trigo foi de 7\$50, mas os estudos feitos pelas equipas do MAP davam mesmo 7\$50. Isto é, faz-se uma cobertura a 100% do preço dos cereais praganosos; este ano os estudos apontavam para 9\$50 e 9\$60 e fez-se, portanto, uma cobertura na ordem dos 60%, relativamente ao que os estudos apontavam. O critério não é também igual e, de facto, aqui foram cortados cerca de 40% aos estudos técnicos feitos pelo próprio MAP.

Outro dos aspectos de que, aliás, me regozijo, refere-se às cooperativas, porque no Programa do Governo existe um tratamento igualitário entre o sector cooperativo, o sector privado e o sector público. Este tratamento, tal como o Sr. Ministro agora

explicou, penso que se não vai dar igualitariamente, mas o MAP vai ter uma preocupação, de facto, em ajudar o movimento cooperativo naquilo que puder.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino Lima.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para um breve protesto relativo às palavras que o Sr. Ministro Vaz Portugal produziu na sua pretensa resposta.

Dessas palavras pode-se concluir, sem dificuldade, que o Governo continua a recusar-se a responder e que o MAP continua, da mesma forma, a recusar-se a responder às acusações que lhe formulei. Isto é, que o Governo é relapso e que o MAP também é relapso.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Vocês é que são relapsos!

O Orador: — A questão posta na minha intervenção, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, é uma questão política que excede em muito a resolução judicial dos problemas concretos que têm sido postos aos tribunais. A questão é política, repito, e acho muito estranho que nem o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas nem o Governo compreendam isto: trata-se de uma questão de fiscalização de actos do Governo que compete a esta Assembleia e é uma questão de fiscalização de actos que quanto ao MAP constituem um recorde de ilegalidades — o que quer dizer que no MAP algo está errado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Significa isto que o Governo quer fugir à fiscalização desta Assembleia? Não reconhece o Governo a esta Assembleia esse direito de fiscalização?

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Agora quanto ao seu grande repúdio pelas minhas afirmações, Sr. Ministro: a acusações concretas de arbitrariedades, ilegalidades, abusos do poder e crimes não se responde com repúdios; responde-se, sim, com averiguações, responde-se com um inquérito, responde-se aceitando averiguações, responde-se aceitando um inquérito.

Aplausos do PCP.

Das suas palavras temos de concluir que o MAP quer fugir a esse inquérito.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à resposta do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, temos todos de considerar que é muito triste. Dá bem a ideia do que no MAP e no Governo se entende por legalidade democrática, por respeito pelas leis e pela Constituição. Perdão-me o desabafo: mas, ao que nós chegámos!...

Aplausos do PCP.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Ao que nós chegámos, digo eu ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Brás Pinto.

O Sr. Brás Pinto (Indep.): — O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, ao responder a algumas perguntas que lhe tinha formulado durante a minha intervenção, disse que o MAP iria apoiar as cooperativas, mas que não lhe iria dar muletas. Desejava, nesta altura, pedir-lhe que esclarecesse mais esta questão, e dar, ao mesmo tempo, um esclarecimento à Câmara.

Durante a vigência do III Governo, que governou, apesar de rejeitado, com esta mesma equipa do MAP, foi aplicado parcialmente o decreto regulamentador da venda da cortiça, na medida em que as cooperativas entregaram o dinheiro que receberam dos compradores da cortiça (receberam os 35% a que tinham direito à partida), mas depois a aplicação da restante verba que está descrita nesse mesmo decreto não foi feita. Neste momento dá-se o caso de haver muitas cooperativas que há dois anos entregaram o dinheiro da cortiça que venderam, não lhes devolvendo o MAP aquela parcela de dinheiro que, depois de cumpridas as outras prescrições do decreto, deviam receber. Posso dizer que isto é uma realidade porque se passa com a própria cooperativa de que faço parte.

Por outro lado, também durante a vigência do III Governo saiu uma portaria regulamentadora, segundo a qual era contado o crédito agrícola de emergência às cooperativas que dessessem crédito agrícola da anterior campanha. Acontece que caímos assim numa situação que é um paradoxo: as cooperativas não pagam o crédito porque o Estado não lhes paga o dinheiro da cortiça e não têm mais crédito porque não pagaram o crédito anterior. Para além de tudo o mais as cooperativas pagam juro pelo crédito que receberam e o Estado retém o valor da cortiça sem pagar por ele qualquer juro.

Queria, portanto, saber se são estas as muletas de que o Sr. Ministro falou. Será que se partem primeiro as pernas às cooperativas e agora nem muletas se lhes quer dar? Será que lhes partem as pernas, retendo-lhes o dinheiro da cortiça e não lhes dando mais crédito de emergência, e agora já nem mais nada lhes querem dar? Ou será que o Sr. Ministro considera que aquilo que está estabelecido no n.º 4 do artigo 84.º da Constituição, que diz que «devem ser dados apoios fiscais e financeiros e condições mais favoráveis de crédito e assistência técnica» se refere a muletas? E concretamente ainda: não será inconstitucional aquilo que o Governo diz ao afirmar que vai tratar da mesma forma as cooperativas e o sector público? E que isto é completamente contra este preceito da Constituição.

São estas as perguntas que lhe queria formular.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Meneses Pimentel.

O Sr. Meneses Pimentel (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: Creio que o meu colega Monteiro de Andrade foi suficientemente claro ao fazer-lhe determinadas per-

guntas, no sentido de tentar esclarecer o Programa do Governo. Todavia, do nosso ponto de vista, as respostas de V. Ex.º não foram suficientemente claras e passo a dizer porquê.

Evidentemente que o meu colega Monteiro de Andrade, ao propugnar pela execução da Lei da Reforma Agrária, tem de admitir novas expropriações. Mas o que o meu colega Monteiro de Andrade propôs — ao que V. Ex.º, do nosso ponto de vista, não respondeu com clareza — foi o faseamento dessas expropriações e os moldes em que serão feitas. Isto é: é intenção do Ministério da Agricultura e Pescas, quando em certa passagem do seu programa a isto se refere, proceder a novas expropriações antes de desocupar as propriedades que estão ilegalmente apropriadas e antes de estarem indemnizados os proprietários que foram expropriados administrativamente? Serão as novas expropriações, Sr. Ministro, expropriações judiciais?

É este o conjunto de perguntas a que V. Ex.º, salvo o devido respeito, não respondeu com clareza e em que nós insistimos, porque constituem uma condicionante da nossa posição sobre o voto acerca deste Programa do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho.

O Sr. Pedro Coelho (PS): — Sr. Ministro, gostava de saber se o Governo tenciona em intervenção própria responder a algumas das perguntas que fiz.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, põe-se-nos agora o problema do tempo. Lembro-lhes apenas este aspecto: se o Governo usar da palavra por mais de trinta minutos, os trabalhos da Assembleia terão de ser prolongados por mais duas horas e trinta minutos.

De maneira que me parece conveniente focar o assunto na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares no intervalo, que terá lugar depois de o Sr. Ministro dar os esclarecimentos que foram pedidos.

Afinal, tem agora a palavra o Sr. Secretário de Estado das Pescas.

O Sr. Secretário de Estado das Pescas (João de Albuquerque): — Sr. Presidente, irei dar alguns esclarecimentos muito rápidos, já que o Sr. Ministro irá dar depois os esclarecimentos complementares em matéria de agricultura.

A primeira pergunta do Sr. Deputado Pedro Coelho é relativa à política dos circuitos de comercialização. O Sr. Deputado conhece bem o problema e sabe que esta matéria não se insere no âmbito da Secretaria de Estado das Pescas, mas sim na Secretaria de Estado do Comércio Interno. No entanto, os Serviços de Abastecimento de Peixe ao País (SAPP), por circunstâncias especiais, estão tutelados pela Secretaria de Estado das Pescas. Mas também neste aspecto o Sr. Deputado conhece muito bem toda a problemática do SAPP. Já no Programa do I Governo Constitucional se dizia que um dos objectivos a atingir era a extinção do actual SAPP e a integração do seu pessoal e património numa empresa de distribuição de peixe de âmbito regional. Ora a Resolução

n.º 219/78 do Conselho de Ministros vem exata-mente no mesmo sentido e o IV Governo, que a vai executar, não deixará de atender à posição dos postos de trabalho, à integração possível dos serviços que presta o SAPP e que, do ponto de vista social, poderão ser importantes mas não tanto como se quer dizer, dado que o SAPP comercializa cerca de 1% do peixe no País, o que significa que não tem um papel fundamental, mesmo sob o ponto de vista de disciplina do mercado, para se conseguir seja o que for. É importante como princípio e é como tal que se deve ter em conta o problema.

A segunda pergunta diz respeito a um problema que nos preocupa: a investigação no campo das pescas. Este é um aspecto prioritário para o Governo, mas para cuja resolução dispõe de poucos meios, entre os quais se contam dois navios — o *Noruega* e o navio *Mestre Costeiro* —, ainda que auxiliados aqui e acolá por navios, a título de auxílio, de outros países, meios que não são, de maneira nenhuma, suficientes. E o que ainda me preocupa mais é que não haja, efectivamente, meios suficientes para conseguir a exploração desses navios. Foi nos governos anteriores que o problema destes navios foi estudado e admiro-me como é que a situação é a existente neste momento, já que não existem estruturas adequadas a uma exploração capaz destes navios. Vamos fazer um grande esforço para resolver esta questão e estou certo de que o conseguiremos.

Quanto à participação dos armadores e dos pescadores nos acordos de pescas, devo dizer-lhe que temos dado a maior amplitude possível a esta colaboração. Ainda recentemente numa reunião havida em Espanha, estiveram representados, como é do conhecimento público, quer armadores quer pescadores. É isso que continuaremos a fazer no futuro.

A quarta questão refere-se à política a seguir quanto às empresas nacionalizadas. Este ponto já foi largamente debatido em termos gerais pelo Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos e é essa a política que vamos seguir. Não deixa de nos preocupar, no entanto, a situação de algumas das empresas nacionalizadas no sector das pescas. E se uma delas, talvez a maior, não tem grandes problemas, porque a sua situação económico-financeira é de molde a mantê-la, a reestruturá-la e a fazê-la prosseguir dentro do sector público, não se pretendendo, portanto, tomar outra atitude em relação a ela, até porque seria constitucional, já as outras têm dificuldades cuja solução futura só os estudos em curso possibilizarão.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Cuidado com as tentações! ...

O Orador: — Há, no entanto, mecanismos legais e legislação que prevêm todas essas situações e é, certamente, dentro delas que actuaremos.

Relativamente às empresas intervencionadas há-as de dois tipos: as de produção e as de transformação ou conserveras. Tanto para umas como para outras estão nomeadas comissões para a desintervenção, legalmente constituídas, que nos vão indicar qual será a solução futura. E se em relação a algumas delas não temos dúvidas quanto à sua futura viabilidade

e, portanto, quanto à sua breve desintervenção, se for caso disso, já quanto a outras, no campo das conserveras, a sua situação preocupa-nos e não sabemos se a solução será, efectivamente, essa. Só os estudos nos permitirão chegar a uma conclusão sobre essa matéria.

O Sr. Presidente: — Como me parece que o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas prescinde da palavra, vamos fazer agora o habitual intervalo.

Está interrompida a sessão.

Eram 17 horas e 10 minutos.

A seguir ao intervalo assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para uma intervenção.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A política agrícola e pesqueira do IV Governo é marcada pela continuidade. Trata-se da mesma equipa governamental. O Programa é o mesmo.

Apenas duas coisas são diferentes, e ambas para pior.

A equipa surge-nos reforçada à direita com mais um «independente», conhecidíssimo militante do PPD/PSD. O engenheiro Barreira da Ponte, que já havia desempenhado — sem contudo tomar posse — as funções de Secretário de Estado do Comércio e Indústria Agrícola no III Governo, sai da sombra, para assumir plenamente as suas responsabilidades. O PPD/PSD vê assim reforçadas as suas importantes posições, que vão desde a chefia do Gabinete do próprio Ministro até à direcção do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária e ao responsável dos pareceres sobre atribuição de reservas.

Tamanho entrelaçamento entre o PPD e o Governo tornam compreensíveis as tentativas de demarcação da parte do partido do Governo que se registraram à última hora ...

Ao nível do Programa, a diferença consiste na afirmação clara de que os sectores público, cooperativo e privado teriam de ser tratados em igualdade, para poderem ser «concorrenciais». A obrigação constitucional de o Estado apoiar as cooperativas é assim suplantada pela ideia da «concorrência» entre sectores. Em nome de uma pretensa igualdade, o que o MAP visa é a liquidação das cooperativas e do sector público.

Anotadas estas diferenças, permanece válida — e mesmo reforçada — a demonstração que aqui fizemos em Setembro de que o Governo prosegue essencialmente a recuperação capitalista da agricultura e a restauração latifundista, com a liquidação da pequena exploração agrícola e das cooperativas e a destruição da Reforma Agrária.

O MAP insiste na política de aproximação ao Mercado Comum. Pela nossa parte nas nos cansaremos de desmascarar tal orientação pelas consequências.

cias que acarreta para o nosso país e, nomeadamente, para a agricultura e os agricultores portugueses.

Pode dizer-se que neste campo o nosso país começa já a pagar os custos da famigerada «integração». Prova disso é a alteração que já se sente do papel das Juntas das Frutas, dos Produtos Pecuários e dos Vinhos, que cada vez intervêm menos no escoamento dos nossos produtos agrícolas, incentivando e deixando cada vez o campo mais livre aos grandes intermediários (e por isso estão ocupadas por gente da CAP e da direita).

O que têm os Portugueses a esperar de bom dessa pequena Europa de alguns países capitalistas, mergulhados eles próprios numa crise económica e social tão grande que, face às suas produções excedentárias de leite, abateram 1 milhão de vacas leiteiras e destruíram 1 300 000 t de leite em pó, só para que não baixasse o preço?

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Como repetidamente temos afirmado, com a aproximação a essa Comunidade Económica Europeia, o mercado nacional ficaria inundado de produtos que liquidariam sem dó nem piedade as explorações agrícolas portuguesas.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A agricultura portuguesa pode desenvolver-se, e há-de desenvolver-se, não com velhas panaceias, mas sim como a inteligência e o trabalho dos agricultores, rendeiros, seareiros e assalariados agrícolas e com uma política verdadeiramente nacional.

É de salientar a este propósito que três anos de Reforma Agrária representaram já para o nosso país um aumento de quase 3,5 vezes da área semeada no tempo dos agrários. Aumentou cerca de 50% a área de forragens e mais do dobro a área de regadio. Na produção de arroz verificou-se um acréscimo de 75%, valor que atinge 40% no tocante à produção e rendimento do tomate. Quanto aos efectivos pecuários, duplicaram, enquanto o parque de máquinas aumentou mais de metade. E a juntar a estes êxitos, no mesmo período a produtividade da terra aumentou 50%, enquanto a produtividade do trabalho registava um aumento para mais do dobro!

Os resultados revelados na III Conferência da Reforma Agrária são bem a prova das nossas possibilidades e de quanto mais longe se poderá ir quando tivermos um Governo que, em vez de agredir, destruir e se locupletar com o dinheiro dos trabalhadores, apoie a agricultura com crédito e com técnica.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Ouvimos aqui há pouco o Sr. Ministro dizer, relativamente a estes números, que enviou uma nota para os órgãos de comunicação social contestando-os. Pois bem, nós registamos que o Sr. Ministro se nega a discuti-los aqui, quando minutos antes, para não responder às acusações concretas feitas pelo meu camarada Lino Lima, se acoitou no facto de não responder às acusações veiculadas pelos órgãos de comunicação.

Aplausos do PCP.

Mais uma vez o Governo foge ao debate público neste Órgão de Soberania e pratica o monólogo das notas oficiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Como a experiência demonstra, valem pouco as afirmações programáticas da equipa do MAP.

Na primeira vez que aqui se apresentou, em 12 de Setembro, pretendeu (sem convicção nem sucesso) defender como seus principais objectivos o aumento de produção, a melhoria da comercialização dos produtos, a defesa dos produtores e até (imagine-se!) a participação activa destes no controlo das estruturas comerciais e industriais do sector.

Mas logo em 4 de Outubro comunicou à Conferência da FAO reunida em Lisboa que a sua principal tarefa era «assegurar a estrita execução da Lei de Bases da Reforma Agrária, assim como a aprovação e publicação do diploma legal que definirá os critérios a aplicar para a fixação do valor dos diferentes bens a indemnizar».

Eis como, no curto espaço de três semanas, a equipa do MAP confirmou por palavras proferidas noutra sede aquilo que, quando criticada nesta Assembleia, pretendera negar.

Mais reveladora ainda foi e é a sua prática, a sua acção.

No que diz respeito aos problemas da comercialização, no curto espaço de três meses aconteceu «apenas» o seguinte: os adubos aumentaram 38% e, com a subida dos fretes e outras despesas, o agricultor passou a pagar pelo mesmo saco de adubo cerca de 45% mais caro; ao mesmo tempo, fechando os ouvidos à exigência dos produtores de serem fixados os preços nos sacos, o Governo incita os grandes intermediários a especular e roubar os camponeses; os pesticidas aumentaram até 38%; aumentaram as sementes de cereais, tendo as de trigo aumentado 100%. A EPAC mais uma vez não forneceu nem a quantidade nem a qualidade das sementes requisitadas; os preços fixados para o trigo cobrem apenas dois terços dos respectivos custos de produção, o que obrigou muitos produtores (especialmente pequenos agricultores) a não o semear; o gasóleo aumentou 33%.

Este é, sem dúvida, o Ministério do aumento dos preços de que depende vitalmente a nossa agricultura!

Ainda neste domínio, a mesma equipa que aqui prometeu eliminar as pressões dos que vendem para a agricultura e dos que compram os seus produtos é responsável pelos três casos tristemente exemplares que passo a expor:

A Junta Nacional de Frutas garantiu aos produtores nos princípios de Novembro que importaria batata de semente para lhes fornecer através das cooperativas. Pois há uma semana anunciou que afinal não faria a importação. E assim, com esta despidorada cedência aos importadores e à CAP, o Governo atira com os agricultores, irremediavelmente, para as mãos de uns tantos intermediários no momento em que já não existe outra alternativa e, portanto, tornando-os presas da especulação.

O mesmo organismo, tendo finalmente conseguido a exportação de batata de consumo, utilizou os seus meios e os dinheiros públicos não para ele próprio fazer essa exportação ou para a entregar às coope-

rativas de produtores, mas sim para a entregar a uma firma privada ligada à CAP.

Cedendo às exigências dos grandes marchantes e industriais, também há dias o Governo passou a subsidiar a carne de porco em 7\$ por quilograma, mas ao próprio intermediário e não à produção.

Este é, sem dúvida, um Governo ao serviço dos intermediários!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No domínio da produção, ouvimos promessas de utilização mais generalizada e criteriosa de sementes seleccionadas, adubos e fitofármacos, e do fomento das culturas forrageiras. Mas os que isso prometeram são os que, com a sua política de preços, provocaram uma diminuição de 30 % na utilização de sementes seleccionadas de cereais e uma baixa geral na utilização de adubos e pesticidas.

E são os mesmos que, em consequência da sanha que têm contra os trabalhadores e a Reforma Agrária, proibiram na prática os financiamentos às UCPs/cooperativas para pastagens, deixando assim por satisfazer os seus pedidos de crédito para mais de 40 000 ha.

Este é, sem dúvida, o Ministério da quebra da produção!

Aplausos do PCP.

A propósito da política de crédito, o Sr. Ministro — ausente, creio — ...

Risos do PCP.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Escapuliu-se!

O Orador: — ... repetiu aqui a manipulação de números relativos ao Crédito Agrícola de Emergência. Bom, o ex-Secretário de Estado Carlos Portas fez o mesmo. Mas os Srs. Deputados poderão verificar através dos documentos enviados pelo II Governo, e que o I Governo sempre se recusou a fornecer, que tais números são redondamente falsos. Só um exemplo: no concelho do Montijo, e por despacho governamental, esse crédito, legalmente utilizável só pelos pequenos e médios agricultores e cooperativas, é utilizado pela Sociedade de Rio Frio — 16 000 ha privados!

Em Setembro denunciámos aqui que da política de crédito do Ministério da Agricultura resultaria pura e simplesmente a exclusão dos pequenos agricultores e das cooperativas da Reforma Agrária. A experiência tem confirmado esta acusação. Vejamos, por exemplo, o que aconteceu com a célebre «PL 480», isto é, a linha de crédito especialmente destinada às pequenas explorações, favorável aos produtores, aberta em consequência de um acordo internacional.

Enquanto a CAP e os partidos que nesta Câmara falam a sua voz — o PPD/PSD e o CDS — pressionavam politicamente os seus homens no Governo, os seus «empresários» (grandes proprietários, comerciantes e industriais), informados por dentro, encenavam os estudos nos gabinetes técnicos privados, pagos a bom preço e bem encadernados. E assim fizeram chover no MAP, no mês passado, dezenas ou centenas de pedidos de crédito, que, segundo se

sabe, absorvem a já quase totalidade do crédito a conceder por essa via.

Entretanto o Ministério da Agricultura continuou a nem sequer informar os pequenos e médios agricultores sobre essa linha de crédito.

Este é, sem dúvida, o Ministério que nega o crédito aos verdadeiros agricultores e tem mãos rotas para os ricos!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Nas mãos deste Ministério da Agricultura o crédito dá origem a verdadeiros escândalos.

Ouça-se bem, Srs. Deputados!

A sombra da linha de crédito PL 480, oficialmente destinada a pequenas explorações, o Ministro Vaz Portugal autorizou um empréstimo de 50 000 contos à conhecida fábrica de salsicharia Aveirense, L.^{da}, sem mesmo sequer existir o estudo económico financeiro do respectivo empreendimento. Mas a Aveirense não se conformou e o processo foi «revisto». Em consequência, Vaz Portugal acaba de autorizar um empréstimo de 172 000 contos à taxa de 8 % ao ano e a prazo de dezassete anos!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Incrível!

O Orador: — Tudo isto decidido em apenas dois meses, apesar das fundamentadas dúvidas dos serviços técnicos do Ministério da Agricultura.

Aquilo que acabamos de revelar a esta Câmara exige, só por si, que se averiguem as verdadeiras razões de tal procedimento do MAP de Vaz Portugal.

O meu camarada Lino Lima propôs a criação de uma «comissão de inquérito ao MAP e aos serviços dele dependentes». Mas também convidou o Sr. Primeiro-Ministro nomeado a tomar perante esta Câmara o compromisso de ir adiantando uma averiguação feita em condições de isenção para que o povo português nela confie.

Perante as graves irregularidades que tão insólito procedimento do Ministério da Agricultura faz presumir, no caso que acabamos de referir, o Sr. Primeiro-Ministro também ficará calado?

O Sr. Lino Lima (PCP): — Não está a ouvir?

O Orador: — Em relação às pescas, esta equipa do MAP é ainda mais acintosa: sobre um sector que fornece 40 % da proteína animal da alimentação dos Portugueses o Governo escreveu nove alíneas sem nelas dizer rigorosamente nada.

Não nos espantamos com isso, porque a prática dos três meses de acção da mesma equipa mostrou à saciedade que a sua política é inconfessável.

Nesse curto período ficou demonstrado e confirmado que o MAP desbarata irresponsavelmente os nossos recursos marinhos, numa política de suicídio nacional que consiste em conceder licenças de pesca a frotas estrangeiras em termos que comprometem o nosso presente e o próprio futuro.

Por outro lado, mantém paralisada a frota do alto, impondo o virtual desemprego de 6000 trabalhadores e facultando campo livre aos especuladores em face da consequente quebra da oferta de peixe congelado. Ao mesmo tempo, essa atitude acarreta, em

tempo de desenfreada corrida internacional, que seja perdido para o País um dos nossos mais importantes pesqueiros — o da Mauritânia.

Além disso, a sua política em relação às empresas nacionalizadas ficou também muito clara: na sua linguagem «reestruturação» significa «liquidação», como já concretizou com a extinção do SAPP e, como vimos pela recente intervenção do Sr. Secretário de Estado das Pescas, se prepara para fazer com outras empresas.

Este é, sem dúvida, o Ministério-coveiro das Pescas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Do que acabamos de dizer ressalta claramente que estamos perante uma equipa desqualificada, com duas palavras, duas contas e duas medidas consoante as circunstâncias e os interlocutores.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O «plano de desenvolvimento integrado da agricultura» anunciado por Vaz Portugal, e ainda há poucos minutos novamente invocado, e a sua famosa «política integrada do sector desde a produção à comercialização e à transformação» não passam afinal de um conjunto concertado de medidas para encher os bolsos aos intermediários e para desencorajar os produtores, liquidando os pequenos agricultores, as cooperativas e a Reforma Agrária e privilegiando os grandes proprietários e capitalistas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A sua política de pescas é um plano de ruína nacional.

Aplausos do PCP.

Uma tal equipa e um tal Programa são motivo, só por si, da firme rejeição pelo Partido Comunista Português. Uma tal política agravará todos os problemas da agricultura e das pescas e dos que nela trabalham — por isso terá a firme oposição das classes laboriosas e das forças democráticas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito é que o Sr. Deputado Vital Moreira pretende usar da palavra?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É para um breve protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando o meu camarada Vítor Louro iniciou a sua intervenção, o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas não se encontrava na bancada do Governo, mas encontrava-se a ouvir na tribuna desta Assembleia que está à frente da bancada do Partido Comunista. O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas

não se dignou descer à bancada do Governo para ouvir e, se fosse caso disso, contestar a intervenção do meu camarada Vítor Louro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O protesto que faço dirige-se a esta forma inqualificável como o Governo se permite tratar esta discussão do Programa do Governo e também para que fique registado perante a Assembleia e o País o modo como o Governo se permite tratar o seu próprio Programa.

Aplausos do PCP, do PS e dos Deputados independentes Lopes Cardoso, Brás Pinto, Vital Rodrigues e Alves Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (Freitas Cruz): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Conforme se realça logo no início da rubrica que se refere à acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, não pretende o IV Governo pôr em prática soluções originais em matéria de política externa. Os princípios de base que a devem orientar decorrem dos imperativos constitucionais; da nova posição de Portugal no Mundo, uma vez democratizadas as nossas instituições e descolonizados os territórios africanos; decorrem, finalmente, da nossa inserção numa área geopolítica onde os interesses nacionais, sem prejuízo da cooperação que pretendemos e fomentaremos com todos os países do Mundo, encontram a sua realização plena e imediata.

Daí uma linha de evolução que vem do I Governo Constitucional, que desde logo se deu conta corresponder a opção europeia aos interesses e opções do País e iniciou o processo, que se reconhece não isento de sacrifícios, que levará Portugal à plena integração numa Europa na qual se insere geográfica, histórica, cultural e economicamente. Esta opção, apoiada pela maioria dos partidos representados nesta Assembleia, corresponde aos anseios do povo português e não é o Programa do Governo ousado ao qualificá-lo de factor decisivo e irreversível do nosso projecto nacional. Uma minoria poderá pretender que a opção europeia é exclusivamente determinada por razões políticas e comandada por considerações externas, alheias ao interesse nacional. A essa minoria perguntaria eu: para que países se orientam, tradicionalmente, as nossas trocas comerciais? Em que países se fixou o grosso da nossa emigração? Que países têm contribuído, com acções concretas, para a superação das nossas dificuldades económicas? E pergunto ainda: que outras alternativas nos sugere essa minoria? Uma política de isolamento, suicida no mundo de hoje, feito de interdependências, ou a integração numa outra zona económica, não designada mas porventura apetecida?

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — E o que é que responde?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — O Governo está aqui para perguntar?

O Orador: — Disse-se nesta Assembleia a certa altura do presente debate que no Programa não se dedicara uma só palavra ao facto de Portugal ter sido recentemente eleito membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas para os próximos dois anos. Desejo assegurar aos Srs. Deputados que não se tratou de um lapso, mas simplesmente da verificação do facto de tratar-se de um acontecimento já passado e que significou, aliás, um indiscutível sucesso da acção desenvolvida pela diplomacia portuguesa para conseguir aquela eleição. Não ignora o IV Governo que essa entrada para aquela alta instância da ONU o obrigará a um esforço suplementar de definição de posições em face dos mais importantes problemas mundiais que ali serão discutidos. Tal definição não terá, no entanto, nada de específico. As nossas posições no Conselho de Segurança serão as decorrentes da aplicação de toda a filosofia já constante do Programa, que se quis propositadamente genérico para se evitarem excessos de verbalismo que nada poderiam adiantar de útil.

Uma política de diversificação das nossas relações internacionais, prevista na Constituição, encontra igual acolhimento no Programa do Governo, que define, de forma pragmática, os sectores que entendemos dever privilegiar nas nossas relações com os países do Leste da Europa, do continente americano, com os árabes, com os africanos, nomeadamente os de expressão portuguesa. Não parece necessária a indicação no Programa de iniciativas a curto prazo destinadas a concretizar os princípios nele definidos. Poderei porém aqui citar dois exemplos do interesse que o Governo atribui a áreas geográficas cuja consideração pelo Programa foi considerada superficial. Um, a presença neste momento em Lisboa do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos, o primeiro Ministro árabe dos Negócios Estrangeiros a visitar Portugal. Outro, a preparação em curso de uma missão que a Angola se deslocará logo que esta Assembleia houver ratificado o Acordo de Cooperação, com vista a promover a concretização da política de aproximação e de colaboração com aquele país definida na cimeira de Bissau. Política esta que tem fundamentalmente em vista a prossecução de interesses portugueses e angolanos e não de interesses de terceiros, segundo uma certa «leitura» do Programa do Governo. Desta «leitura» confesso que procurei debalde encontrar no Programa uma confirmação.

Refere o Programa do Governo os principais sectores da acção que pretende prosseguir na busca de soluções para os problemas que no seu dia-a-dia se deparam aos emigrantes: a escolarização e o apoio cultural; a informação; a melhoria dos serviços de apoio; o incremento da rede de acordos e convenções que lhes assegurem, nos países de residência, as melhores condições de vida e de trabalho.

Dentro do espírito de economia que presidiu à redacção do Programa, entendeu o Governo dispensar a referência a medidas concretas que se propõe tomar. Posso, porém, dar conhecimento aos Srs. Deputados de algumas iniciativas actualmente em curso, das quais esperamos efeitos benéficos a muito curto prazo.

No campo da educação, propõe-se o Governo aumentar substancialmente o número dos professores

do ensino primário em França, país onde mais numerosas são as crianças portuguesas em idade escolar. Decorrem ainda neste momento negociações com as autoridades francesas, com vista à instalação, já no início de 1979, de uma rede de animadores lingüísticos, financiada pela França, que ajudará a suprir as reconhecidas carências da escolarização.

No campo da informação, está em via de conclusão a assinatura de um contrato entre a Secretaria de Estado da Emigração e a Radiotelevisão Portuguesa, que passará a assegurar, nas melhores condições técnicas e artísticas, os programas destinados aos emigrantes portugueses em França e na República Federal da Alemanha, onde passaremos a dispor de um segundo canal de televisão. O sucesso previsível desta operação conjunta levar-nos-á a procurar a colaboração de emissoras de televisão de outros países onde vivem colónias significativas de portugueses para difusão destes programas.

O aperfeiçoamento dos serviços de apoio aos emigrantes resultará de uma reestruturação dos serviços, centrais e periféricos, cujo estudo, empreendido por governos anteriores, está actualmente a ser ultimado.

Informo, por último, os Srs. Deputados de que dois importantes acordos se encontram actualmente em fase de negociação, podendo vir a ser concluídos dentro de breves meses: a Convenção de Segurança Social com os Países Baixos e um novo Acordo de Emigração com a República Federal da Alemanha. Apraz-me esclarecer o Partido Comunista Português de que os respectivos projectos foram ampla e democraticamente divulgados junto das associações de portugueses naqueles países, com vista à recolha de sugestões por parte daqueles que virão a ser os seus directos beneficiários.

O Sr. Presidente: — Estão inscritos para solicitar esclarecimentos ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros os Srs. Deputados Coelho de Sousa, Rodolfo Crespo, Alboim Inglês, João Lima e Vital Moreira e inscreveu-se agora o Sr. Deputado Anatólio Vasconcelos. Tem a palavra o Sr. Deputado Coelho de Sousa.

O Sr. Coelho de Sousa (PSD): — Sr. Ministro, ouvi com atenção a sua intervenção e merecem-me alguns reparos ou pedidos de explicação assuntos que abordou nessa mesma intervenção, particularmente em relação às Nações Unidas e ao Médio Oriente.

Quanto às Nações Unidas, como se sabe, faremos parte do Conselho de Segurança a partir de 1 de Janeiro próximo. Qual a política ou a posição de Portugal, por exemplo, em relação ao problema da Namíbia, que neste momento está em contencioso entre a África do Sul e o Conselho de Segurança?

Em recente discurso, o Sr. Presidente da República, na posse do Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, admitiu a possibilidade de pôr à disposição das Nações Unidas uma força de fuzileiros. Pergunto, pois, em que pontos do Globo e em que condições poderá ser utilizada esta força?

Uma terceira pergunta respeita à política externa para com a ilha de Chipre, sabendo nós que a Grécia e a Turquia são países que pertencem, como Portugal, ao Tratado do Atlântico Norte. Qual a posição do

Governo ou a posição da política externa portuguesa sobre os Acordos de Camp David e subsequente definição em relação à OLP?

A quarta e última pergunta refere-se ao seguinte: o que impedirá o restabelecimento das relações diplomáticas, a curto prazo, com os países árabes e a China?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, queira ter a bondade de informar se deseja responder separadamente a cada um dos interpelantes ou no final a todos eles.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, prefiro responder no fim, mas na medida das possibilidades de tempo, porque só disponho de cinco minutos.

O Sr. Presidente: — A Mesa poderá ser um pouco benevolente, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Crespo também para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Rodolfo Crespo (PS): — Sr. Ministro, há alguns meses discutimos aqui um programa de governo em que a política externa nos era apresentada numa linguagem tecnocrática, economicista, de gestão, e estamos hoje perante um programa de governo redigido numa linguagem diplomática neutra. Na realidade, os vectores da política externa portuguesa que decorrem do Programa do Governo respeitam, em primeiro lugar, à opção europeia. No entanto, parece-me que este Governo é um Governo que está pouco adaptado a essa finalidade do próprio Programa, já que a integração europeia foi possível, única e exclusivamente, porque em Portugal, depois do 25 de Abril, se instalou uma democracia pluralista. É que, Sr. Ministro, a integração europeia não é única e exclusivamente uma integração a nível governamental, visto que as instituições europeias além desse nível, pressupõem também o nível parlamentar, pois em todas as instituições europeias, quer no Conselho da Europa, quer nas Comunidades Europeias, existem instituições parlamentares. Daqui decorre que será necessário para que essa opção europeia se concretize que entre o Parlamento e o Governo se estabeleçam laços de troca de informações, o que me parece particularmente útil no caso, porque se trata de um Governo de independentes.

Gostaria, pois, de perguntar muito concretamente ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros se o Governo e o seu Ministério já pensaram na maneira de articular a acção do Governo com a acção do Parlamento, nomeadamente através da Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração, visto que a política que o Governo deverá defender nas instituições europeias tem, obrigatoriamente, de ser a mesma que os parlamentares defenderão nas instituições parlamentares. Parece-me que este diálogo é indispensável e gostaria de saber o que pensa o Governo a esse respeito.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aboim Inglês.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, tinha apenas três perguntas a colocar-lhe na continuidade da intervenção que aqui fiz. A primeira refere-se ainda ao facto de Portugal ser actualmente membro do Conselho de Segurança da ONU. Não é facto de somenos, e creio poder afirmar que há um consenso das forças políticas representadas nesta Câmara para atribuir relevância na diplomacia portuguesa a esse facto: como membro do Conselho de Segurança, Portugal vai ser forçado a tomar posição sobre um grande leque de problemas internacionais. Não é, pois, com filosofias genéricas que esta Assembleia está em condições de apreciar que medidas foram tomadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para encarar uma tarefa que certamente vai ser importante no futuro e não no passado.

Diz-se que a admissão é um facto já passado; mas a actuação de Portugal no Conselho de Segurança é um facto futuro. Sobre esse facto importante para o consenso generalizado das forças políticas presentes nesta Assembleia — já em outras declarações públicas declararam que era um facto importante — este Programa não diz nada, omite pura e simplesmente. Pedi explicações sobre este facto e as explicações não explicam nada. O facto não é um facto do passado, mas sim do futuro, e não é com filosofias genéricas que se resolvem problemas destes. Pergunto, pois, se o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo Mota Pinto pensa que a política externa de Portugal se há-de processar na continuidade das tradições do antigamente, isto é, à revelia do povo português.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Uma outra questão desejava pôr ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: como é que compatibiliza o capítulo do Programa do Governo que se refere a política externa com afirmações premissórias feitas no Programa, como, por exemplo, na p. 14, sobre o carácter indispensável para assegurar a nossa independência económica da «diversificação dos auxílios externos», a «diversificação de fornecedores e compradores», a «multiplicidade de interdependências». Pergunto, pois, como é que o Programa e a linha fundamental de política externa definida no Programa responde à questão que é colocada no final — pp. 85 e 86 — do programa de política externa, que diz o seguinte: «A difícil situação económica que Portugal atravessa deverá impor à política externa portuguesa uma actuação particularmente empenhada em todos aqueles sectores dos quais potencialmente possam vir a decorrer reflexos positivos que ajudem o País a encontrar um ritmo económico favorável e que, nomeadamente, tendam a restabelecer o equilíbrio do intercâmbio comercial com outros países.» Pergunto, pois, como compatibiliza isto com uma linha primordial de política externa que é o afunilar das dependências de Portugal em relação às dependências já existentes, responsáveis pelo desequilíbrio da nossa balança externa, responsáveis pela falta de ritmo de crescimento econó-

mico do nosso país; como compatibiliza o afunilar com a necessidade da diversificação que corresponde ao interesse nacional?

Desejava obter também do Ministério dos Negócios Estrangeiros uma resposta clara a esta simples questão: as relações de Portugal com os países africanos independentes que foram ex-colónias portuguesas vão processar-se numa base directa e sem interferência de quadros ou interesses de terceiros ou vão processar-se no quadro de interesses de terceiros e para responder a interesses de terceiros que não são os de Portugal nem os desses países?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, gostaria de lhe formular apenas duas ou três perguntas bastante rápidas e que resultam da algumas omissões do Programa governamental no que diz respeito à política externa e à política de emigração que me parecem importantes.

A primeira refere-se a problemas de cooperação com os Estados africanos ex-colónias portuguesas. Ao que consta, o III Governo — aliás, no uso ilegítimo de funções legislativas que não tinha por não ter passado na Assembleia da República —, à última hora, fez aprovar um diploma legislativo de regulamentação do Instituto de Cooperação Económica, atribuindo funções de condução da política de cooperação entre Portugal e os países africanos ex-colónias portuguesas de uma forma que me parece ter uma tónica mais no problema das contas do que no problema de uma política de cooperação e de aproximação em que as contas têm o seu papel principal, mas não são tudo. Desejava perguntar singelamente ao Sr. Ministro se o IV Governo pensa retomar esse projecto ou esse diploma legislativo que realmente atribui ao Instituto de Cooperação Económica e ao Ministério das Finanças a dominância e a condução da política de cooperação ou se, ao invés, vai retomar as propostas de trabalho que vinham já do II Governo Constitucional, que visavam criar mecanismos institucionais que davam um cunho político na política de cooperação em causa e que, efectivamente, tinham em conta os interesses nacionais não só do passado — os que fossem legítimos —, mas, acima de tudo, dos futuros.

E já que o Sr. Ministro falou da reestruturação dos organismos centrais e periféricos que têm por missão executar a política externa e a própria política de emigração, perguntava se vai ser ou não uma realidade a reestruturação desses serviços, em suma, a reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e se nessa reestruturação o Conselho do Ministério será o organismo que vai persistir ou será o organismo que vai ser eliminado, dado que a sua existência ou a sua condução tanta importância tem na colocação do pessoal diplomático, que, ao fim e ao cabo, nos representa no estrangeiro e executa *in loco* políticas definidas pelos executivos aqui em Lisboa.

Finalmente, Sr. Ministro, queria-me referir à política de emigração e, antes de mais, para me congratular que o IV Governo queira completar ou seguir a execução de algumas medidas bastante im-

portantes tomadas pelo II Governo Constitucional, como sejam os problemas da escolarização dos alunos portugueses em França, quer pelo aumento de professores, quer também pela negociação que o II Governo Constitucional fez aquando da visita do Sr. Presidente Giscard d'Estaing a Portugal, nomeadamente quanto à colaboração francesa de animadores sócio-culturais que terão funções de docência, e, como ainda nas negociações em França noutras domínios em resultado dessas negociações, para lhe dizer que, efectivamente, essas actuações neste momento são de extrema urgência e que terão de ser tomadas por qualquer Governo, congratulando-me, dizia eu, por V. Ex.^a ter tomado a iniciativa de o referir.

Mas seja como for e apesar de o Programa do Governo ter uma natureza enunciativa, apontando os campos em que, em matéria de política de emigração, o Executivo vai actuar, desejaría fazer duas perguntas muito concretas a V. Ex.^a: a primeira é quais os vectores concretos da política de informação para emigrantes que o Governo pensa tomar? Segunda, qual o papel que o Governo se reserva na realização, para 1980, do Congresso das Comunidades em Lisboa, que, como é sabido, tem iniciativa presidencial e cuja realização vai determinar, sem dúvida, a mobilização de uma máquina extremamente complexa e de fundo extremamente importante e para o que, à partida, tem de haver uma rentabilidade em matéria de aquisição de teses que, ao fim e ao cabo, são de política nacional?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ministro, a minha pergunta é simples. No Programa do Governo lê-se: «Será dado ênfase particular às relações culturais com certos países de África.»

Uma voz do PCP: — A Rodésia . . .

O Orador: — Certamente que esta fórmula imprecisa não está aqui por acaso nem sem intenção. Será que o Governo está já em condições de informar a Assembleia sobre o que entende por esses «certos países de África»?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Anatólio de Vasconcelos.

O Sr. Anatólio de Vasconcelos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós sabemos das boas intenções deste Governo relativamente às regiões autónomas. O seu Programa procura ser claro nesta matéria, ainda que tenha algumas lacunas, pelo que gostaria de fazer ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros a seguinte pergunta: o que é que se oferece dizer ao Sr. Ministro sobre as negociações da Base das Lajes? Para quando a sua concretização? Antes de 1980, ou só com o próximo Governo poderemos contar com essas já famosas negociações?

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Mas que preocupação, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Teodoro da Silva.

O Sr. Teodoro da Silva (PSD): — Sr. Ministro, a minha pergunta é muito simples e diz respeito a uma lei aprovada nesta Câmara, conhecida por Fundo de Apoio às Comunidades, que foi aqui apresentada há cerca de ano e meio e já há longos meses aqui ratificada.

Ora, aquando da discussão do Programa do II Governo Constitucional, verificou-se que não fazia parte do Orçamento a dotação necessária à entrada em execução dessa mesma lei. Portanto, a minha pergunta era: quando tenciona o Ministério dos Negócios Estrangeiros pôr em execução esta lei que nós reputamos da maior importância para o desenvolvimento e manutenção da cultura portuguesa e a ligação dos emigrantes portugueses à Mãe-Pátria?

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Queria perguntar ao Sr. Presidente se ainda me posso inscrever para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, dado que há uma pergunta que ainda não foi colocada e que tem uma certa urgência.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Dado que se aproxima a quadra do Natal e se sabe que muitos emigrantes — a maior parte deles, sobretudo os que estão mais perto — vêm a Portugal, perguntava ao Sr. Ministro quais são as medidas práticas que o Governo tomou ao nível dos transportes, da hotelaria e outras para assegurar quer a chegada a tempo quer o regresso também a tempo, em condições que não os façam perder os seus empregos, dos emigrantes que desejem passar esta quadra com a sua família.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros para responder.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, antes de procurar responder às perguntas que me foram feitas, gostaria de lembrar que — e penso que a Presidência estará consciente disso — para tantas perguntas eu precisaria de mais do que os cinco minutos a que tenho direito. Queria portanto perguntar se, nas respostas que vou dar, o tempo em que falar a mais não será contabilizado.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro. Tem o tempo que entender, como foi resolvido.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A primeira pergunta do Sr. Deputado Coelho de Sousa foi de qual seria a política do Governo Português em relação ao problema da Namíbia. Penso que, por enquanto, é uma questão hipotética, porque o problema da Namíbia não está, neste momento, a ser considerado no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Só a partir do dia 1 de Janeiro é que passaremos a pertencer a este Conselho, mas

quero assegurar-lhe que a partir desse momento começaremos a considerar esses problemas.

Não fizemos um programa de governo, nomeadamente na parte da política externa, detalhado e pormenorizado em que prevíssemos todos os problemas que já existem e os que se podem vir a levantar.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — É só para daqui a quinze dias ...

O Orador: — E eu ainda não estou há quinze dias à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo que ainda não tive tempo de reflectir sobre isto e, portanto, não lhe posso dar uma resposta honesta.

Quanto à questão do destacamento de uma força de fuzileiros ao serviço das Nações Unidas, a única vez que ouvi falar no assunto foi aquando do discurso do Sr. Presidente da República na posse do Sr. Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Portanto, quanto a isto também não posso dar qualquer resposta porque é um assunto que desconhecemos inteiramente.

Em relação à política que vamos seguir relativamente à ilha de Chipre, não nos podemos esquecer que na questão de Chipre estão envolvidos interesses de dois aliados nossos — a Turquia e a Grécia — e, portanto, a nossa atitude terá de ser, tanto quanto possível, de neutralidade.

Acerca do acordo de Camp David, é evidente que as nossas simpatias vão para este acordo e para todas as tentativas tendentes a resolver o problema do Médio Oriente por via pacífica.

Quanto à pergunta do Sr. Deputado Coelho de Sousa sobre o que impede o estabelecimento de relações com países árabes e com a China, eu responderia que nada o impede. Como disse há pouco, temos neste momento em Lisboa o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos e em relação a outros países árabes com que ainda não temos relações diplomáticas estamos a pensar estabelecê-las, tendo em conta as limitações orçamentais que não nos permitem abrir embaixadas em todos os países.

Mas posso assegurar ao Sr. Deputado que é nossa intenção, na medida das nossas possibilidades, estabelecer relações com vários países árabes.

Quanto ao estabelecimento de relações com a China, elas estão iminentes. Como se trata de uma negociação muito delicada não me é possível ir mais longe neste momento além de dizer que considero para breve o estabelecimento de relações diplomáticas com a China.

Ao Sr. Deputado Rodolfo Crespo, que classificou o programa de política externa de ter uma tonalidade neutra, e à sua pergunta concreta sobre a integração europeia, responderia que o Governo está perfeitamente consciente do que vai representar a negociação para a nossa adesão às comunidades europeias. É um assunto que corre não só pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas também por outros Ministérios e inclusivamente foi criado neste Governo um lugar de Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos e para a Integração Europeia. O que lhe posso assegurar é que os mecanismos de ligação e as articulações entre o Ministério que se vai ocupar dessas negociações e o Ministério dos

Negócios Estrangeiros estão no nosso espírito e que estou na disposição de vir a esta Câmara sempre que for necessário — em plenário ou em comissões — dar todos os esclarecimentos e estou inteiramente aberto a todas as críticas e comentários que VV. Ex.^{as} queiram fazer à condução dessa longa e muito espinhosa negociação.

O Sr. Deputado Aboim Inglês reconheceu — e aí estamos inteiramente de acordo — que a nossa entrada para o Conselho de Segurança das Nações Unidas é um facto do passado, e por isso não nos referimos a ela. Um facto futuro é qual vai ser a nossa política nesse Conselho. A única coisa que lhe posso assegurar é que vamos procurar defender aí os interesses portugueses. E queria também assegurar ao Sr. Deputado que, de maneira nenhuma, o Ministério dos Negócios Estrangeiros se propõe seguir aquilo que referiu, ou seja, a política externa do antigaamente, sem dar satisfações a ninguém. Somos uma democracia e, por nosso lado — estou convencido de que falo em nome de todos os meus colegas do Governo —, estamos prontos a vir a esta Câmara sempre que for preciso dar explicações e sujeitarmo-nos à crítica que seja feita pelos representantes do povo que aqui têm assento.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Não é o que se tem visto!

O Orador: — Ainda mal começámos a governar, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E de que maneira!...

O Orador: — Quanto à compatibilização entre o parágrafo do Programa em que se fala da difícil situação económica que Portugal atravessa neste momento e a preocupação de na nossa política procurarmos estabelecer o intercâmbio comercial com os outros países, eu responderia que a pergunta me parece sofística.

Sobre as relações com as ex-colónias não temos instruções nem para utilizar terceiros países nem, digamos, servir terceiros interesses. Nas relações com as nossas antigas colónias vamos, pura e simplesmente, tentar prosseguir o interesse nacional.

O Sr. Deputado João Lima fez-me uma pergunta sobre um decreto que teria sido aprovado pelo Governo anterior a propósito dos problemas de cooperação. Esse decreto ainda não foi promulgado, como sabe, a sua promulgação depende do Sr. Presidente da República. No entanto, é preocupação do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se crie uma estrutura nova para a cooperação que não é exactamente aquela que consta da filosofia desse decreto.

Quanto à pergunta sobre a manutenção do Conselho do Ministério, embora se me afigure que é uma pergunta excessivamente detalhada cuja resposta nunca apareceria num Programa de Governo, dir-lhe-ei que o Governo não tem qualquer intenção de eliminar o Conselho do Ministério, que foi criado há três ou quatro anos.

Relativamente às perguntas do Sr. Deputado João Lima sobre os emigrantes e sobre a protecção a estes — aproveito para responder também à pergunta da Sr.^a Deputada Alda Nogueira —, quero dizer que é

intenção do Governo e do meu Ministério reforçar os meios adequados no sentido de eliminar todos os obstáculos à entrada e saída rápida dos emigrantes com meios adicionais de transporte, facilidades alfandegárias, etc.

Dir-me-ão que tudo isto é uma declaração de intenções. Pois sé-lo-á, mas deixem-nos ao menos tentar demonstrar que somos capazes de fazer qualquer coisa. Poder-me-ão responder que de boas intenções está o Inferno cheio, mas a verdade é que este Governo está bem intencionado nesse sentido e tomámos devida nota não só da observação da Sr.^a Deputada Alda Nogueira como da pergunta do Sr. Deputado João Lima, cuja experiência em questões de emigração é bem conhecida.

Ao Sr. Deputado Vital Moreira responderia que a expressão «certos países» não tem nada de sinistro nem de caviloso.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não, não. Sinistro não ...

O Orador: — É que ouvi uma interjeição de «Rodésia, Rodésia» e a Rodésia nem sequer é um país ...

Quando falamos no problema de certos países — porque seria absurdo falarmos de relações culturais com todos os países africanos — é, para já, com certos países. Tenho em mente, por exemplo, o Senegal, que é um país de expressão francesa com que poderemos manter laços culturais mais estreitos.

De maneira que queria assegurar-lhe que não há nada de sinistro nem de caviloso na referência a «certos países».

Ao Sr. Deputado que me perguntou sobre o estado das negociações sobre a Base das Lajes, diria também que estou há pouco mais de quinze dias à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, sem atrair nenhum segredo de Estado, diria ainda que as negociações da Base das Lajes estão praticamente concluídas e estamos neste momento aguardando apenas que o Governo Americano responda à nossa última comunicação, o que certamente será em breve e espero bem que até 1980 possamos assinar o acordo das Lajes.

O Sr. Anatólio Vasconcelos (PSD): — Esperemos que assim seja ...

O Orador: — Quanto à última pergunta do Sr. Deputado Anatólio de Vasconcelos, confesso humildemente que não sei responder porque não me apercebi do que significava. Devo dizer que não estou na situação em que estava o meu colega, Ministro da Agricultura e Pescas, que era Ministro no regime anterior ...

Risos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — A verdade lá vai saindo ...

O Orador: — Trata-se de um *lapsus linguae*, de que peço desculpa, cometido sem quaisquer intenções. Queria dizer «no Governo anterior».

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mas lá vai atingindo o alvo! ...

O Orador: — Mas realmente não sei responder à pergunta porque não a comprehendo e porque não estou dentro do assunto.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Andam por aí fantasmas do regime anterior ...

O Sr. João Lima (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. João Lima (PS): — Desejava pedir ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros que respondesse a uma pergunta que lhe tinha posto e à qual certamente se esqueceu de responder, mas que considero importante e que se refere à actuação do Governo quanto ao Congresso das Comunidades de 1980.

O Sr. Presidente: — Queira responder Sr. Ministro, se assim o entender.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — A essa pergunta que tinha falhado nas minhas notas respondo que o Governo vai dar todo o apoio ao Congresso e há já uma comissão patrocinada pelo Sr. Presidente da República à qual o Governo dará também todo o seu apoio.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Reis para uma intervenção.

O Sr. António Reis (PS): — «O problema da cultura, o problema da mentalidade: este é, se me não engano, o problema característico do Portugal moderno e o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa.»

Estas palavras com que Sérgio iniciava a sua célebre conferência sintomaticamente intitulada «O reino cadaveroso» e pronunciada em Coimbra no preciso ano em que se instalou entre nós a ditadura militar, conservam, sem dúvida, flagrante actualidade. Até porque o «arrebol», que ele então pressentia e que viria pôr cobro à decadência do pós-quinhentismo, não vingou, e o que sucedeu foi antes a queda no abismo ainda mais fundo de quase cinco décadas de feroz obscurantismo. Se o problema da cultura já era grave, em mais crítico estado ficou, sujeito, como foi, aos tratos de polé dos partidários da morte da inteligência.

O 25 de Abril veio encontrar um país culturalmente exangue, mau grado a luta heróica de todos os que na resistência à ditadura souberam empunhar com coragem e desassombro os instrumentos do combate cultural, nas escolas, na imprensa, no livro e nas associações e organismos culturais.

O Sr. Álvaro Monteiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Com verdade se poderá dizer, pois, que a sobrevivência cultural do nosso país se fica devendo ao esforço titânico dos homens da cultura que militaram na resistência antifascista.

O Sr. António Armaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Deste período negro da nossa história, uma prevenção se pode desde já retirar: é que da posição de um regime ou de um governo perante a cultura muito se poderá aferir da sua orientação global, do sistema de valores por que se rege e dos interesses sociais que pretende servir. A anticultura do salazarismo era a expressão de um regime autoritário, imerso no conservadorismo social, no culto de um passado mistificado, no imobilismo mental e na censura económica.

Com o 25 de Abril veio a libertação política e com ela a esperança não apenas no desenvolvimento económico e na justiça social, mas também no esmagamento das limitações de toda a ordem, até então erguidas contra o pleno exercício do direito à cultura, por outras palavras, a esperança não apenas na democracia política, económica e social, mas também na democracia cultural.

Nesta intervenção ocupar-me-ei especificamente da problemática da política cultural em sentido estrito — como domínio mais esquecido e marginalizado que tem sido —, não me referindo, pois, às questões de política de educação, investigação científica e de comunicação social, que com aquela constituem uma política cultural em sentido amplo.

Como se impunha, os governos do 25 de Abril pela primeira vez reconheceram a necessidade de estruturar um departamento próprio que se dedicasse em exclusivo ao apoio ao desenvolvimento da vida cultural. A cultura parecia ir adquirir, assim, finalmente, o lugar que lhe competia no conjunto das tarefas e preocupações governamentais, ao mesmo tempo que fora da esfera estatal se multiplicavam as mais variadas iniciativas de vivificação cultural do País, graças à liberdade reconquistada.

A breve trecho, porém, a inflexão de rumo imprimida ao processo revolucionário conduziu a uma tentativa de utilização e instrumentalização política da cultura com o objectivo de difundir uma ideologia específica e de condicionar mentalmente a população a um novo totalitarismo, agora de sinal contrário. As tristemente célebres campanhas de «dinamização cultural», as discriminações nos apoios oficiais a iniciativas e a grupos culturais, a funcionarização no cinema, uma utilização sectária dos órgãos de comunicação social foram outras tantas expressões deste sentido instrumental e condicionador que se pretendeu conferir à política cultural no período que precedeu o 25 de Novembro.

Neutralizada em boa hora a dinâmica totalitária, pareciam criadas as condições para o desenvolvimento de uma política cultural democrática, avessa ao dirigismo, respeitadora da liberdade de expressão e criação e estimuladora do acesso e participação na vida cultural, sem preocupações elitistas.

Mas para que tais objectivos pudessem ser prosseguidos com eficácia, no pós-25 de Novembro, necessário se tornava repensar por inteiro a problemática da relação entre o Estado e a cultura, procurando evitar que a função daquele, ainda que respeitador da liberdade de expressão cultural, se viesse a assemelhar a um qualquer mecenato perante o qual a cultura se transformasse de instrumento de ideologização em instrumento de ostentação ao serviço dos fins do Estado que não dos cidadãos e dos criadores, numa perspectiva mais aristocratizante e comemorativa que democrática e projectada para a invenção do futuro.

É esta tentação que o Estado que se queira democrático deverá combater sem desfalecimentos. Porque, como diz, e bem, o socialista Eduardo Lourenço, «a única ética cultural do Estado deve ser a do antimecenato», quer dizer, de uma relação entre o Estado e as actividades culturais despida de todo o interesse estatal, em sentido próprio, como se os fins do Estado e da cultura se confundissem.

Enquanto parceiro cultural, o Estado não é ninguém. Por isso mesmo não deve ter necessidade de um específico brilho cultural, nem deve querer alcançá-lo empregando nisso o dinheiro que o conjunto dos cidadãos lhe confia para levar a cabo o desenvolvimento harmonioso do País. Rigorosamente não é encargo do Estado criar cultura, mas apenas fomentar iniciativas e suscitar os meios e o quadro que permitem à imaginação, já em acto ou potencial manifestar-se e existir, conferindo-se a si mesmo a sua própria e imprevisível finalidade.

Por isso, pensamos que um dos melhores métodos para combater uma tal tentativa consiste em adoptar como regra de ouro da política cultural democrática a descentralização nos seus múltiplos sentidos, permitindo discreta, mas eficazmente, que as iniciativas e os actos culturais brotem o mais possível sem uma interferência ou um controle centralizador, suscitando a vida própria dos grupos e associações culturais e sensibilizando e apoiando o poder local e regional para a realização de uma política cultural audaciosa. O contacto e a cooperação quotidiana com os órgãos do poder local devem, por isso, constituir um método privilegiado de actuação no sector cultural. Mas não menos importante é a abertura ao diálogo e cooperação com todas as instituições que agrupam os interesses dos criadores e dos fruidores da vida cultural, sem sectarismos de qualquer sinal.

Ora é precisamente este vector descentralizante e dialogante que nos parece muito pouco acentuado ao longo do Programa do IV Governo. Para além da referência à «sensibilização das regiões autónomas, das autarquias locais e das populações no sentido da salvaguarda do património cultural», nenhuma outra expressão nos é dada de uma linha de orientação que deveria ser considerada um dos eixos fundamentais da política a prosseguir. Nem sequer na alínea citada se faz alusão ao apoio a conceder às abnegadas associações regionais para a defesa e valorização do património cultural. Particularmente sintomática é a total omissão de qualquer referência ao projecto em curso de criação de uma rede de centros culturais regionais e às acções de animação cultural, que o Programa do III Governo aliás não enjeitava, antes articulava, e bem, com um programa de educação permanente. Omissão tanto mais surpreendente quanto é certo que o actual responsável da Secretaria de Estado da Cultura defendia uma perspectiva diferente numa entrevista concedida a um semanário, em 14 de Janeiro de 1977, e quando desempenhava as mesmas funções no I Governo Constitucional, afirmando, nomeadamente:

Do nosso ponto de vista, o que há que constituir é um conjunto de centros culturais que utilizem articuladamente as estruturas e espaços já existentes nas diversas regiões, cidades ou povoações ao longo do País, funcionando esses centros como pólos de irradiação da actividade cultural, estendendo-se a vários locais dentro de uma de-

terminada área geográfica [...] Pensamos que este ano poderão entrar em actividade alguns centros culturais, com a participação dos agentes culturais individuais ou colectivos das respectivas regiões.

Além disso, no Programa do I Governo Constitucional referia-se o propósito da «concretização das modernas concepções de animação cultural, estimulando as diversas formas de criatividade colectiva». Perspectiva correcta e que tanto o II como o III Governo respeitaram e prosseguiram. Como julgamos que só os tecnocratas tendem a mudar ou a adaptar as suas políticas aos diferentes governos que estão dispostos a servir, e como não tenho o escritor David Mourão Ferreira na conta de um tecnocrata, impõe-se uma explicação para esta estranha omissão no Programa do IV Governo. De outro modo, serei levado a crer que o actual Secretário de Estado da Cultura não terá sido insensível à crítica, imbuída de provincialismo tacanho e de sectarismo conservador, expressa numa comunicação da escritora Natália Correia ao VI Conselho Nacional do PSD, em que, a certo passo, se afirma, a propósito da política do II Governo Constitucional: «Dentro deste revivalismo de moldes culturais, concebidos pela 5.ª Divisão de triste memória, promove-se o alargamento da rede de centros culturais, prevendo-se a criação a curto prazo dos centros em Santarém e Viana do Castelo.»

Estará então o Governo de acordo com esta outra linha de orientação para a qual a «animação sócio-cultural e a formação de animadores mais não são do que a «continuação e propagação da execrável dinamização cultural dos tempos gonçalvistas»? Espero que o Governo tenha o suficiente senso para entender que afirmações deste tipo seriam de molde a produzir sonoras gargalhadas em qualquer reunião da UNESCO ou do Conselho da Europa!

O Sr. Marcelo Curto (PS): — Muito bem!

O Orador: — Também no que toca às regiões autónomas o Programa é omissivo em relação ao plano iniciado pelo II Governo de cooperação com o Governo Regional dos Açores e que tem merecido dos seus responsáveis um bom acolhimento, pensando-se na altura estendê-lo à Madeira. Já se comprehende que não aluda à transferência de competências e serviços para a Região Autónoma dos Açores, pois essa foi tarefa de que o II Governo se incumbiu, tendo os diplomas preparados na sua vigência vindo a ser aprovados pelo III Governo.

Passando agora à análise sumária das principais medidas contidas neste Programa, algumas questões nos ocorrem:

- 1) A criação do Instituto Nacional do Património Cultural acarretará ou não, como estava previsto e se impõe, a dissolução da Direcção-Geral do Património Cultural e, a prazo, a integração da Direcção de Serviços de Monumentos Nacionais do MHOP e da Repartição de Palácios e Monumentos Nacionais do Ministério das Finanças?
- 2) Pensa-se prosseguir ao mesmo ritmo do II Governo a preparação e publicação de decretos de classificação de valores concelhios,

- imóveis de interesse público e monumentos nacionais, de forma a dar rápida conclusão legal a processos iniciados, por vezes, há vários anos?
- 3) Qual o apoio que o Governo pensa dar à louvável iniciativa de muitas autarquias de promoverem a criação de bibliotecas-museus seus concelhos, apoio a que, sintomaticamente, também não se fez alusão?
- 4) Quais as prioridades que pretende estabelecer no planeamento de novas unidades museológicas?
- 5) Para quando prevê a publicação dos decretos-leis relativos às carreiras de pessoal dos museus e das bibliotecas, arquivos e serviços de documentação aprovados pelo II Governo e que procuravam pôr cobro a situações de revoltante injustiça na situação profissional dos trabalhadores destes sectores?
- 6) Como se explica a referência à publicação da Lei Orgânica das Bibliotecas, quando o grupo de trabalho encarregue deste projecto o substituiu, com a concordância do Secretário de Estado da Cultura do I Governo, pelo projecto de implantação do urgentíssimo sistema nacional de informação, condição *sine qua non* para a integração de Portugal nos sistemas internacionais de informação da UNESCO e CEE — entre outros organismos —, e para o qual só a Biblioteca Nacional pode servir de base de implantação através de um centro nacional de informação bibliográfica e de um centro nacional de trocas e de empréstimo internacional?
- 7) Tenciona o Governo manter os mecanismos criados pelo II Governo que estão a permitir à Biblioteca Nacional de Lisboa readquirir a sua dignidade e operacionalidade?
- 8) A referência à conclusão do anteprojecto da revisão do Código dos Direitos de Autor exclui a publicação próxima de vários projectos de diploma já prontos e que visavam preencher algumas lacunas mais importantes, nomeadamente as que instituíam as taxas sobre obras caídas no domínio público e um fundo de auxílio aos autores, por essas mesmas taxas sustentado?
- 9) Pensa o Governo publicar a legislação já pronta ou em elaboração para a regulamentação do apoio à produção, distribuição e exibição do cinema português, e à qual também não faz referência no seu Programa?
- 10) Em que sentido pretende o Governo rever os critérios de apoio aos grupos de teatro profissional? E qual o apoio financeiro que lhes pretende conceder em comparação com o que reserva para o Teatro Nacional de D. Maria II?
- 11) Pensa o Governo levar para a frente o projecto de criação do centro nacional do circo, lançado igualmente pelo II Governo?
- 12) Por que não faz referência à preparação em curso de importante legislação no domínio do teatro e dos espectáculos?
- 13) Porquê a tímida referência à simples «intensificação dos trabalhos preliminares tendentes à criação do instituto português do livro» e não se compromete com a decisão peremptória de o criar, já que o Governo encara como presumível a sua manutenção em funções até 1980?

Eis algumas das questões concretas mais importantes que nos suscita este Programa, em cujo elenco de medidas, muitas figuram, obviamente, que não podem deixar de merecer o nosso acordo, vindas como vêm na sequência da actividade de todos os anteriores Governos constitucionais.

É, porém, lícito concluir que as grandes questões de fundo, que nos são colocadas por este Programa do Governo no sector da cultura, prendem-se menos com aquilo que lá está do que com o que lá não está. E o que lá não está é decisivo para ajuizarmos da qualidade, da correcção da viabilidade das orientações e medidas contidas no Programa. Quais, em suma, os instrumentos de natureza financeira, administrativa, jurídica, técnica e legislativa a que o Governo recorrerá para promover o desenvolvimento do acesso e participação na vida cultural, o estímulo à liberdade de criação e fruição cultural, a dignificação do estatuto dos agentes e criadores de cultura, a preservação e valorização do património cultural do País, o intercâmbio com outras culturas — objectivos fundamentais de qualquer política cultural democrática?

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Para além de algumas vagas indicações, o Programa não nos fornece respostas satisfatórias para estas questões cruciais. Seria importante saber, por exemplo, se o Governo está disposto a aumentar substancialmente no próximo Orçamento Geral do Estado as verbas consagradas à prossecução daqueles objectivos de política cultural, concedendo a este domínio de governação um estatuto que rompa de vez com a sua marginalidade, como, aliás, era intenção do II Governo Constitucional.

Seria igualmente importante saber em que moldes vai prosseguir a reestruturação administrativa da Secretaria de Estado da Cultura: evitando as absurdas duplicações e até triplicações de serviços, a proliferação de minibabinetos, e pactuando com a dispersão por outros Ministérios de serviços que prosseguem objectivos próximos ou complementares da Secretaria de Estado da Cultura, ou rompendo com um tal caos administrativo, na sequência das orientações traçadas pelo II Governo e prosseguidas pelo III? Entrará o Governo disposto a incluir nos planos anuais de desenvolvimento um investimento significativo na criação de equipamentos culturais, designadamente nas zonas mais carenciadas do País, atribuindo-lhes um estatuto de urgência semelhante àquele que, certamente, confere aos restantes tipos de equipamentos colectivos, ou considera os equipamentos culturais um investimento subsidiário e de segundo plano?

Da resposta prática a questões deste tipo, que responsabilizam o Governo no seu conjunto e não apenas o seu departamento especializado, é que se poderá ajuizar da importância relativa atribuída ao lugar da cultura no desenvolvimento do País, e até do sentido ético da política global do Governo.

Aliás, a um Governo que se propõe, como um dos seus três grandes princípios ou objectivos, o «reforço da consciência da identidade nacional» e a confirmação da «compatibilidade da democracia com a promoção saudável e equilibrada do sentimento nacional», exige-se uma resposta consequente e eficaz no domínio da política cultural, instrumento decisivo para atingir tal desiderato. Pois não será o desenvolvimento da vida cultural em todas as regiões do País o apoio decidido à valorização dos nossos criadores um investimento na recuperação de um património em estado acelerado de degradação e a promoção no estrangeiro, em particular junto das comunidades portuguesas, de iniciativas que atestem a qualidade dos nossos criadores do passado e do presente, a melhor e mais eficaz forma de prestigiar o nome de Portugal na Europa e no Mundo, e de dar àqueles portugueses mais inclinados ao ceticismo uma razão válida para que sintam que, apesar das dificuldades, dos obstáculos e até dos fracassos relativos, pode valer a pena continuar a viver neste país?

Porque — não temhamos ilusões — não é com acções de carácter propagandístico e de sinete governamental que se poderá algum dia promover o sentimento nacional. Não se pense reincidir nos métodos do famigerado SNI ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... ou numa certa concepção da «educação nacional», ainda que conferindo ao «sentimento nacional» um conteúdo mais consentâneo com a vivência democrática e a abertura ao mundo do Portugal de Abril. Ta's métodos seriam uma vez mais contraproducentes, provocando efeitos contrários aos pretendidos. Será, sim, pela promoção de um autêntico e intenso desenvolvimento cultural, por uma política propiciadora de tempos livres empregues na valorização da personalidade dos cidadãos, que — indirectamente, mas eficazmente — poderemos reforçar o orgulho de sermos portugueses.

Applausos do PS.

O que aqui fica dito atesta bem a importância estratégica que os socialistas atribuem a uma política cultural democrática e avançada. Não foi por acaso que, se não erro, acabamos de ser o primeiro partido, em todos os debates parlamentares sobre programas de governo, a consagrar uma intervenção exclusivamente a esta questão. Porque, para nós, a orientação seguida em tal domínio será uma pedra de toque e um dos barómetros privilegiados para nos certificarmos da maior ou menor correcção da orientação política global de qualquer governo.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Muito bem!

O Orador: — Oxalá prossiga, pois, o esforço que estava em marcha para o desanuviamento da atmosfera cultural do País. Tal seria, aliás, a melhor home-

nagem efectiva a prestar ao grande poeta e escritor Miguel Torga, que é também uma figura grande do socialismo democrático português.

Applausos do PS.

Da nossa parte, caso o Governo venha a ver o seu Programa não rejeitado por esta Assembleia, manteremos sobre esta política uma atenção particularmente vigilante.

Applausos do PS e dos Srs. Deputados Cunha Simões e Sá Machado (CDS) e Vital Moreira (PCP).

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, Álvaro Monjardino.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Álvaro Monjardino): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Decerto que, se não houvesse uma crise, e crise grave, desde o campo económico-social até ao das relações interpartidárias, no nosso país, um Governo como este não viria apresentar-se à Assembleia da República e sujeitar-se à prova — rude, incómoda, mas salutar — da apreciação do seu Programa, e até da personalidade dos seus próprios elementos integradores.

O facto sucedeu, porém. E sucedeu porque uns tantos portugueses — Deus sabe que não por iniciativa própria — se prestaram, em confronto com a sua consciência cívica, à formação de um grupo que assegure o governo de Portugal até que, num horizonte não necessariamente de curto prazo, as forças políticas organizadas o tomem de novo em suas mãos.

Isto sucedeu também porque esses portugueses acreditam nas virtudes e nas potencialidades da democracia e da liberdade.

Mas, por sentirem os formidáveis riscos que pesam sobre um futuro exercício democrático do Poder, não se demitem, como cidadãos responsáveis que são, de trazerem o seu concurso a uma solução governativa — que nem por ser apartidária lhes parece menos constitucional —, a qual possa, a par com a acção dos partidos aqui representados e com o esforço colectivo de todos os Portugueses, ajudar a consolidar instituições políticas dignas do povo que somos, perante a vida que nos rodeia, perante o mundo a que pertencemos e perante a história que assumimos, respeitamos e queremos continuar.

Assim, cremos ser nosso dever afirmar a esta Assembleia, integrada de representantes eleitos, em 1976, pelo povo português, que — neste dealbar de 1979 — aqui não viemos para nos sobrepormos a ela, aqui não viemos para a afrontar, humilhar ou amesquinhar ...

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ... aqui não viemos para combater ou para diminuir o Parlamento, que perante nós se encontra, que a Constituição consagra e que este Governo não discute.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Desejámos não ser pretensiosos, nem tomados como tais. Oferecemos o que temos e o que somos, na pouco invejável situação de, mesmo

com sacrifícios pessoais, sermos olhados — e com menor justiça — como intrusos, como tolerados, ou como gente de inconfessáveis ambições.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que ideia!...

O Orador: — O papel que assumimos é complementar do dos demais Órgãos de Soberania; a motivação que nos anima é a de servir; e o espírito que aqui trazemos é o de colaboração digna, íntima e frutuosa com esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Caber-me-á, durante o período de vigência deste Governo (de momento nomeado, empossado e em funções), ou seja, ao longo do tempo que ele porventura durar e sob a forma por que durar, garantir e manter directamente as relações entre ele e esta Assembleia. Um Ministro entre dezoito (contando com os dois Ministros da República). Uma fracção da actividade governamental, portanto. Mas sem esquecer o papel crucial, para o País e para as instituições democráticas, das relações que vierem a desenhar-se e, esperamos, a estabelecer-se entre o Parlamento e um Governo que dele não saiu, muito embora nada imponha que se tenha sido eleito para poder exercer funções governativas em Portugal.

Tendo isto presente, desde os princípios às sensibilidades, e seja qual for o resultado da votação de amanhã, pretendia deixar aqui claramente indicado o caminho que, no exercício destas funções, me parece ser de seguir.

E é simples. Ele consistirá no contacto permanente com os grupos parlamentares e, se nisso não for encontrado inconveniente, com as diferentes comissões desta Assembleia; no diálogo com as forças políticas aqui presentes, mantido na convicção de que cada uma delas representa, organizadamente, uma perspectiva da totalidade dos interesses nacionais.

Naturalmente que este diálogo correrá em paralelo com o que o Sr. Primeiro-Ministro entender que vai manter com os dirigentes dos partidos aqui representados.

É racional, por tudo isto, que o Governo procure, caso a caso, uma cobertura mínima desta Assembleia: fá-lo-á desde logo na resposta à acção fiscalizadora que a ela compete; fá-lo-á nas tentativas de concertação sobre medidas legislativas que aqui se forem tornando, quer por iniciativa dos Srs. Deputados, quer por iniciativa governamental.

Será neste espírito que aqui estarei. Na fé de que a Assembleia, consciente das suas responsabilidades, que não enjeita, perante ela e perante a história ...

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

O Orador: — ..., condicionará positivamente a acção do Governo — o que é dizer: permitindo-lhe, de maneira positiva, governar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de terminar estas breves considerações, pretendia desfazer o que suponho haver sido um equívoco gerado à volta da minha participação no IV Governo.

O Ministro Adjunto nada tem de especial que ver, no exercício das suas funções, com as regiões autónomas. Nenhuma delegação do Primeiro-Ministro

sobre esta matéria lhe foi feita, nem provavelmente será. As regiões autónomas têm as suas vias próprias, formais e informais, para fazerem chegar a sua voz junto dos Órgãos de Soberania, desde o Presidente da República e desta Assembleia até ao Governo de que faço parte.

Vive-se, naquelas regiões, uma experiência política apaixonante, qual é a do nascimento e dos primeiros passos de instituições democráticas regionais que nunca em Portugal haviam existido.

Vozes do PS: — Em Portugal!

O Orador: — O meu contributo, suponho que construtivo, para esse processo, foi colaborar num projecto de estatuto autonómico provisório, participar na orgânica governativa pré-estatutária e presidir por dois anos, e após eleições, a uma Assembleia Regional.

Esta Assembleia, tanto quanto me recordo, viu apenas quatro ou cinco dos seus decretos declarados inconstitucionais — o que creio bem não ser *record* nacional — ao mesmo tempo que obteve já, e por iniciativa sua, a declaração da inconstitucionalidade de diplomas provindos dos Órgãos de Soberania. Nós lá não dramatizávamos nada isto; entendíamos que em Portugal os mecanismos de *contrôle* da constitucionalidade funcionam, e que ainda andamos todos à procura de equilíbrios institucionais, que é nossa obrigação ajudar a conseguir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Bem mais dramáticos se nos antolham os desequilíbrios económicos, políticos e institucionais que sentimos existirem na sociedade portuguesa. Para os afrontarmos, patrioticamente, aqui viemos e aqui estamos.

Não contra esta Assembleia, mas com ela.

Aplicações de alguns Deputados do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ministro Álvaro Monjardino certamente que aceitará que da minha parte seria agradável poder dar-lhe uma saudação de bom regresso a esta Casa, após uma ausência de quatro anos.

Risos do PS e do PCP.

Vozes do PSD: — Psiu!

O Orador: — Compreenderá também que o não posso fazer. Isto como introdução a duas perguntas que tenho a fazer-lhe.

Primeira pergunta: o Sr. Ministro afirmou a um órgão de comunicação social da Região Autónoma dos Açores — afirmação até agora não desmentida — que entendia a sua nomeação para um cargo de Ministro no Governo da República como uma «missão no ultramar». Creio que é urgente que o Sr. Ministro explique à Assembleia o que queria dizer com tal expressão e o que é que ela significa quanto ao entendimento das relações entre a República, por um lado, e as regiões autónomas, por outro, que também fazem parte da mesma República.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — A segunda pergunta é mais simples. Referiu-se o Sr. Ministro à experiência política apaixonante nas regiões autónomas. Não sou eu nem o meu grupo parlamentar quem vai contraditar esta afirmação. Entretanto, creio que é importante obter do Sr. Ministro a resposta à seguinte questão: considera que nessa experiência política apaixonante se incluem também as medidas do Governo Regional da Madeira, presidido pelo Sr. Alberto João Jardim, que incluem discriminação, por motivos políticos e ideológicos, no acesso a cargos directivos nas escolas regionais da Madeira?

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Outra vez?!

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — É preciso ter lata!...

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — É sempre a mesma cassette!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado Vital Moreira, regressado a esta Casa — como houve o cuidado de lembrar — depois de uma ausência de quatro anos, e não ferido por qualquer das incapacidades constitucionais, devo dizer-lhe que me sinto inteiramente à vontade e descontruído e absolutamente nada complexado para lhe responder em inteiro descanso sobre as duas perguntas que me foram formuladas.

Applausos do PSD e do CDS.

Quanto à primeira pergunta, confirmo ter declarado ao Emissor Asas do Atlântico que vinha fazer uma «comissão no ultramar».

Sr. Deputado, apelo para o seu sentido de humor e para os seus conhecimentos de geografia (*risos do PCP*). A Região Autónoma dos Açores fica a 1500 km da Europa firme e tudo quanto seja sair das ilhas, para nós, é ultramar. Nós não pretendemos ser a metrópole do continente português. Quanto a isso esteja inteiramente descansado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PSD e do CDS.

O Orador: — O que pretendi dizer foi que, em missão de serviço e não de guerra, vinha, na medida das minhas modestíssimas possibilidades ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Lá isso sim!

O Orador: — ..., porque se entendeu necessário ajudar o meu país.

Pode crer que não disse mais nada. E, sem nenhum complexo também, espero que não haja quaisquer ressaíbos de outros tempos que façam conotar este nosso território português do continente com qualquer outra coisa que não tem nada que ver com isso.

Suponho que com um pouco de humor, repito, e um pouco de conhecimento das realidades estará inteira-

mente compreendido o que eu disse, e espero que não tenham mais nada para me apontar.

Quanto à outra pergunta em que se referiu a uma tomada de posição do Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira — com quem suponho que terei sido confundido, quando há dias fez uma referência a alguma posição que eu tivesse tomado sobre federalismo, sendo certo que nunca me manifestei sobre esse assunto, mas sim o Dr. Alberto João Jardim —, devo dizer-lhe que não acompanhei com o mesmo cuidado desta Câmara a discussão que aqui e que na Região Autónoma da Madeira se gerou sobre esta matéria.

E é evidente que só lhe posso responder com a Constituição e com o Estatuto das Regiões Autónomas na mão. O que se passou de facto não é matéria do meu conhecimento suficientemente aprofundado para lhe poder dar uma resposta sobre a validade das interpretações que foram dadas. Pois se efectivamente se tratava de lugares de livre nomeação, provavelmente, o entendimento será um, mas se se tratava de lugares em que não havia livre nomeação, o entendimento será outro. Não tenho elementos de facto que me permitam responder-lhe.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Estou esclarecidíssimo!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Ainda bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Angélico!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Este Governo fala de mais! ...

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Ministro, ouvi com interesse a sua intervenção e registei com agrado as suas afirmações de respeito por este Parlamento e o seu propósito de manter com os grupos parlamentares um contacto permanente. Mas na parte final da sua intervenção, quando o Sr. Ministro se referia à sua experiência nas regiões autónomas, pareceu-me ouvir a utilização da expressão «lá», quando se referia às regiões autónomas, e «Portugal», quando se referia ao continente. Admito que se trate de um lapso. Mas, como o Sr. Ministro comprehende, trata-se, neste caso, de um lapso carregado de equívocos, de maneira que a clareza obriga-me a perguntar-lhe se se trata efectivamente de um lapso ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É ridículo!

O Orador: — ... ou se porventura entende que Açores e Portugal são entidades distintas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado, eu leio esse parágrafo: «Nós lá não dramatizámos nada isto; entendímos que em Portugal os mecanismos de controle da constitucionali-

dade funcionam e que ainda andamos todos à procura de equilíbrios institucionais, que é nossa obrigação ajudar a conseguir.»

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Suponho que esta repetição da leitura terá satisfeito completamente as dúvidas que V. Ex.^a apresentou.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sá Machado.

O Sr. Sá Machado (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O Programa do IV Governo, em matéria de política externa, diz na verdade muito pouco. Mas diz o essencial no que respeita à questão maior do posicionamento externo de Portugal, cujos parâmetros e sectores identifica com suficiente clareza, embora de maneira não exaustiva. E mesmo que se possa dizer, com inegável pertinência, que tal identificação apenas repete o que com maior rigor e de modo mais sistemático e aprofundado fizeram o I e II Governos Constitucionais, o facto é que, em matéria de tanta transcendência e com reflexos tão determinantes tanto na esfera da política externa como na da política interna, a repetição é sempre uma virtude. E aí reside, parece-nos, o mérito do Programa do Governo.

Importa, com efeito, repetir que Portugal opta pela Europa; que somos um país ocidental; e que o Atlântico constitui uma dimensão natural e necessária da nossa política externa. Porque o ser europeu, ocidental e atlântico decorre daquilo que somos como país; tem a ver com a nossa própria identidade nacional.

A opção europeia — concretizada já em passos irreversíveis, de que cumpre destacar o pedido de adesão à Comunidade, consagrado pelo voto maioritário, largamente maioritário, dos representantes do povo nesta Assembleia da República — merece uma referência especial. Porque constitui essa opção, por um lado, a demonstração e o processo de reintegração de Portugal no caminho largo da sua história centenária, no mundo dos valores que estão na matriz da nossa cultura e da nossa civilização e que vão iluminar, de certo, o nosso futuro. Opção europeia, que encerra, por um lado, o ciclo das ambiguidades e dos equívocos pós-revolucionários, ciclo esse marcado pela tentação espiritual de um terceiro-mundismo que não representava, no fundo, outra coisa que a afluência visível de um absurdo complexo de culpa; complexo de culpa que, na forma contraditória como se exprimem, por via de regra, estas manifestações de uma certa patologia colectiva, mas não era do que o prolongamento e a herança da mentalidade colonial.

Não enjeitamos nada do nosso passado; não enjeitamos sobretudo aquilo que foi, por certo, a mais autêntica e profundamente vivida aventura colectiva do povo português: as descobertas e a expansão ultramarina.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Fê-las Portugal no tempo próprio, contribuindo desse modo, de maneira relevantíssima, para a construção do mundo moderno e sobretudo

para o que nele ficou a existir de compreensão, de diálogo, de tolerância. Regressados às fronteiras antigas, trazemos connosco esse único enriquecimento. Não devemos envergonhar-nos dele, seja qual for a perspectiva ou o quadrante em que nos situemos.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Pelo contrário, esse passado constitui o investimento que hoje nos dá o direito de ter uma voz respeitada nas instâncias de decisão internacional, de novo abertas pelo termo dessa perversão da nossa história que foram as guerras coloniais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Soubemos, embora tardivamente, pôr-lhe termo; e mesmo que o processo de descolonização, que se lhe seguiu, se tenha saldado por sacrifícios e custos desproporcionados, injustos e em grande medida evitáveis, a verdade é que todos, portugueses e povos das ex-colónias, os suportamos e pagamos em conjunto. Não temos assim que alimentar complexos de culpa.

Assumindo o seu lugar na Europa, não o faz Portugal à custa de nenhum dos seus interesses fundamentais noutras áreas; desejadamente, não o faz à custa do diálogo privilegiado a que tem direito com os países dos continentes cujos contornos primeiro definiu e com os países que, cedo ou tarde, soube trazer à comunidade das nações.

Congratulamo-nos por isso com o empenho manifestado pelo IV Governo em reforçar o papel europeu de Portugal; como nos congratulamos com a idêntica reafirmação dos vectores atlântico e ocidental da política externa explicitados na confessada fidelidade à aliança atlântica e às solidariedades que nessa área decorrem não apenas de razões de segurança e de defesa, mas também das amizades que tradicionalmente nos ligam aos países de ambos os lados do oceano.

Defendemos a integração na NATO como imperativo elementar de segurança num mundo que, mau grado os propósitos de desarmamento, não encontrou ainda melhor remédio para garantir a paz que o precário equilíbrio da força. Face ao reforço constante do poderio militar do Pacto de Varsóvia, o enfraquecimento da organização atlântica não contribuiria, certamente, para a manutenção da paz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afirmei, no início da minha exposição, que o Programa do Governo, embora dizendo o essencial, quanto aos pressupostos do posicionamento externo, dizia pouco. E assim é, mau grado a importância e o significado que se reconhece à enunciação desses pressupostos, a verdade é que ela não é exaustiva, tem carácter predominantemente teórico, não é original e, sobretudo, não abrange senão parte do aspecto das questões que são relevantes neste sector e que importaria tratar e desenvolver. Por outro lado, o Programa não fornece indicações precisas ou suficientes quanto ao modo como pensa o Governo actuar com vista à concretização da sua política externa. Importaria muito, até porque se trata de matéria de aceitação pacífica na sua quase totalidade, ir além das simples intenções e apontar as

metodologias, os instrumentos e os suportes institucionais que o Governo vai pôr ao serviço dessa política, da sua condução e do seu apoio.

Como importaria aprofundar, na teoria do relacionamento externo, alguns dos seus aspectos mais importantes tanto em sede de integração como em sede de cooperação.

Ocorre-nos, de modo particular, a questão melindrosa e urgente da cooperação com os novos países africanos de língua portuguesa. Não vale, certamente, a pena determo-nos na reafirmação da importância política, económica e cultural das relações com as antigas colónias. Até porque, à força de o repetirmos, corremos o risco de nos irmos bastando com as intenções.

De qualquer modo, estimariamos ver consagrada no Programa do Governo uma mais clara manifestação de vontade no sentido de estreitamento dessas relações; consideramos, por outro lado, omissão de vulto o silêncio quanto aos suportes institucionais e organizativos com que o Governo conta para elaborar e cumprir a política de cooperação com os novos países e, de um modo geral, com os países em via de desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de assunto demasiado importante para ser passado em claro. A cooperação é um dos instrumentos fundamentais da política externa e se é desejável, como parece fora de questão, que a política externa se cumpra a partir do Ministério dos Negócios Estrangeiros, seria lamentável vê-lo amputado de mais este poderoso instrumento de actuação. *Cela va sans dire*, estamos a pensar também na política de integração europeia, claramente atribuída no Programa do Governo a outros dos seus departamentos sem que, no capítulo dos negócios estrangeiros, alguma coisa se diga quanto à quota-parte, pelo menos de responsabilidade, que aí se reserva ao respectivo Ministério. Embora não pretenda abordar esta questão, sobre que tanto se tem discorrido, apenas direi que a participação do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do aparelho diplomático português, nesse sector, não deve ser afastada: já porque o Ministério dispõe de experiência e de conhecimento que se impõe aproveitar, já porque muitas das negociações, complexas e demoradas, a realizar no âmbito da adesão, terão lugar em sede bilateral, com intervenção necessária da representação diplomática.

Voltando ao problema da cooperação, não se diga que se trata de questão de somenos a de saber a quem vai caber a respectiva política e como vai executar-se. Com efeito, esta não é uma questão puramente adjetiva, pelo contrário, coloca-se aí a problemática dos fins e da filosofia da própria cooperação.

Receamos muito, cumpre-nos confessá-lo, que uma visão demasiadamente tecnocrática ou economicista leve a reduzir o conceito de cooperação à prestação de assistência económica e financeira ou a confundir cooperação com solução dos contenciosos dessa natureza, que ocorrem nas relações com as antigas colónias. Tal compreensão levaria a confiar a critérios de carácter contabilístico a responsabilidade por decisões que têm carácter vincadamente político.

Não pretendo com isto dizer que o contencioso económico-financeiro existente com Angola e Moçambique seja menos importante ou menos urgente. Creio mesmo que esses contenciosos constituem motivo de grande perturbação e são obstáculo de tombo à completa normalização das relações com esses países. Urge, portanto, resolvê-los, no interesse de cada uma das partes.

Todavia, trata-se de matéria diferente da cooperação, com a qual, repito, não devem confundir-se ou associar-se: já porque o chamado contencioso é de sua natureza circunstancial e resolúvel, já porque a cooperação que Portugal pode e deve oferecer aos novos países não é, nem deve ser, de natureza exclusiva ou predominantemente financeira, como tenderia totalmente a tornar-se, se a confusão com o contencioso se operasse, e, coerentemente com tal posição, a condução dessa política fosse cometida a outra entidade que não o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A cooperação que Portugal pode e deve oferecer aos novos países reveste características peculiares. Por outro lado, bem se pode dizer que terá de ser retirada, em grande medida, das nossas próprias carências. Somos um país com enormes dificuldades económicas e financeiras, nós próprios beneficiários de ajuda externa. Colocar a cooperação na óptica exclusiva da assistência financeira teria nessas circunstâncias, certamente, o sabor de despropósito ironia. Depois — e esta é a razão fundamental por que pensamos deva ser de outro tipo a cooperação a desenvolver —, Portugal está particularmente apetrechado para prestar essa outra cooperação, a qual, de resto, é aquela de que os novos países mais carecem para responder às necessidades mais instantes das respectivas populações. Acresce a circunstância de a contribuição de Portugal, nesse domínio, não ter sucedâneos ou alternativas imediatas, pelo menos com as mesmas ou próximas virtualidades de recepção e aproveitamento. Refiro-me à prestação de conhecimentos e serviços em sectores tão decisivos como o ensino, a administração, a saúde, a agricultura, as indústrias intermédias, etc. Refiro-me, em suma, à cooperação de natureza cultural, técnica, científica e tecnológica, para as quais nos encontramos particularmente apetrechados e vocacionados. Até, e decisivamente, porque dispomos desse inigualável instrumento de aproximação que é o idioma comum.

Instrumento fundamental da política externa, a definição e a execução da cooperação deve caber ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em cujo âmbito terão de criar-se os indispensáveis suportes organizativos e institucionais. Lembro a este propósito o projecto de criação de uma Direcção-Geral de Cooperação, que o II Governo Constitucional deixara preparado e apenas dependente de decisão do Conselho de Ministros. Creio que se trata da solução adequada para o problema em apreço e que merece ser ponderada.

Imputar a responsabilidade pela política de cooperação a entidade diferente do Ministério dos Negócios Estrangeiros constituiria, penso eu, e volto a repeti-lo, um erro grave susceptível de provocar maiores prejuízos num domínio já fortemente afectado por sucessivos atrasos e hesitações.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Esta intervenção já vai longa, embora nela se tivesse limitado, além da manifestação de apreço que o Programa do Governo nos merece na sua parte mais teorizante, a tratar um dos aspectos cuja omissão nesse Programa se nos figura, por seu turno, mais digna de criticar.

Para terminar, referirei apenas uma outra questão, de resto relacionada com as que foram objecto da apreciação precedente: trata-se da questão da língua e da necessária política de afirmação cultural portuguesa

no exterior, que vise, de modo prioritário, promover e defender a língua portuguesa. Património inestimável, que compartilhamos com o Brasil e com os novos países africanos que a falam, gerador ele próprio de solidariedade irrecusável, a sua defesa constitui um imperativo que devemos cumprir com amor e entusiasmo.

Na linha, de resto, da orientação de salvaguarda e defesa dos autênticos valores da nossa cultura propugnada pelo Sr. Primeiro-Ministro Mota Pinto, homem de cultura, a quem me agradeço apresentar neste momento a minha homenagem de muito apreço e admiração.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, ficou estabelecido pelos partidos fazer-se agora um intervalo de hora e meia, para jantar. Findo este, recomeçará a sessão.

Está suspensa a sessão.

Eram 20 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 22 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra para uma intervenção.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Serviço Nacional de Saúde é um imperativo constitucional mas é também uma das mais vivas reivindicações das classes trabalhadoras.

O Programa do Governo refere-se à implantação de um Serviço Nacional de Saúde, simplesmente preconiza-o não em função das necessidades e carências do povo, mas em função dos profissionais de saúde.

Basta ler o que lá está! E no entanto quando há dias, estranhando esta concepção de Serviço Nacional de Saúde, pusemos a dúvida ao respectivo Ministro nomeado, ficámos sem resposta.

O Programa do Governo ao colocar o Serviço Nacional de Saúde em função dos profissionais de saúde não esclarece, nem o Sr. Ministro esclareceu, se isso significa baseá-lo no absoluto respeito pela medicina convencional, questão que foi pura e simplesmente omitida. No entanto, aqui se radica a chave da percepção da dúbia concepção do Programa do Governo.

Há no entanto igualmente que clarificar, mesmo em relação aos profissionais de saúde, a quais se refere o Sr. Ministro: se a todos aqueles médicos, enfermeiros, paramédicos, jovens recém-diplomados, cujos interesses coincidem com os do povo, e só têm a beneficiar com um Serviço Nacional de Saúde como eles próprios, aliás, têm preconizado, ou em função dessa meia dúzia de grandes empresas comerciais de medicina que atingem lucros da ordem dos milhares de contos mensais. Desses, que através da Ordem dos Médicos estão a fazer uma inadmissível pressão sobre esta Assembleia, ameaçando de grove, caso a maioria dos Deputados vote o projecto de lei pendente.

É natural que os partidos da direita no campo da saúde, como em todos os outros, optem pela defesa dos interesses de meia dúzia de privilegiados em detrimento dos interesses de todo o povo trabalhador. Que

este Governo que é seu lhes siga as pisadas, também não estranhemos. Efectivamente, se a direita levasse a melhor nesta matéria, se a maioria da Assembleia da República não estivesse com o projecto de lei do Serviço Nacional de Saúde aqui em discussão, o que o povo português podia esperar em matéria de saúde seria que tudo ficasse na mesma, talvez transferindo algumas das bichas das caixas para os consultórios dos médicos particulares que os têm e onde os há.

Se a direita levasse a melhor, as grandes assimetrias regionais, com hospitais que têm mais médicos que doentes e hospitais que têm doentes e quase não têm médicos, mantinham-se. Continuaria a haver consultas a 1 ou 2 contos; continuaria a haver partos sem assistência e grávidas sem acompanhamento; os medicamentos continuariam a ser uma mercadoria objecto da mais desenfreada especulação e dando lucros fabulosos às multinacionais.

É bem diferente a concepção de Serviço Nacional de Saúde que preconiza o PCP e que o povo trabalhador reclama.

Queremos um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito. Queremos acabar com a situação de gritante desfavor das zonas rurais e dos distritos interiores, queremos a cobertura de toda a população pelos cuidados primários de medicina só possível através da implantação efectiva de centros comunitários de saúde em que os médicos e a restante equipa conheça as pessoas, conheça os doentes, conheça as suas carências de vida. Queremos acabar com a situação actualmente existente em que quando um filho adoece se tem de recorrer fatalmente aos hospitais que estão transformados em gigantescos consultórios, queremos que as pessoas se possam dirigir ao centro de saúde que já conhecem, ao médico que já conhecem, sem a angústia afliativa por que hoje passam e nesse centro encontrem a toda a hora resposta para a doença que surge. Queremos centros de saúde cujas equipas vão a casa das pessoas, e não só quando estas chamam, mas normalmente, assegurando os cuidados primários de saúde. Queremos acabar com a situação de milhares de médicos que são obrigados a estar permanentemente de serviço, quase sem direito a vida particular, porque as pessoas lhes batem à porta a toda a hora, uma vez que não têm outra alternativa, uma vez que não têm onde se dirigir.

Aplausos do PCP.

Por tudo isso, e por tudo o mais que o tempo não permite enunciar mas que o povo trabalhador conhece perfeitamente, preconizamos um efectivo Serviço Nacional de Saúde e rejeitamos a equívoca concepção inerente ao Programa deste Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Umas breves considerações sobre a segurança social.

A bancada do PCP fez neste campo uma pergunta essencial ao Sr. Ministro e que, pura e simplesmente, foi também ignorada nas respostas: vai o Governo ou não participar no financiamento da segurança social? Efectivamente, a segurança social teve em 1976 um deficit de 9 milhões de contos, em 1977 um deficit de 7 milhões e em 1978 um deficit previsto de 6 milhões de contos (este deficit só desceu porque aumentaram os descontos).

Isto bastava para se comprovar que a Previdência não é, nem podia ser, auto-suficiente. Assim o entendeu também a Constituição, que no seu artigo 63.º estabelece que «incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar, sublinho subsidiar, um sistema de segurança social ...».

É também sabido que não há país na Europa em que a segurança social viva das suas próprias receitas sem participação do Estado.

Efectivamente, a cobertura social das camadas mais desfavorecidas economicamente, o melhoramento progressivo dos seus benefícios sociais mínimos e o alargamento destes benefícios a toda a população, não podem continuar a estar dependentes unicamente dos recursos financeiros do sector. Este esquema de autofinanciamento é, à evidência, um esquema sem futuro. O recurso sistemático a empréstimos, com uma taxa de juro de 18 %, como os que têm sido feitos à Caixa Geral de Depósitos, e a venda de títulos de crédito, têm sido as soluções encontradas para resolver a situação, soluções essas que não resolvem nada, descapitalizam a Previdência e oneram os seus gastos administrativos.

No entanto, é de todo evidente o dedo do FMI nesta questão com a exigência de que a segurança social se autofinancie, o que não pode deixar de ser, como já o está a ser, à custa da degradação das prestações sociais. Grave seria se esta exigência impedisse este Governo ou qualquer outro de atacar uma realidade por de mais evidente.

Aqui cabe uma referência concreta às dívidas do patronato à Previdência que o Sr. Ministro estimou em cerca de 24 milhões de contos.

A recusa das entidades patronais em canalizar para a Previdência o valor das contribuições subtraídas aos salários dos trabalhadores é na verdade um grave problema. São cerca de 600 000 contos por mês descontados aos magros salários dos trabalhadores que as entidades patronais desviam para autofinanciamento.

O patronato faz umas contas simples. Os juros de empréstimos bancários são por imposição do FMI de 20 % ao ano, as taxas de juro de mora das dívidas à Previdência são de 1,25 %, isto é, um juro de 15 % ao ano. Não é certamente por acaso que a CIP propõe ainda a baixa deste juro de mora para 0,5 %. Tal como fez o fascismo, os patrões da CIP pretendem financiar as suas empresas com o dinheiro dos trabalhadores.

A atitude das entidades patronais não tem porém encontrado a devida resposta governamental. Os governos limitam-se a fazer declarações neste sentido e a publicar decretos e portarias. Que sejam do nosso conhecimento, há pelo menos já vinte e seis diplomas a procurar resolver o problema.

O Sr. Ministro mais uma vez, e tal como já temos ouvido aqui na Assembleia, ao abordar a questão, deixou subjacente a ideia de que o problema está nas empresas nacionalizadas. Mas é ou não verdade que têm sido as empresas nacionalizadas que têm servido de balão de oxigénio à Previdência, quando esta tem estado na iminência de uma ruptura financeira? Isto para já não referir os casos de gestores de algumas empresas nacionalizadas, nomeados por critérios políticos, que com o hábito que trazem de anteriores

gestões onde participaram prosseguem o esquema de desvio dos dinheiros descontados aos salários dos trabalhadores. Este problema, porém, no entender do PCP, só se resolverá com uma ampla participação dos trabalhadores. São os trabalhadores que conhecem nas suas empresas aquelas, pequenas e médias, em que medidas brutais de recuperação de dívidas poderiam conduzir à liquidação, e aquelas em que a fraude é evidente.

No entanto, não é só no campo de recuperação de dívidas mas a todos os níveis de definição da política de segurança social como de *contrôle* da sua gestão financeira, não tem sido devidamente seguido este imperativo constitucional.

A participação dos trabalhadores é fundamental para a criação progressiva de um novo esquema de benefícios, que permita uma mais justa distribuição das prestações sociais e uma melhor utilização dos dinheiros da Previdência. Bastava ver o abono de família, cujo quantitativo não é revisto desde 1974, para se ter a noção da urgência de redefinir a política da sua atribuição de forma a ir-se de encontro a camadas mais desfavorecidas, como é o caso das mães solteiras ou das famílias muito numerosas. Outro exemplo está no esquema da atribuição da pensão de invalidez, em que o valor atribuído é igual e não tem em conta o grau de incapacidade do reformado. Focamos ainda um outro exemplo, e que é o da pensão de sobrevivência, pois ela atinge por vezes valores de tal forma irrisórios que deixa a viúva numa situação verdadeiramente dramática. É preciso redefinir a política de atribuição desta pensão de forma que se atenda urgentemente a casos de pessoas que não têm outros recursos para sobreviver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sem ter uma resposta às questões prévias que colocámos, o resto que consta do Programa do Governo em matéria de segurança social não passa de palavras. Por isso, à nossa pergunta de quando prevê o Governo aumentar as pensões de reforma, a resposta foi, e mais uma vez, só palavras. Qual é porém a situação dos reformados neste país? O tempo é curto e não me permite uma longa exposição sobre as dificuldades, a luta que os reformados ao fim de uma vida de trabalho travam para sobreviver.

Basta referir que há 1 100 000 reformados que usufrui uma pensão de reforma abaixo dos 4000\$. Com um quantitativo inferior à pensão mínima do regime geral, que é 2750\$, há 600 000 reformados rurais a receberem 1100\$, 50 000 reformados da pensão social urbana a receberem 1000\$ mensais e 15 000 a receberem 500\$, repito, 500\$ mensais, que é o quantitativo da pensão social das chamadas zonas rurais.

Se o PCP está de acordo e preconiza mesmo que a grave situação económica e financeira existente no País, agravada ainda pela política de recuperação capitalista dos últimos Governos exige austeridade, entendemos que em relação a estes sectores da população, em que não se encontram sequer satisfeitas as condições mínimas de subsistência, entendemos que as pessoas ao fim de uma vida de trabalho têm de receber da sociedade não uma esmola, mas uma reforma.

Por isso exigimos a urgente revisão do quantitativo das pensões de reforma e exigimos que não sejam estes os portugueses a pagar tão flagrantemente uma crise de que não têm responsabilidades.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo, tal como os partidos da direita, pretendeu inculcar na opinião pública a ideia de que os trabalhadores são abstencionistas, ocultando o facto de o número de dias úteis, no ano, ser 216. Os gastos com o subsídio de doença são efectivamente bastante elevados, mas isso não pode justificar a especulação em torno da questão e a acusação de que os trabalhadores são abstencionistas. A realidade é mais complexa que os números indicados pelo Primeiro-Ministro nomeado, para escandalizar incauto. Já não pretendo referir aqueles aspectos evidentes de má qualidade dos cuidados médicos, de ausência de medicina preventiva, de ausência de medicina de trabalho, de más condições de internamento hospitalar, de deficientes condições sanitárias da população e, evidentemente, da irresponsabilidade com que certos médicos concedem baixas.

Há, no entanto, três outros factores que igualmente merecem uma análise sob pena de se falsear a questão.

Em 31 de Dezembro de 1977, os desempregados que auferiam subsídio de desemprego eram 64 957 e os desempregados que à mesma data estavam inscritos no Serviço de Emprego atingiam 257 479. Facilmente se conclui que um elevado número de desempregados recorre ao subsídio de doença para poder subsistir, uma vez que o seu valor se apresenta mais favorável que o subsídio de desemprego.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É evidente, e há já diversos estudos elaborados, de que a Previdência tem suportado fortemente a crise de desemprego, não só com os subsídios de doença (que contam para o número de baixas) como pelo recurso antecipado às pensões de reforma por invalidez.

A ameaça contida no Programa do Governo da revisão da Lei dos Despedimentos virá certamente, no caso de a direita conseguir concretizá-la, agravar este panorama já de si tão desastroso.

O segundo factor está na demora da concessão da pensão de invalidez, demora esta da exclusiva responsabilidade governamental. Em fins de 1977 eram 53 000 os trabalhadores que aguardavam a concessão da pensão de invalidez, dos quais cerca de 80 % se encontravam a receber subsídio de doença (logo, a contar para as baixas que o Sr. Primeiro-Ministro referiu). A situação não se alterou e milhares de trabalhadores aguardando a junta médica vão recebendo o subsídio de doença como forma de poderem subsistir. Mas tinham outra alternativa?

Em terceiro lugar, o Governo não ignora certamente a situação existente em diversas empresas em que ao longo do ano um contingente de reserva

de trabalhadores se vai mantendo com subsídio de doença para não ir para o desemprego.

Por último, é ou não evidente que, atendendo ao precário montante das pensões de reforma, há milhares de trabalhadores que continuam a trabalhar em precárias condições de saúde porque o montante a que têm direito os assusta? Dou só um exemplo: há médicos com vinte ou trinta anos de serviço na carreira hospitalar que, se se reformarem, ficam com 3000\$ mensais.

No entanto, é evidente que interessa à direita, e ao seu Governo, inculcar no povo português a ideia de que os trabalhadores não trabalham, não querem trabalhar e só metem baixas. Os capitalistas, os latifundiários, esses fartam-se de trabalhar!

O PCP tem considerado a necessidade de aumentar a produção como uma das condições de saída da crise económica e financeira que o País atravessa. No entanto, não é com ameaças aos direitos já adquiridos pelos trabalhadores, não é exigindo que os trabalhadores produzam mais, ganhem menos, percam regalias sociais a que têm direito e simultaneamente, como prevê o Programa do Governo, o esforço desse trabalho seja desviado para juro das indemnizações aos capitalistas, que não estão certamente a viver de subsídios de desemprego. O PCP entende que os sacrifícios impostos ao povo português não podem nem devem serem só em matéria de segurança social e saúde, por se tratar de sectores que poderão contribuir para melhorar as condições de vida dos Portugueses e especialmente das camadas que vivem em condições mais difíceis, mais duras, mesmo dramáticas.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — É necessário e urgente melhorar a satisfação das necessidades sociais básicas da população se queremos construir uma sociedade mais justa. Mas este Governo, pelo seu Programa, pela sua composição, pelos seus discursos, não o quer.

Por isso também, propomos a sua rejeição.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aproveitando o ensejo de subir a esta tribuna pela primeira vez, após a minha eleição para presidente do Grupo Parlamentar do CDS, quero deixar expressa uma palavra de muita consideração pela pessoa do Presidente desta Assembleia e garantir a todos os Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados a melhor cooperação do meu Grupo Parlamentar no sentido da boa marcha dos nossos trabalhos e o nosso desejo de contribuir, convosco, para uma ainda maior dignificação deste Órgão de Soberania.

Permitam-me ainda, nesta hora de rendição, testemunhar deste lugar, porque creio ser o adequado, a homenagem devida ao meu antecessor, Adelino Amaro da Costa, chamado a desempenhar no partido funções de maior responsabilidade e ocupação, figura

ímpar de parlamentar que muito tem contribuído, com a sua clarividência e brilhantismo, para o prestígio desta Casa.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo, como ele próprio reconhece no Programa, não se constituiu segundo os padrões mais correntes da formação de governos nas democracias parlamentares, embora — e já o dissemos — apareça consentâneo com o direito constitucional português. Procura integrar-se na 2.ª das alternativas avançadas pelo Presidente da República na sua comunicação de 22 de Setembro, e, como tal, aparece condicionado, ainda que sem prazo certo, a um apoio parlamentar que lhe permita governar até ao termo da presente legislatura.

Importa que meditemos antes de mais e nos interroguemos — todos e cada um de nós, partidos e Deputados — sobre as razões que levaram à constituição deste Governo e, bem assim, sobre o eventual apoio que viabilizaria a sua acção e determinará a sua vigência.

Rejeitado o III Governo e o seu Programa pelas razões que os Portugueses sobejamente conhecem — e a menor das quais foi certamente a de que um e outro não davam garantias necessárias à solução da crise —, era admissível que os partidos políticos, só ou com os grupos e personalidades que então desportaram, sustivessem o que os desunia e dessem as mãos para vencer a crise e salvar a democracia que todos, aqui, com uma ou outra inflexão de voz consideraram ameaçada.

Mas tal não sucedeu. O sentimento de fidalguia de uns, dada por anos de poder, e tanto mais arreigado quanto de arruinada se encontra, como se lê nos romances, fechou-os no seu solar. O novorriquismo de outros, afortunados no jogo próprio e nos erros alheios, tornou-os ambiciosos e distantes. O CDS sozinho nada podia fazer. Limitou-se a anunciar publicamente, a quem de direito, a sua disponibilidade para, como sempre, servir Portugal. Servir Portugal — quando e onde for necessário — é o nosso principal objectivo — no sentido do encaminhamento do processo político português para uma democracia estável, assegurada por um equilíbrio político mais ou menos duradouro, e para uma economia desenvolvida segundo os padrões económicos de nível europeu, que corresponda às aspirações do nosso povo e o solidarize efectivamente com o Estado de que, quer queiramos quer não, por ora se encontra arredado.

Por isso mesmo, se não é louvável, é pelo menos compreensível a atitude dos partidos que neste momento não se querem comprometer com a governação. Mas importa dizer-ló claramente ao País, para que este entenda, e não arranjar defesas de avestruz, agitando slogans e chavões, quando não espantalhos. Poderá, por exemplo, o Partido Socialista acrescentar àquela sua tese de governar sozinho, a de não permitir que este país possa vir a ser governado?

Parece que o PSD, segundo declarações repetidas dos seus dirigentes, também só pretende governar sozinho, embora apoiado, é certo, pela maioria dos portugueses — na sua tese, evidentemente — integrados num bloco reformador a surgir em próximas eleições gerais antecipadas.

Mas o PSD, então PPD, alguma vez se preocupou com o voto, quando participou nos sucessivos governos provisórios, partilhou câmaras e meios de comunicação social estatizados e se sentou com os demais, que não o CDS, à mesa do orçamento?

Vozes do CDS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. António Macedo (PS): — Meta os meninos na ordem, Sr. Presidente!

O Orador: — Não parece ser, portanto, pelas razões que dizem, que estes partidos não aceitam partilhar das responsabilidades do Poder.

É que o Poder, hoje em Portugal, não é apetecível como era em 1974, em 1975 e em 1976, e como foi desfrutado durante os I, II, III, IV, V e VI Governos Provisórios. Ninguém contestará que foi nesse período, em que por má gestão e deficiente autoridade, nos habituámos a viver acima dos nossos meios, que se hipotecou o nosso futuro, o 25 de Abril, a nossa esperança.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Malandro!

O Orador: — Foi nesse período, após o 11 de Março, que nos agarram ao Estado, qual servos da gleba, de tal forma que, hoje, libertados embora pelo 25 de Novembro, não deixamos de sentir, cansados e angustiados, o peso dessa carga ...

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Coitadinhos!

O Orador: — ... o peso do Estado que, roubado à pessoa, não devia ser Estado, mas da pessoa, e que talvez hoje não fosse peso, e, se porventura o fosse, não seria seguramente por todos nós suportado como é.

Ninguém contestará que os factores determinantes da crise actual, directa ou indirectamente, datam de então.

Não nos interessa nem vale muito a pena, hoje, imputar responsabilidades. Mas interessa, de quando em quando, chamar a atenção para factos concretos da nossa história recente.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, a arteriosclerose ...

Uma voz do PSD: — De quem?

O Orador: — ... que afectou e continua a afectar o nosso país tem como sintoma, e também consequência, esquecer o passado curto e dar demasiado relevo ao passado remoto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Considerar-se-á como de demissão a atitude dos partidos que enjetam assumir as suas responsabilidades na hora presente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em política, os partidos existem precisamente para governar. E como a função governativa é, por definição, inerente ao Estado, alguém tem

de governar. A conclusão é chocante. Mas é um aviso e uma reflexão. Por isso, com humildade, e diria até com um certo alívio agradecido, devemos aceitar a presença aqui do IV Governo e a forma anómala como se processou a sua formação — anómala em termos de praxe democrática, não em termos de praxe constitucional, repito.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O País precisa de ser governado. O IV Governo propõe-se fazê-lo. É positivo. Em meu entender, os dois principais partidos portugueses não podem criticar uma solução que, com vista à integração de um vazio indesejável, era a única viável, por virtude dos obstáculos praticamente insuperáveis por eles próprios levantados.

De qualquer modo, creio que não é de estranhar que, como representante do CDS, que não tem culpas no cartório, como se costuma dizer (*risos do PSD*), relativamente aos factores que determinaram o tipo e o processo de formação deste Governo, dito de independentes realistas e reformadores, manifeste aqui o meu sentir e encoraje a formação de um movimento de entendimento de todos os partidos democráticos, de modo a contribuírem para uma vasta acção de unidade e maioria democráticas que permita ao Governo, que ora se apresenta perante a Assembleia da República, desenvolver e dar execução às medidas constantes do seu Programa, certamente com as alterações que lhes viermos a impor, dentro dos parâmetros da acção política e da acção económico-social que nos propõe, em todo o caso, naturalmente, sob a nossa estrita fiscalização, nos termos constitucionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Que apoio tem o actual Governo?

Os seus pés de barro são manifestos e nós fomos os primeiros, aqui nesta tribuna, a denunciá-lo. Fomos os primeiros a referir a fragilidade deste Gabinete e a combater a hipótese do exercício da função governativa por intermédio de majorias flutuantes — pragmáticas, sem dúvida —, mas desinseridas de uma política de conjunto, como a que diz pretender o actual Governo, que se reclama de «uma actuação pautada pelo realismo político e económico» que, nas próprias palavras do seu Programa, e ao arrepio do III Governo, não se pode confundir com o «mero pragmatismo tecnocrático, alheio a uma opção valorativa».

A crise é manifesta e nisso todos estamos de acordo. E também concordamos, avisadamente, nos riscos que esta crise pode comportar para a preservação e fortalecimento da democracia em Portugal. Daí que consideremos aventurismo o negarmo-nos a colaborar com todas as nossas forças na superação da crise. Somos nós, partidos políticos democráticos, que retirámos do voto directo a nossa legitimidade, que temos a confiança dos Portugueses, somos nós que temos o dever de vencer a crise para salvar a democracia. Fomos nós que salvámos o sistema democrático e pluralista no passado, contra o totalitarismo que o asfixiou, somos nós que o teremos de defender no futuro.

Somos nós partidos políticos democráticos!

O Sr. Fernando Costa (PSD): — Muito bem!

Não havia então independentes. Não vimos independentes na manifestação grandiosa da Alameda de D. Afonso Henriques.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não vimos independentes no cerco ao RASP no Porto ...

Uma voz do PSD: — Não estava lá!...

O Orador: — ... nem foram independentes que impediram a intervenção da Base de Monte Real no 25 de Novembro. Não foram independentes que sofreram o sequestro do I Congresso do meu partido. Não foram independentes que foram presos e sevidados.

Fomos nós, partidos políticos democráticos ...

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — E no tempo do fascismo onde é que estiveram?

O Orador: — ... que então lutámos com ânimo contra um inimigo comum, de mãos dadas, sem cuidar das estratégias partidárias, com os olhos postos em Portugal, na democracia e na liberdade.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Foram os legítimos representantes do povo, os nossos antecessores constituintes — muitos de vós, Srs. Deputados —, que reagiram contra ameaças e cercos e souberam com exemplar coragem, física e moral, dignificar esta Casa e cumprir até ao fim o seu mandato.

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Se existe um país político e um país real é porque algo se acha falseado, não cuidando os políticos da sua representatividade, já que num sistema de fluida democrática, de livre representatividade, esse divórcio não pode existir.

Cumpre aos políticos, cumpre-nos a nós, reflectir e descobrir o que nos une — o que não é difícil — para bem servirmos a democracia e não deixarmos que outros possam interpor-se como medianeiros entre nós e o povo. Cumpre-nos dignificar e restabelecer o prestígio e a autoridade da Assembleia da República, máxime exponente do sistema democrático e instrumento da iniciativa, participação e controlo da Nação sobre o Estado.

Cumpre-nos garantir a liberdade, a livre determinação e a garantia de independência de todos os indivíduos, base da responsabilidade de um povo e da dignidade da pessoa, cujos direitos humanos inalienáveis é dever de honra de todo o democrata defender. Cumpre-nos restaurar a autoridade democrática, eliminando os poderes paralelos e outros resíduos de privilégios revolucionários. Cumpre-nos recuperar todas as potencialidades culturais da identidade portuguesa como suporte da nossa própria independência.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Cumpre-nos preservar e pôr em prática os valores da justiça e da moral, promovendo o combate aos valores opostos da injustiça e da imoralidade, declarando guerra à corrupção e a todas as outras formas de violação ou degradação da dignidade humana.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Cumpre-nos promover a transformação da sociedade portuguesa, superando os desequilíbrios e as desigualdades gritantes de estatuto social e económico. Cumpre-nos lançar urgentemente um projecto global e sistemático de recuperação da nossa economia que contribua para uma maior segurança e bem-estar dos Portugueses. Cumpre-nos retomar o esforço de uma profunda reforma administrativa, capaz de dotar o nosso país com uma Administração Pública moderna, racional e eficiente.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Cumpre-nos, em suma, desbravar o caminho para a nossa entrada na Europa, numa posição de dignidade e com um padrão de vida que não nos inferiorize e envergonhe perante os nossos parceiros europeus.

Há, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um caminho longo a percorrer, que podemos fazer de mãos dadas, com os olhos postos no povo, dando alto exemplo de espírito democrático e patriotismo, preparando, na feliz imagem utilizada pelo meu colega de bancada Ribeiro e Castro, quando da discussão do Programa do II Governo, o terreno onde em 1980 iremos disputar democraticamente, nas melhores condições, ...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Lá isso acredito!

O Orador: — ... com consciência, sem pressões que uma crise sem querer sempre gera, o prélio decisivo — decisivo porque os Portugueses terão de optar então entre o caminho para o socialismo, e das suas formas mais ou menos mitigadas, que, com algumas interrupções, infelizmente efémeras, tem vindo a ser trilhado e cujo horizonte, hoje melhor do que nunca, se pode entrever, e a projecção para um caminho de progresso, de riqueza, de qualidade de vida que, em nosso entender, só a democracia cristã, com o seu modelo de economia de liberdade, pode conseguir.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Amen!

O Orador: — Tem vindo o CDS a insistir nesta proposta. Não pede direitos de autor a quem quer que entenda hoje fazê-la sua, pois o que lhe interessa é que vá por diante e não os louros da iniciativa. O PS e o PSD opõem-se, mas não justificam convenientemente a sua posição. Recordamos-lhes, muito simplesmente, o exemplo de Espanha. O Presidente da República, no âmbito da função de arbitragem e de direcção que sempre lhe reconhecemos, poderia assumir esta tarefa e tentar, com querer, pôr em prática a ideia. O Governo seria, a curto prazo, o prin-

cipal beneficiário, mas, a médio prazo, os efeitos reflectir-se-iam decerto sobre o País. Se não foi possível, ou se não houve tempo para tentar este acordo antes da formação do Governo, que se faça agora. Mais vale tarde que nunca.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O que não me parece curial, salvo melhor opinião, e, pelo contrário, suponho até contraditório, é, por um lado, negarem-se a participar neste acordo institucional e, por outro lado, exigirem desde já do Governo que se vincule a isto e faça aquilo, ou, por outras palavras, que assine esse mesmo acordo, mas em branco.

A boa fé negocial também deve funcionar na política. O problema de resto é muito simples e está para nós, desde o princípio, equacionado devidamente. Pois que vale ao Governo comprometer-se à realização de um programa se os seus objectivos não forem previamente aceites, e expressamente acordados pelos partidos, de forma a assegurarem-lhe uma base estável de apoio parlamentar?

Pretenderá o PSD com a sua última proposta praticar e fomentar, ainda que diga o contrário, o estafado sistema das maioria flutuantes cativando já para si reservas de apoio?

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Não.

O Orador: — Mas como pode garantir, visto não ter maioria, senão praticando, ele próprio, o processo que critica das maioria flutuantes?

Contra os governadores civis, buscaria o apoio do POP — embora possa desde já avançar que algumas reivindicações o CDS também tem a fazer neste sector ...

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Mas que falta de senso comum!

O Orador: — ... e disso já informou o Sr. Primeiro-Ministro. A propósito da execução da Reforma Agrária, buscaria o apoio do CDS. E assim por diante, relativamente a todo o conteúdo do seu último ao Governo. Ultimato, diga-se, sem consequências, já que a abstenção do PSD não é determinante, só por si, de qualquer consequência de maior, como de resto o seu conselho nacional reconheceu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Da nossa parte, já o dissemos, com ou sem acordo institucional, abstencionham-se os outros ou votem contra, adoptaremos relativamente a este Governo uma estratégia de crítica e cooperação. Apoiá-lo-emos só e sempre que a sua política corresponda ao ponto de vista do CDS sobre o melhor interesse nacional. Julgaremos a sua actividade, conforme foi aprovado em congresso, em função da sua capacidade para resolver os problemas imediatos do povo português, como os do emprego, habitação, saúde e educação; em função da sua capacidade para moralizar a vida pública e tornar eficiente a Administração; em função da sua capacidade para aplicar as leis democraticamente aprovadas e garantir a segurança pública; em função da sua capacidade para sanear as finanças e a economia, abrindo caminho à transição a uma economia socialista

para uma economia social de mercado, na perspectiva, como já aqui foi por nós referido, de uma alteração da Constituição em 1980 que a transforme não na lei fundamental da estratégia de um partido, mas na Constituição de todos os portugueses.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: na enumeração, não necessariamente taxativa, das grandes rubricas que, em nosso entender, deveriam integrar o conteúdo do acordo institucional a estabelecer referimo-nos à reforma administrativa.

Considero, e sempre considerei, que a reforma administrativa é uma tarefa absolutamente necessária, é uma tarefa prioritária e é uma tarefa nacional.

É uma necessidade porque urge dotar o País com uma Administração Pública humana, viva, coerente e eficiente. Urge pôr ao serviço da comunidade uma Administração Pública renovada e aperfeiçoada, no tríplice aspecto do rendimento do factor humano, da estrutura dos serviços e das técnicas do seu funcionamento. Urge adaptar as estruturas dos serviços administrativos de raiz napoleónica — burocratas e centralizadoras — às ideias enunciadas e desejáveis de desconcentração, descentralização e regionalização. Urge transformar a estrutura do nosso aparelho administrativo, que servia um Estado autoritário, num aparelho administrativo que sirva o actual Estado democrático.

A reforma administrativa é uma tarefa prioritária. É prioritária porque é ela própria um estímulo ao desenvolvimento económico e social e factor de redução das despesas públicas.

É prioritária porque é condição da nossa integração na Comunidade Económica Europeia, cujo processo não desejamos entrar. É prioritária porque é, no fundo, uma reforma da concepção e da mentalidade do Estado que deve anteceder toda a sua acção.

A reforma administrativa é igualmente uma tarefa nacional. É nacional porque deve ter por objectivo adequar e subordinar o Estado à Nação. É nacional porque tem de visar defender sistematicamente as superiores conveniências nacionais, tanto no plano da prossecução dos interesses gerais da colectividade como no da protecção dos interesses dominiais e patrimoniais do Estado. É nacional porque deve assegurar e incrementar a participação dos Portugueses, de todos os portugueses, na administração do que lhes pertence, ao nível central, regional e local.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não reivindicaremos a reforma administrativa como coisa própria, como ideia nossa, mas quisemos e queremos retomá-la, para bem dos nossos concidadãos, numa textura pluralista, participada e nacional. De resto, e apesar de o CDS, desde a primeira hora, a ter advogado, quer na declaração de princípios, quer no seu programa, apesar de ter sido programada e começada a executar por um Ministro do CDS, a reforma administrativa, digo-o com orgulho, foi, e como tal deve ser considerada, uma tarefa colectiva, e não das menos importantes, em que se empenhou o II Governo Constitucional.

Porque é necessária, porque é prioritária e porque é nacional, não comprehendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não comprehendo, Sr. Primeiro-Ministro, qual o motivo por que se pretende, com uma cortina de silêncio, deixar esfriar o entusiasmo para esta ideia que começava a tornar-se acção.

Assim como estão as coisas, é natural que as despesas públicas aumentem de forma descom medida e que o deficit do Orçamento Geral do Estado seja largamente excedido.

Não somos tão eficientes que possamos vencer a inércia e recuperar rapidamente o movimento que nos impelia — precisamente por vício da própria Administração. Não podemos continuar a construir, diria «clandestinamente», serviços e mais serviços na nossa Administração, sem rei nem roque, sem um programa, sem uma definição prévia do que se pretende, sem um esforço de normalização e racionalização das estruturas, sem um inventário conveniente dos meios existentes, que evite a sua frequente duplicação, não podemos continuar sem uma reestruturação das empresas públicas e uma gestão responsável e competente, não podemos, enfim, continuar sem uma política definida quanto à função pública.

Não é demagógico — mas fazer justiça, porque é constatar uma realidade — dizer que os funcionários públicos têm sido os enteados da Revolução. Falo, entendamo-nos, em termos de remunerações. Primeiro, a ausência de uma institucionalização sindical não lhes permitiu acompanhar o cortejo dos demais trabalhadores que reclamaram e colheram as benesses da «gestão exemplar da coisa pública» que se seguiu ao 25 de Abril. Depois, quando acordaram, encontraram a barreira da austeridade, de que numa posição nada cómoda tive de ser executor, mas na pressuposição, e com a promessa, que então reiteradamente afirmei, de que a austeridade era para todos, que os desequilíbrios existentes relativamente aos trabalhadores do sector público e nacionalizado, e mesmo relativamente aos do sector privado, seriam progressivamente reduzidos, e que toda a poupança que viesse a ser feita relativamente ao capítulo do pessoal do Orçamento Geral do Estado seria redistribuída pelos funcionários, como complemento a acrescer ao que para o próximo ano vier a ser previsto.

Espero que este Governo, se não vir o seu Programa rejeitado, possa continuar esta linha política. E mais, que não esqueça os aposentados, a quem o Estado tanto deve, que com exemplar dignidade têm sofrido os horrores da uma depreciação constante das suas pensões. Devo publicamente declarar que, numa perspectiva de estabilidade governativa, dei prioridade, na repartição dos magros recursos disponíveis e que então foi possível ao Governo afectar, à melhoria das remunerações da função pública, de prioridade, dizia, aos funcionários do activo em detrimento dos aposentados. Referi, em todo o caso, o projecto de, em 1979, a situação poder e dever ser alterada. Razões temporais impediram-me, evidentemente, de cumprir. O IV Governo, em estrita fidelidade aos princípios gerais de justiça social que norteiam o seu Programa, tem obrigação de o fazer, naturalmente dentro dos recursos disponíveis que antecipadamente reconheço não serem os que eu

desejaria e, estou certo, não serem também aqueles que VV. Ex.^{as}, Srs. Ministros, desejariam.

É conhecido e tem sido por diversas vezes sublinhado o diagnóstico dos males e das deficiências da nossa Administração, especialmente da função pública, e a listagem das medicinas aconselháveis. Permitam-me que destaque, quanto à função pública, de entre todos os males e deficiências, de que o baixo nível de remunerações e das regalias da segurança social não é o mais despiciendo, os seguintes:

O desconhecimento da realidade humana da Administração, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo;

A disparidade de situações, os desequilíbrios sectoriais e a opacidade excessiva dos quadros de pessoal, impeditiva de uma política de gestão de pessoal, com mobilidade profissional e interdepartamental;

A insuficiente preparação profissional por parte da generalidade dos funcionários e agentes do Estado no tocante a conhecimentos relativos à Administração, por carências do sistema do ensino oficial, a todos os níveis, e por manifesta insuficiência de instrumentos de formação profissional.

Foram questões a que dediquei bastante atenção e para as quais lancei e programei, quando tive responsabilidades governamentais, bases de solução.

Importa prosseguir-las, naturalmente com as modificações de gosto e sensibilidade de quem assumir essa responsabilidade.

Importa avançar com um sistema integrado de gestão dos recursos humanos da Administração, criando naturalmente os pressupostos informativos e institucionais necessários. Importa neste sentido institucionalizar o Registo Central de Pessoal, ultimando o inquérito prévio aos recursos humanos de administração e promovendo o subsequente inquérito-inventário dos mesmos recursos.

É urgente que a denominada «lei de bases da função pública» seja proposta a esta Assembleia, que cuidará naturalmente da sua publicidade e de recolher todas as críticas e sugestões pertinentes, para que aos funcionários seja facultado um horizonte estável e seguro através da reestruturação das suas carreiras.

Não interessará mantê-la por mais tempo nos gabinetes para burlar o seu texto. Tratando-se de bases gerais, a implementação global terá de fazer-se por via regulamentar, e, dadas as conhecidas limitações do Orçamento Geral do Estado, só poderá fazer-se com um certo realismo, por fases e a médio prazo. Por isso mesmo, importa entretanto apresentar a esta Assembleia a proposta das medidas mais urgentes de correcção das anomalias e de actualização de aspectos sectoriais do estatuto dos funcionários, como sejam a definição dos direitos sindicais, em que avulta a precisão do conteúdo do direito à greve, o regime disciplinar, a revisão do regime de sobrevivência, a revisão do regime de aposentação, a alteração do regime de duração do serviço e o regime de férias, faltas e licenças.

Não é pedir muito, porquanto tudo está já feito. É obra de um corpo de funcionários de escola que

merece ser urgentemente traduzido em propostas legislativas a esta Assembleia.

O CDS tudo fará, junto deste ou de outro Governo, para que assim suceda, com o comentário, que não é malicioso, de que não se aproveitará deste trabalho como se de obra sua se tratasse.

Finalmente, não posso deixar de aludir ao enorme esforço que é necessário continuar a desenvolver no sector da formação profissional dos funcionários. Alguma coisa se tem feito, muito mais importa fazer. Porém, só a criação da Escola Nacional de Administração, cujo diploma de instalação o II Governo aprovou, integrada na Universidade portuguesa, e por isso, à partida, com a dignidade e qualificação científicas próprias desta instituição, permitirá resolver da melhor maneira a formação dos novos quadros administrativos superiores, dos gestores autárquicos, das empresas públicas e dos monitores que por todo o lado, na periferia, promoverão a formação profissional dos quadros de base e intermédios.

Estou certo de que o IV Governo, que integra homens que à causa desta Escola deram muito do seu saber e da sua experiência, garantirá, como primeira prioridade, a instalação da Escola Nacional de Administração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Grupo Parlamentar do CDS, consciente da importância destes temas, que são problemas, desde já quer anunciar que irá desenvolver a curto prazo uma série de intervenções e perguntas ao Governo sobre eles e que, nos termos regimentais, promoverá um debate de política geral sobre esta matéria não só para que se tornem conhecidas as posições dos diversos grupos parlamentares a respeito dela, mas sobretudo para que os funcionários públicos e os sindicatos da função pública se certifiquem do cuidado e preocupação que a esta Assembleia merecem as suas aspirações e reivindicações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Não obstante os ventos contrários que se anunciam, estou convencido de que esta Assembleia não rejeitará o IV Governo Constitucional. Não o fará porque o País quer ser governado. Os representantes eleitos do povo, que tão claramente manifesta a sua vontade, não poderão deixar de ser fiéis ao mandato que receberam.

Do nosso lado, assim faremos. Estaremos atentos e vigilantes, prontos a louvar o que for bem e a criticar e verberar o que for mal. É este o sentido da nossa confiança de princípio. VV. Ex.^{as}, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, não são o nosso Governo, não têm o nosso programa.

Mas desejamos, e será este um dos sentidos do nosso voto, que este Governo altere decididamente o ciclo da evolução do nosso país, que seja uma viragem no sentido de fazer de Portugal um país mais rico, mais justo e mais europeu e dos Portugueses cidadãos do mundo, conscientes e responsáveis, exemplos de trabalho para que possamos recuperar à nossa própria custa, e atingir o nível de bem-estar a que temos direito, e exemplos de tenacidade na defesa dos valores eternos em que acreditamos.

Aplausos do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Nota negativa para o primeiro exame!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Tinha de ser, não podia estar calado!

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O ilustre presidente do Grupo Parlamentar do CDS desentranhou-se, nas suas longas alegações, em considerações sobre virtudes próprias e malefícios alheios, que só vieram pôr a descoberto que S. Ex.^a não possui a memória de um elefante.

Risos.

Nesta bancada ninguém estranhou, porque todos reconhecem que S. Ex.^a não tem a estatura de um elefante.

Risos.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra, para fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Protesto pela forma leviana como o Sr. Deputado Cunha Leal se permitiu tecer considerações acerca de importantes assuntos que são fundamentais para o nosso país.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra, para fazer um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Deputado do CDS: Queria dizer-lhe que registo o facto de V. Ex.^a não ter a menor simpatia pelos elefantes, o que lamento.

Risos.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, duas rápidas perguntas e um esclarecimento.

As perguntas são as seguintes: Foi com alguma estranheza que ouvi o discurso do líder parlamentar do CDS, onde tomou como alvo preferencial dos seus ataques o Partido Social-Democrata. Gostaria de lhe perguntar se a minha interpretação do que li nos jornais sobre as conclusões do congresso do CDS está correcta: de que o alvo preferencial dos ataques

do CDS passaria a ser a «maioria de esquerda». Gostaria que me dissesse em que ficamos, para sabermos ao certo a posição do CDS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Deputado falou que o CDS tinha as mãos limpas e criticou, como grande mal deste país, o facto de haver memória curta e de se lembrarem sempre as questões antigas e nunca as questões recentes. O Sr. Deputado já se esqueceu que o CDS esteve no II Governo?

A terceira questão que queria levantar é um esclarecimento. O Sr. Deputado perguntou se o PSD estava disposto a governar com base em maiorias flutuantes. A sua pergunta já tem a resposta dada: há mais de dois anos que o meu partido defende que só governará com base numa maioria parlamentar estável, coerente e democrática. Essa das maiorias flutuantes nada tem a ver com o meu partido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tomei devida nota do esclarecimento prestado pela Sr.^a Deputada Helena Roseta acerca da actual estratégia do PSD, sobretudo depois do repentina conselho nacional convocado para ontem.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — O problema é nosso!

O Orador: — De qualquer modo, quero referir à Sr.^a Deputada que cada qual enfa a carapuça conforme entende. As declarações que produzi entendo-as devidamente inseridas na estratégia global do meu partido, entendendo-as devidamente inseridas no apoio que foi entendido dever prestar ao IV Governo Constitucional, na base da institucionalização de um acordo interpartidário, que reputamos urgente e necessário. Não só para permitir que o actual Governo projecta a sua acção até 1980, mas sobretudo para permitir que de uma vez por todas acabemos de falar na crise e possamos considerar o País devidamente fortalecido para o combate eleitoral entre as diversas facções pluralistas.

Em relação à nossa presença no II Governo Constitucional, devo dizer à Sr.^a Deputada que, como expressamente tive oportunidade de referir por mais de uma vez no meu discurso, não é facto que enjeitemos, nem é facto de que nos envergonhemos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Quem tem telhados de vidro não atira pedras.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao se analisar o Programa do IV Governo Constitucional, depara-se-nos um capítulo que adquire relevo particular.

Relevo manifestado de três modos distintos. Pela proporção que lhe é atribuída no Programa. Pela importância que adquire para o Portugal dos anos futuros.

Pela consagração que no âmbito do Executivo governamental lhe é dado, através da criação de um Ministério próprio.

Referimo-nos à integração europeia.

Procede bem o Governo ao explicitar essa prioridade, até mesmo no âmbito político, já que tal atitude também traduz a ruptura com modelos do passado, modelos que pouco tinham a ver com a realidade e as aspirações dos Portugueses e que truncavam a nossa vivência colectiva de uma dimensão marcadamente europeizante.

Portugal sempre esteve na Europa, mesmo quando alguns dela nos quiseram afastar.

Negociaram-se acordos com países e organizações europeias e estimulou-se o intercâmbio de pessoas e capitais, quando o discurso e certas intenções oficiais de então pouco tinham a ver com essa opção.

Foram sobretudo determinantes de razão económica, a que os governos não poderiam obstar, que motivaram essas acções.

No presente momento, e escusando-nos a lembrar que geograficamente estamos na Europa, julgamos que também outros motivos justificam e legitimam a nossa opção europeia.

Em primeiro lugar a raiz cultural e civilizacional manifestando numerosos pontos de identificação e convergência: um humanismo da mesma génese, laços históricos conjuntos, partilha de ideários democráticos, de liberdade, de justiça social. Com uma munidivindade análoga seria contrariar a natureza do homem e recusar a solidariedade que daí espontaneamente decorre.

Em segundo lugar a juventude e, porque não, a inexperiência das nossas instituições democráticas serão mais fortalecidas e consolidadas por uma relação privilegiada com outras democracias mais sólidas e pujantes como as europeias.

A ligação à Europa pode pois funcionar quer como um estabilizador da nossa sociedade, quer como um dissuador a eventuais tentações totalitárias, sejam elas de que natureza forem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, e não estando sozinhos no mundo, o instinto primário de segurança que cada nação manifesta será tanto mais facilmente obtido através de acções conjuntas em defesa de uma prática política análoga.

Não se trata de diluir o sentido das nacionalidades, mas, ao invés, fortalecê-lo, pela defesa de cada uma delas.

A acrescentar a essas três razões a nossa integração já politicamente aceite pela grande maioria dos portugueses e aqui expressa pelo apoio que lhe foi concedido no dia 18 de Março de 1977, através da apresentação de um voto de congratulação, será ainda muito relevante no âmbito económico-financeiro e social.

De propósito colocámos esta justificação em último lugar, não porque o seja no dia-a-dia da vida dos Portugueses, mas tão-somente porque quisemos cen-

trar o problema primário nos âmbitos político, cultural e civilizacional e só depois no económico.

A economia não se sobrepõe ao homem. Ao invés, para nós, sociais-democratas, a economia está ao serviço do homem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Dir-se-ia, como alguns pretendem, que poderíamos obter vantagens, benefícios e protecções articulando-nos com a Europa, mas não promovendo quaisquer formas de integração.

Não pensamos assim.

Fora dos mecanismos de decisão política europeia, a nossa capacidade de intervenção seria menor.

Sofreríamos as consequências sem possibilidade de co-decidir nas matérias que as originariam.

Estando fora, assistiríamos sem expressar o nosso ponto de vista, sobretudo sem este constituir elemento de ponderação e voto para a decisão.

Fora, teríamos mais hipóteses de diluição.

Dentro, a celebração de um projecto próprio é mais possibilidade.

Por tudo isto a nossa integração na Europa é possível e desejável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ela não constituirá uma panaceia para os nossos males e deficiências, mas será um poderoso estímulo à mudança e à transformação que Portugal tem de operar para sobreviver com dignidade e independência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mudança e transformação essas que terão de ser realizadas mesmo que não nos integrássemos na CEE.

Se esta posição política se nos afigura correcta ela não é contudo exclusiva, antes integra articulações complementares da política externa portuguesa, mormente em três áreas: países árabes e africanos, designadamente os de língua portuguesa, América Latina e as comunidades de emigrantes espalhados pelo Mundo.

Quer como celebração do tão necessário «projecto nacional», quer como forma de desenvolvimento das nossas trocas comerciais, quer ainda como modo de «estar no mundo», tais articulações são imprescindíveis. Um maior esforço de perspectivação da política externa tendente a promover o reforço das ligações com os espaços sócio-políticos acima referidos permite obter mais valências, que valorizam a nossa opção europeia, já que a nossa capacidade negocial e de integração na CEE aumenta significativamente.

Aliás a institucionalização dos diálogos entre zonas de nível económico diferente, sejam elas norte-sul, países do centro e da periferia, desenvolvidos e subdesenvolvidos, aparece cada vez mais dinamizada nele incluindo vários países de expressão portuguesa já aderentes à Convenção de Lomé, o que justifica ainda mais o reforço das nossas ligações com esses povos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A adesão à Europa põe contudo ao País e à governação algumas questões de fundo que importa colocar com vista à sua resolução.

Não é possível defender-se um modelo para o interior e outro para o exterior.

É impossível aderirmos a uma comunidade com um conjunto de regras e formas de organização, sem as perfillarmos e vivermos.

Não que especificidades próprias não possam nem devam ser mantidas e até acalentadas, mas não tem sentido realizar a adesão a um espaço somente na forma e no discurso e não no conteúdo.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Porventura alguns julgarão que terá de ser a CEE a modificar-se perante a adesão de Portugal, Espanha e Grécia, e como tal não se justificariam alterações na estrutura e organização no sistema económico e financeiro actualmente em vigor nesses países.

Ressalvadas certas situações, limite para as quais as regras comunitárias permitem excepções, ressalvados períodos de transição e ou adaptação às novas circunstâncias, ressalvadas ainda as transformações internas que a CEE inevitavelmente sofrerá com o ingresso de novos membros, a regra comum será a norma que todos os países membros ou candidatos deverão respeitar.

E seria vexatório para Portugal ser a Comunidade a impor-nos as alterações internas que a nossa adesão implica.

Seria triste que o poder político fosse constrangido a aceitar algo que lhe fosse determinado.

Se tal acontecesse, o despertar de alguns sonhos de isolacionismo, do «orgulhosamente sós», albanês ou integralista poderia ter condições de fermentação num espaço humano então ressentido e humilhado.

Dai que o poder político tenha de preparar desde já, com segurança a prudência, mas também com a firmeza que se requer, as nossas mudanças.

Não poderemos pedir aos países e organizações amigos que nos ajudem sem os Portugueses se ajudarem a si próprios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O plano de médio prazo que cremos e esperamos o IV Governo apresente será o documento que deve consubstanciar as linhas de força das referidas alterações.

Plano, cujas orientações decorrem deste Programa do Governo. Naturalmente que não é esta a sede própria para exaustivamente se tratar o assunto, mas não podemos deixar silenciadas algumas questões que se irão reflectir no dia-a-dia dos Portugueses e que são consequência da adesão à Europa.

A primeira respeita à própria óptica com que o País a encara.

Há cerca de dois anos a grande maioria da opinião pública considerava essa opção como adquirida e correcta. Admitia-se então que os objectivos daí decorrentes constituiriam uma mola dinamizadora da sociedade e reorganizadora do sistema económico, para além de virem a integrar alguns vectores constitutivos de um projecto nacional.

Hoje, passados que foram vários meses, durante os quais forças políticas e sociais contrárias à adesão têm explicitado argumentos contra ela, e em que, por

outro lado, não têm sido explicadas as alterações que isso implica, não sabemos exactamente qual o grau de apoio concedido àquela decisão.

Os governos de exclusiva responsabilidade socialista cu de coligação com o CDS malbarataram o crédito político que a Assembleia da República e o povo português lhe concederam nesse âmbito.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não explicaram o que significava a adesão.

Não promoveram as transformações por ela requeridas.

O único benefício que viram na Europa foi o de aí encontrarem dinheiro para o financiamento dos nossos deficits.

Da Europa retiveram apenas uma ideia de banqueiros, e nem sequer com eficiência, pois vários créditos ainda não foram concedidos por ausência de projectos para a sua aplicação.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não introduziram princípios claros de cooperação ou transformação: apenas a manutenção do *statu quo* através dos balões de soro financeiro das capitais da CEE.

Foi pouco, foi mau, foi sobretudo não estimulante da ideia de integração.

Esses governos usaram a Europa como uma forma de se manterem no Poder, sem reformarem o País como se imporia.

Ela constituiu mais «uma peninha no chapéu» do Dr. Mário Soares para camuflar a sua incapacidade de governar o País e para o projectar no exterior, do que uma tônica permanente para a acção interna.

O Sr. Joaquim de Sousa (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Que assim é, detecta-se facilmente pelas indefinições e ambiguidades manifestadas desde 1976, das quais destacamos algumas.

Por um lado, a dependência da então criada Comissão para a Integração Europeia, que só passados seis meses após a votação na Assembleia da República sobre a adesão foi definida.

Por outro não se sugeriu a elaboração dos estudos destinados ao exame da legislação comunitária e a sua compatibilização à portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esses estudos ou estão por fazer ou são muito insuficientes. Ora, sendo Portugal dos três novos candidatos o mais atrasado no seu grau de desenvolvimento, e o que mais problemas terá com a adesão, seria indispensável um esforço ainda mais acentuado naquela compatibilização.

Mas isso não foi feito, e enquanto, por exemplo, a Espanha prepara já ao nível de cada Ministério e direcção-geral essa adaptação, nós continuamos talvez à espera do milagre.

Os meios de trabalho, de acção e de instalações da Comissão permanecem quase iguais, desde há vinte e três meses, ou seja, na mesma precariedade e deficiência.

Nem todos os membros foram ainda designados, nunca reuniu o Grupo de Representantes Permanentes e as reuniões com os parceiros sociais foram realizadas uma só vez, facto preocupante para quem como nós considera indispensável a participação desses parceiros no processo de esclarecimento e actuação face à nossa adesão europeia.

De tudo isto resulta que a posição negocial portuguesa não está a ser acautelada, surgindo a iniciativa das negociações mais dos órgãos da CEE e menos das autoridades portuguesas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daí a exigência de duas reformulações: dos órgãos que do nosso lado acompanham as negociações e da política a seguir na adaptação das nossas estruturas.

O Sr. Simões de Aguiar (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nesse âmbito, o Programa do IV Governo apresenta lacunas e omissões que não se justificam e das quais apontaremos algumas.

Lacunas e omissões que nos fazem desconfiar da expressão «motor de desenvolvimento e estratégia» que o IV Governo coloca no centro da sua política.

Assim, nada se refere quanto à concessão dos meios necessários ao funcionamento da Comissão de Integração Europeia.

A ligação das regiões autónomas ao processo de negociação não é suficientemente tratada, facto cuja gravidade era notória no passado já que não se estabeleceu qualquer ligação eficaz.

Nos domínios sectoriais e começando pelo sector agrícola, os princípios fundamentais que regem o mercado agrícola comum são: o da unicidade de mercado realizado graças à aproximação dos preços entre os Estados membros; o da preferência comunitária graças à aplicação dos sistemas de «antecipações» móveis ou de tarifa aduaneira comum; o princípio da solidariedade financeira por intermédio do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

Os estudos que resultam das aplicações destes princípios nem sequer estão estudados, e tal é imprescindível já que devemos ter a consciência de que a adesão compromete algumas das actuais produções agrícolas, favorece outras existentes e permite a adopção de novas culturas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pois bem, sobre o assunto pouco ou nada está feito.

Por outro lado, não se produziu até hoje qualquer análise sobre os mecanismos de funcionamento da PAC no que se refere a preços e mercados agrícolas, normalização de produtos e sobre as consequências da aplicação dos regulamentos do mercado e preços comuns à produção agrícola portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não se iniciou ainda a montagem de uma rede de informação de contabilidade agrícola e a tal ponto que nem foi possível às autoridades

portuguesas responderem ao inquérito da CEE sobre rendimentos agrícolas realizado em 1977, com vista à elaboração do parecer sobre Portugal.

Nada se fez sobre os benefícios que poderiam resultar na fase de negociação da aplicação de algumas directivas, mormente a relativa à modernização das explorações agrícolas, à fixação dos jovens à agricultura, ao apoio à cessão das actividades agrícolas, na formação dos agricultores, na comercialização — qual, por exemplo, será a nossa posição face à não possibilidade de existência de monopólios de comércio de importação e exportação, com a EPAC e outros organismos de coordenação económica —, ao prosseguimento de actividades de exploração na montanha, etc.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E não se julguem dispiciendas tais directivas. Elas permitiriam apoio financeiro e técnico a agricultores ou seus agrupamentos em variados domínios desde o emparcelamento até à irrigação, passando pela modernização das produções de oliveira, vinha, fruta, bem como à exploração pecuária em várias zonas desfavorecidas, mormente serra do Algarve, Nordeste Tasmoniano e a dos xistos do Baixo Alentejo e ainda à montagem das redes de centrais leiteiras, estações fruteiras, matadouros frigoríficos, mercados centrais, etc.

Não nos alongaremos no extenso rol do que está por fazer e do que não é proposto.

Os anteriores Governos não equacionaram devidamente estas questões e muito menos tentaram perspectivar a sua resolução.

O Programa do IV Governo nada nos diz de concreto sobre estes problemas e, pior que isso, não parece ter intenção de o dizer aos agricultores.

Como é possível mudar uma política sem uma acção de esclarecimento sobre os directos interessados que são os agricultores? Será que o Estado se assume apenas como cobrador de impostos e não para apoio e esclarecimento dos cidadãos?

O Governo não pode praticar uma política de avestruz neste domínio sob pena de cavar a sua própria sepultura.

No âmbito dos transportes a CEE definiu uma política comum que abrange os meios ferroviário, rodoviário e fluvial e cujos parâmetros mais importantes têm elevada relevância para Portugal.

Assim, não são permitidas discriminações aplicadas em função da nacionalidade e que correspondam à prática de preços e condições diferentes conforme o país de origem ou destino dos produtos transportados; são harmonizadas as condições de concorrência pelas quais não se aceitam acordos entre empresas que fixam directa ou indirectamente os preços e condições de transporte, a limitação ou controlo da oferta de transportes, a repartição de mercados, a aplicação de condições desiguais a prestações equivalentes em função dos parceiros comerciais e, por último, a imputação de custos de infra-estruturas que resultam da criação e conservação de uma via de transportes em que o tráfego se possa efectuar com segurança.

Dado o peso e os problemas que o sector apresenta em Portugal, é natural quer a dificuldade de aplicação destas regras quer a sua adopção plena.

Mas a sua ignorância, que parece decorrer da leitura do capítulo respetivo, onde nenhuma referência lhes é feita, não deixa de ser preocupante.

Se os Governos anteriores «lavaram as mãos neste domínio», não aceitamos que o IV Governo também o faça.

Desse modo, a manutenção das omissões apenas torna evidente uma certa linha de continuidade entre o IV Governo e os anteriores de maioria socialista e de participação CDS, facto aliás já aqui explicitado por vários Deputados do Partido Socialista face ao Programa e discurso do presente Governo.

No âmbito industrial, as referências que este Programa faz às acções a empreender no campo da adesão constituem uma indicação positiva que se deve realçar.

Contudo, haveria que ir mais longe.

Assim, e relativamente aos grandes projectos de investimento do sector público industrial mormente o plano siderúrgico, a refinação de petróleo, a petroquímica de base e os produtos da segunda e terceira gerações, as pirites, e o projecto Renault, seria necessário adequar a sua realização à extensão da cláusula «das indústria novas», sem esquecer as disciplinas comuns aplicadas na comunidade, relativamente a alguns desses produtos, designadamente o aço, os produtos petrolíferos e as fibras têxteis sintéticas e artificiais.

Sem essa compatibilização, que eventualmente até poderá determinar a necessidade de uma protecção aduaneira inicial, poderemos caminhar para aventuras cujo custo é muito elevado.

Não é irrelevante esta referência, já que é do conhecimento público que por um lado só a Grécia e em grau bastante limitado tem invocado a referida cláusula, por outro a sua interpretação comunitária tem sido muito restritiva e, por último, existe a data de limite de 1 de Janeiro de 1985, quando deverá estar concluída a eliminação dos direitos aplicados em conformidade com essa cláusula de indústrias novas.

Por outro lado, a pauta exterior comum mais reduzida que a portuguesa, mormente nos têxteis e calçado, pode, ao ser aplicada, criar condições de agravamento na competitividade interna da nossa produção. A profunda reorganização desses sectores e o esclarecimento dos interessados é condição imprescindível de sobrevivência dos mesmos.

A adesão à Europa vai também pôr em dificuldade outros sectores da indústria privada portuguesa.

Matérias plásticas, borracha, certos domínios da química ligeira, produtos metálicos de aço e metais não ferrosos, algumas indústrias alimentares, montagem de automóveis e electro-domésticos, são exemplos significativos que requerem reconversão sob pena de no momento próprio assistirmos a uma cadeia de falências e de desemprego.

O Governo deveria, pois, explicitar uma actuação muito clara e apoianta daquelas acções, por via de créditos especiais, pela concessão de benefícios fiscais complementares e também por outros meios de apoio directo que se julguem os mais adequados.

Mais ainda, deve encarar o problema frontalmente, informando os interessados — organizações patronais e sindicais — e promovendo o diálogo que permita o encontro de soluções para tais problemas.

Esquecer-las e não as enfrentar apenas faz neste como nos outros domínios agravar a situação.

Portugal não pode esperar o momento de entrada na CEE para se transformar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tarefa que aguarda este Governo, todas as forças democráticas, todos os sectores sociais e económicos interessados na modernização de Portugal é pois imensa.

Seria desonesto propormos que tal fosse feito em curto espaço de tempo.

Será antes uma obra permanente, mas que não se compadece com indefinições, ambiguidades e zig-zagues.

É certo que a actual conjuntura económica e financeira não é propícia a um relançamento acelerado da produção.

As dificuldades que o presente encerra são manifestas.

Seria pois errado, política e moralmente, prometerem-se grandes realizações até 1981, sabendo-se como o País está e não fazemos mais hoje do que fizemos no passado.

Nunca prometemos o que sabíamos não podia ser dado, facto que outros esqueceram ou iludem, prometendo sem disporem de meios para um cumprimento adequado.

E como em economia não há milagres, mas trabalho, competência e orientação esclarecida, só com esses ingredientes será possível resolver agora alguns problemas e perspectivar a médio prazo a resolução de outros.

O I Governo não teve uma política económica, ou antes teve-as e de sinal contrário. A única altura em que ela foi clara foi apenas quando o II Governo adoptou como sua a estratégia do FMI, a qual permitiu minorar dois problemas graves: a diminuição dos elevados prejuízos das balanças de transacções corrente e comercial e uma ligeira desaceleração do ritmo da inflação.

Mas não haja ilusões; baixar os preços de 27% para 24% ajuda, mas não chega.

Vozes do PS: — Já não é mau!

O Orador: — Reduzir aqueles *deficits* de, respectivamente, 1117 milhões e 1915 milhões para 832 e 1830 milhões de dólares é animador mas não resolve nem de longe o problema.

E se nos lembriarmos ainda que esses resultados foram conseguidos por uma travagem no aumento da produção, do investimento, do emprego, e numa aceleração do montante da dívida pública interna e externa, mais razões teremos para não partilharmos qualquer optimismo.

O Sr. Costa Moreira (PS): — Já chega, ó Ângelo!

O Orador: — O balanço final não nos permite raciocínios nem juízos simplistas e animadores.

A situação é grave e dizer o contrário é pura demagogia e apenas espalha mais ilusões e equívocos.

Aliás, Portugal tem vivido em demasia desse tipo de atitudes, que em vez de animarem os Portugueses apenas lhes criam embaraços e dificuldades.

De 1976 a 1978, os I e II Governos prometeram uma expansão continuada da produção.

Na prática, o produto interno bruto diminuiu sucessivamente, como diminuíram as intenções de investimento.

O Sr. António Guterres (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Os seus ritmos de investimento: 5,7 %, 5,1 % e 3,5 % (*Relatório do Banco de Portugal, 1977*).

Em 1976 o I Governo prometeu combater o desemprego.

Em 1978 evitar o seu agravamento.

Na prática e neste ano o desemprego aumentou, fruto da redução de 50 000 unidades de volume global do emprego, segundo o Inquérito Permanente ao Emprego realizado pelo INE.

Em 1976 o I Governo comprometeu-se a «estabilizar os preços» dos bens essenciais.

Em 1977 prometeu 17 % de inflação e em 1978 20 %. Os resultados obtidos foram, respectivamente, 20 % e 27 % e este ano cerca de 24 %, ou seja, na prática as promessas não foram cumpridas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à balança de transacções correntes e endividamento externo, o I Governo, prometeu «obter um elevado grau de independência externa» e a «contenção da balança de pagamentos».

O então Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, num discurso nesta Assembleia, afirmou que para 1977 esse deficit seria de 800 milhões de dólares. O II Governo igualmente, e na prática esse deficit subiu de 1,2 mil milhões em 1976 para 1,5 em 1977, atingindo-se em 1978 um valor análogo a 1976.

Paralelamente a dívida efectiva subiu de meados de 1976 a meados de 1978 de cerca de 150 milhões de contos, ou seja, tal aumento traduziu-se em 100 % em dois anos, representando aquele montante cerca de 50 % do produto nacional bruto. Independência externa mais comprometida até pela oneração do ouro das nossas reservas, cuja última venda, segundo o discurso do Sr. Vice-Primeiro-Ministro, se situa exactamente durante o termo de vigência do II Governo Constitucional.

Vários poderiam ser os indicadores que manifestam quer o incumprimento dos objectivos e metas a que sobretudo o I Governo Constitucional se comprometeu, quer as dificuldades que se nos deparam.

Não creio que seja útil insistirmos no tema.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Estamos de acordo, Sr. Deputado!

O Orador: — O que o povo espera de nós, Assembleia da República, Presidente da República ou Governo, é menos o debatermos os insucessos passados e mais o construir o futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não que não haja uma responsabilização pelos erros e omissões cometidos, mas serão os cidadãos no momento de sua escolha política a fazê-lo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Que o IV Governo seja um dia responsabilizado em termos positivos e favoráveis é o meu desejo.

Não que isso se deduza completamente do seu Programa.

Mas o povo português merece ser bem governado. A posição do PSD será pois tomada em cada instante face àquilo que o Governo fizer.

Se ele não actuar devidamente, contará com a nossa leal oposição.

A nossa atitude futura face ao IV Governo dependerá apenas dele.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Do que conseguir, do que quiser e do que realizar.

Applausos do PSD.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente que a longa intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia poderia levá-me ou tentar-me a aduzir determinados tipos de comentários como, há pouco, um ilustre Deputado da sua bancada aduziu.

Naturalmente que seria fácil substituir o elefante pela montanha ou inclusivamente utilizar novamente o elefante, mas não vou entrar nesse caminho.

Uma voz do PSD: — Saia um rato!

O Orador: — O Sr. Deputado referiu, em crítica aos Governos Constitucionais, que esses mesmos Governos tiraram da ideia da Europa do Mercado Comum a ideia de banqueiros. Naturalmente que poderia deduzir daí que o Sr. Deputado estaria mais a querer passar um certificado de menoridade aos países do Mercado Comum do que a caluniar os Governos Constitucionais.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Considero que é, de facto, uma infelicidade aquela que V. Ex.^a teve, mas que, ao fim e ao cabo, todos nós também temos. Isso acontece.

Mas, Sr. Deputado, pedi a palavra para lhe pedir o seguinte esclarecimento: se de facto os Governos Constitucionais tiraram da Europa do Mercado Comum só a ideia de banqueiros, como justifica a posição unânime de todos os países do Mercado Comum sobre o apoio ao pedido de adesão de Portugal? Como justifica que todos os governos dos países do Mercado Comum tenham apoiado o pedido de adesão de Portugal ao Mercado Comum? E como justifica também o Sr. Deputado que todos os partidos, quer filiados na Internacional Socialista, quer

filiados na União Europeia das Democracias Cristãs — mesmo na oposição — se tenham manifestado favoravelmente a essa entrada?

Vozes do CDS: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — E mesmo os não filiados!

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para um curto esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poderia depreender-se das palavras do Sr. Deputado Ângelo Correia que a posição negocial portuguesa em relação à adesão ao Mercado Comum estaria profundamente desprestigiada. Quero dizer-lhe que essa impressão é totalmente errónea. Na realidade, a Comissão das Comunidades, por diversas vezes, quer em público, quer em privado, prestou elogio caloroso à actividade das entidades portuguesas ligadas ao processo de adesão.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — E posso ainda testemunhar pessoalmente que o prestígio de que gozam em Bruxelas os responsáveis políticos por essa negociação — um dos quais é membro do meu partido, o Dr. Vitor Constâncio, e o outro foi membro de um Governo contra o qual o meu partido votou, o Dr. Silva Lopes — é inclusivamente superior ao prestígio dos chefes de delegação quer da Espanha, quer da Grécia.

Era só este o esclarecimento que não podia deixar de prestar, sob pena de esta Câmara poder ficar equivocada acerca da posição portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Qual é o prestígio-metro?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia para responder, se assim o entender.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Robalo honrou-me com uma das suas perguntas habitualmente esclarecidas e devo dizer que S. Ex.^a fez muito bem em não referir o problema dos ratos, dos elefantes e das montanhas, já que eu realmente para Aníbal não tenho vocação.

Risos do PSD.

Não julgo que tenha cometido qualquer calúnia em relação aos I e II Governos Constitucionais. Apenas fiz uma constatação de factos. Devo dizer que factos rebatem-se com factos e para os factos que apontei V. Ex.^a, Sr. Deputado Carlos Robalo, só tem um método político: é contrapor os mesmos factos no mesmo plano e rebatê-los. Se V. Ex.^a não o fez, é porque tacitamente os aceitou e nessa exacta medida V. Ex.^a não pode falar de calúnia.

Para comprovar o facto de a gestão dos I e II Governos Constitucionais terem sido eficazes no domínio

da adesão ao Mecado Comum, o Sr. Deputado referiu o facto de todos os países que pertencem à Comunidade Económica Europeia ...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — No fim.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — No fim não poderei interromper.

O Orador: — Não poderá interromper, mas poderá fazer uma adenda.

O facto de os países e os partidos, filiados ou não em que organização for, terem dado apoio comum e unânime à adesão portuguesa releva de duas circunstâncias muito simples: a primeira são exactamente as mesmas razões que me levaram hoje, tal e qual como nos levaram em 1974 e em 1977, a defender que a nossa inserção na Europa estava certa. A relação europeia não é uma relação unívoca, mas uma relação em dois sentidos e como tal, se é de nós para a Europa, é natural que tenha também uma tradução da Europa para nós.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas se essa ligação se fez, foi aceite e se o próprio parecer da Comunidade foi dado no sentido favorável, o Sr. Deputado Carlos Robalo lê o parecer da Comunidade sobre a adesão de Portugal e regista as alterações que a própria Comunidade aí aponta como necessárias à transformação de Portugal.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Eu não pus em causa a adesão.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Era o que faltava!

O Orador: — O que digo e que nós pensamos é que, se o não fizermos em termos de transformar hoje Portugal, as nossas condições daqui a seis, sete, oito ou dez anos não terão hipóteses de podermos competir na Europa.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Manter um *statu quo*, manter um imobilismo, não transformando o País nem preparando o País, apenas contribui para não podermos ser membros da Europa.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por isso o nosso alerta aqui, hoje, é no sentido de provocar já essas transformações e não ser a Europa a impor-nos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão que o Sr. Deputado António Guterres colocou, e pela forma como a colocou, eu devo dizer que não disse isso. E vou citar aquilo que disse. É o seguinte: «De tudo isso resulta que a posição negocial portuguesa não está a ser acau-

telada, surgindo a iniciativa das negociações mais dos órgãos da CEE e menos das autoridades portuguesas.»

Não está em causa o respeito e a consideração que nos merecem membros do seu partido, incluindo o Dr. Vitor Constâncio, não está em causa a acção em conjunto dos negociadores portugueses, mas está em causa, isso sim, uma estratégia, uma filosofia e uma acção que as autoridades portuguesas não estão a ter em suficiência, de modo a preparar Portugal para aderir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Portugal não se modernizando e não tomando a sério as adaptações ao direito derivado que, neste momento, devia ser estudado e adaptado a Portugal, o que estamos a fazer é ...

O Sr. Rui Pena (CDS): — É a reforma administrativa, Sr. Deputado! Vê como eu tenho razão?!

O Orador: — Sr. Deputado, V. Ex.^a é que foi o Ministro do II Governo Constitucional nesse sector e não eu. A responsabilidade é sua e não minha.

Aplausos do PSD.

Se V. Ex.^a está a fazer um acto de contrição, só lhe fica muito bem (*risos do PSD*). Aliás, mais actos desses seriam necessários da sua bancada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como tal penso que não estão nunca em causa as personalidades, mas a acção, que não está a ser suficientemente introduzida e dinamizada por parte das autoridades portuguesas, não acautelando suficientemente os nossos interesses. O nosso reparo é esse, não em relação às pessoas que nos representam. É esse o esclarecimento que o Sr. Deputado António Guterres merece.

Aplausos do PSD.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para dar um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só queria lembrar que eu tinha pedido ao Sr. Deputado Ângelo Correia que justificasse uma afirmação que fez e que foi a de que os dois primeiros Governos Constitucionais tinham tirado da ideia da Europa a ideia de banqueiros.

Também queria esclarecer a Câmara de que eu não tinha pedido ao Sr. Deputado para repetir o discurso com que nos tinha brindado.

Uma voz do PS: — Livra!

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres para uma intervenção.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ninguém tem hoje quaisquer dúvidas sobre a gravidade da situação económica que o País enfrenta. Vai-se também gerando na opinião pública um consenso sobre as verdadeiras causas dessa situação. Já hoje são poucos os que insistem em atribuir fundamentalmente os nossos males à Revolução do 25 de Abril, ao funcionamento do sistema democrático ou até às sequelas das transformações económicas e sociais que em Portugal recentemente ocorreram por formas que nem sempre foram, aliás, as mais aconselháveis. Também cada vez tem menos eco a tentativa de atribuir aos governos de base PS e à sua política, por vezes dita de «recuperação capitalista», a responsabilidade de males que os transcendem.

Não vou repetir o que a este propósito disse nesta mesma Assembleia há cerca de um ano, aquando do debate da moção de confiança, que veio a causar a queda do I Governo Constitucional.

Basta referir que as afirmações aqui proferidas pelo Sr. Vice-Primeiro-Ministro, na quinta-feira passada, reafirmaram a justeza da análise então feita, atribuindo o devido valor à deterioração dos termos de troca com o exterior, sofrida pela economia portuguesa, desde o aumento do preço do petróleo bruto em 1973, ao crescimento rápido da população devida ao regresso dos desalojados das ex-colónias e às restantes consequências da crise internacional, com relevo para o estancar súbito da emigração.

E se a análise com que todos aos poucos vão sendo forçados a concordar isenta a democracia portuguesa de culpas que lhe não cabem, confirma, porém, o carácter estrutural dos nossos problemas presentes e demonstra que a sua superação só é integralmente possível a médio prazo.

Só a tacanhez de vistas dos que estão obsecados com a luta política do dia-a-dia pode fazer escamotear estas realidades.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Alguns analistas, com particular relevo para os afectos ao PSD/PPD, têm procurado minimizar os esforços para a superação da crise, que foram empreendidos pelos dois primeiros Governos Constitucionais presididos por Mário Soares. A intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia é, a este título, exemplar. Tais críticas têm vindo mais recentemente a envolver a própria estratégia definida pelo II Governo Constitucional, articulada em torno de um programa de estabilização, visando a redução do *deficit* da balança de transacções correntes e a travagem do ritmo da subida dos preços e de um projecto de desenvolvimento a médio prazo, tendo por objectivos a correcção dos nossos desequilíbrios estruturais e a modernização da sociedade portuguesa na óptica da integração europeia.

Vai-se mesmo ao ponto, em certos casos, de negar a própria evidência dos números sem perceber que tal se vira afinal muito mais contra os críticos do que contra aqueles que se procura atingir.

Vejamos, em primeiro lugar, os resultados já obtidos com o programa de estabilização aplicado a partir de Março deste ano: ...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — O FMI!

O Orador: — ... 1977 registou um *deficit* na balança de transacções correntes de 1500 milhões de dólares e uma taxa de inflação de 27 %. A comparação com os números de 1978 é esclarecedora quanto ao êxito da política adoptada sob a orientação do Ministro Vítor Constâncio.

Assim, os dois primeiros trimestres registaram ainda valores do *deficit* de transacções correntes da mesma ordem de grandeza das do ano anterior. No primeiro, houve mesmo um agravamento de 342 para 459 milhões de dólares, no segundo, uma ligeira melhoria de 438 para 414. Nenhuma causa produz consequência antes de ocorrer. A análise dos resultados do Programa de estabilização tem, pois, de ser feita a partir do 3.º trimestre, em que fizeram sentir os seus primeiros efeitos.

Se mais cedo se não actuou nesse sentido, tal se ficou a dever em parte à crise política originada com a queda do I Governo Constitucional, queda, é bom lembrá-lo, para a qual contribuiu significativamente a impossibilidade de fazer compreender aos então partidos da oposição a necessidade de tal política de austerdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ora, o 3.º trimestre de 1978 registou um valor positivo em cerca de 40 milhões de dólares na balança de transacções correntes face a um *deficit* de 337 milhões de dólares no ano anterior, de acordo, aliás, com os números aqui mesmo apresentados pelo Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Foram as férias dos emigrantes!

O Orador: — A evolução posterior parece, aliás, animadora e permite prever com segurança que o período de Março a Março se saldará por um *deficit* inferior à metade da dos 1000 milhões de dólares.

Há quem argumente que tais resultados, em si excelentes e que desmentem inteiramente as previsões de insucesso nesta mesma Câmara feitas pelo PSD e pelo PCP, se devem mais à subida das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes do que à evolução da balança comercial.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — É evidente!

O Orador: — Mesmo que assim seja, importará reconhecer que as referidas subidas não são simples produto da chamada «mão invisível», mas se devem, em grande parte, às medidas de política tomadas no sentido de as promover. Mas vejamos, com algum detalhe, o que se passou com a balança comercial. De Janeiro a Setembro as exportações cresceram cerca de 18 % em dólares e 13 % em volume. As importações, ao contrário, registaram uma subida de apenas 5,3 % em dólares estagnando praticamente em volume. Tais números têm de ser comparados com um crescimento em 1977 de 13 % para as importações e de 6,8 % para as exportações, consequência inevitável da recuperação económica e do aumento do produto então empreendidos. Para tentar ocultar estes resultados, os detractores da política do II Governo Constitucional costumam fazer as contas a preços

correntes e referir apenas a totalidade do *deficit* da balança comercial, tirando partido do facto de as exportações, no seu conjunto, representarem cerca de metade das importações, como é, alás, tradicional na nossa balança. É um truque bastante primário mas de utilidade evidente quando se pretende mistificar a opinião pública.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Mas também aqui os resultados são ainda mais favoráveis se se atender apenas aos últimos meses do período, aqueles em que se fez já o pleno impacte do programa de estabilização. As importações, por exemplo, diminuíram em volume 5 % em Junho, 12 % em Julho e 19 % em Agosto, sobre os valores dos mesmos meses do ano anterior.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — E os stocks, como estão?

O Orador: — Mas importa reconhecer que deixou de estar em coma e que empreendeu o caminho da recuperação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os que apenas se preocupam em negrить o médico correm o risco de precipitar nova queda no estado de saúde do paciente que, talvez honestamente, pensam poder salvar. A paixão política cega, de facto, muitas vezes os homens.

Aplausos do PS e alguns Deputados do CDS.

Algumas reflexões agora sobre o problema da inflação.

Nos oito primeiros meses deste ano registou-se um aumento médio dos preços de 20,7 %, em relação a igual período de 1977. Estava-se, pois, no bom caminho para cumprir o objectivo fixado.

Na discussão do Programa do Governo Nobre da Costa tive ocasião nesta tribuna de chamar a atenção desta Câmara para os riscos da atitude assumida por esse Governo, revelando uma menor preocupação com a contenção da subida do custo de vida. Os resultados não se fizeram esperar. Quer por acção de aumentos decretados de forma inopportuna e inadequada, talvez pela vontade um pouco precipitada de mostrar serviço, quer sobretudo pelas expectativas criadas nos agentes económicos, a inflação acelerou, registando no mês de Outubro uma subida de 3,4 pontos no índice geral de preços, contra 2,3 no ano anterior. Faço uma pequena ideia dos protestos que estes factos levantariam nesta Assembleia se se tratasse da política de um Governo PS.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Muita sorte teve o engenheiro Nobre da Costa em gozar do apoio activo do Dr. Sá Carneiro e da tolerância mais ou menos envergonhada do Dr. Álvaro Cunhal.

Aplausos do PS.

E, no entanto, estes factos são graves por comprovar a lógica de atenuação das medidas de austerdade, previstas pelo II Governo Constitucional.

Na realidade, caso a inflação tivesse sido contida nos limites propostos, como tudo indicava ser possível, com tendência a desacelerar em 1979, estava previsto pelo II Governo Constitucional diminuir no princípio do ano as taxas de juro e reduzir para metade o ritmo de desvalorização do escudo, a partir de Março.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — São promessas a posteriori, hem?!

O Orador: — O Prof. Jacinto Nunes revelou-nos já não ser possível efectuar a primeira dessas operações, nem reduzir tão substancialmente o ritmo da desvalorização.

Daí que nos não pareça também realista apontar em 1979 para uma taxa de inflação inferior a 20 %. Nestes termos, e coerentemente com a necessidade de defender de maior deterioração o poder de compra dos trabalhadores portugueses, o PS propõe para a norma salarial média do ano próximo um valor da ordem dos 23 %, com eventuais correções de natureza salarial e garantindo a efectiva aplicação de medidas compensatórias, se a meio do ano se detectar um aumento dos preços previsivelmente superior a 20 %. Os bons resultados obtidos com a política de estabilização tornam realista este objectivo em 1979. Pela nossa parte, porém, não fomentaremos reivindicações mais exigentes, por termos plena consciência das dificuldades que ainda subsistem.

O PS será na oposição tão responsável como foi no Governo, renunciando à popularidade fácil, ao alcance dos que se negam a ter em conta as realidades concretas da economia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Algumas palavras agora sobre os instrumentos utilizados pela política de estabilização para alcançar os resultados referidos. Apontam muitos, e já isso foi feito aqui neste debate, com enorme insistência a impossibilidade de conter o deficit corrente do Estado e de respeitar os *plafonds* de crédito acordados com o Fundo Monetário Internacional.

Felizmente que o IV Governo Constitucional, que é insuspeito nesta matéria, esclareceu já que o primeiro facto decorre de uma diminuição das receitas previstas, não se esperando ultrapassar o montante global das despesas do OGE, e que o excesso do recurso ao crédito pelo sector público administrativo não prejudicou as empresas privadas. Estas são palavras do professor Jacinto Nunes.

A diminuição de receitas que referi não é, aliás, de estranhar, dado o atraso nas medidas fiscais devido à crise governamental do princípio do ano e as demoras na promulgação de alguns dos decretos-leis que lhes deram expressão legal.

Sem esconder as dificuldades que o IV ou outro Governo vai ter na elaboração do próximo Orçamento, importa, no entanto, esclarecer que as deficiências na aplicação dos instrumentos do programa de estabilização só põem em relevo os sucessos alcançados ao nível fundamental, que é os dos seus objectivos.

O doente melhorou mais do que o previsto, apesar de ter tomado os seus remédios em menores doses do que as prescritas na receita. Aliás, o mesmo se observa se atentarmos nos efeitos secundários adversos inevitáveis em qualquer medicação.

Pensava-se que o crescimento do produto interno bruto se viria a reduzir para 2 % ou 3 % a preços constantes e as últimas estimativas apontam para uma taxa de 3,8 %. Do lado do investimento a formação bruta de capital fixo deve crescer, em termos reais, cerca de 6 %, representando perto de 21 % da despesa nacional.

Para um país em que, segundo alguns, ninguém investe, não é nada mau, embora sejamos os primeiros a reconhecer que tal pode e deve continuar a ser melhorado.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É falso!

O Orador: — Esta é a verdade. Verdade que importa reconhecer com justiça e que foi aqui referida no essencial pelo Sr. Vice-Primeiro-Ministro, na última quinta-feira. No dizer do Sr. Deputado Ângelo Correia, do PSD, foi mesmo a primeira vez que um Governo falou verdade nesta Câmara sobre a situação económica. Mas a verdade foi tão dura para a direcção do PSD que esta, mal se apercebeu bem das suas consequências, logo correu pressurosa a dizer que afinal já não votava a favor do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A não ser que este pagasse um novo e elevadíssimo preço.

Aplausos do PS.

Há de facto verdades que são amargas para quem só vive dos mitos da anarquia e da tragédia colectiva, procurando unicamente capitalizar os ressentimentos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PSD parece não querer afinal votar num Governo cuja orientação política é no essencial a sua só porque aquele falou verdade sobre as causas da crise, não alinhando na mais clementar demagogia anti-socialista.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — O facto de um Governo ser conservador não quer forçosamente dizer que seja desonesto ou que demonstre necessariamente um anti-socialismo primário.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E como, no dizer do Dr. Sá Carneiro, a abstenção é neste caso um acto de cobardia política, deve ser grande o medo da verdade para o PSD ter de a encarar.

Aplausos do PS.

As recentes posições políticas da direcção do PSD, em contradição manifesta com as anteriores, demonstram que este partido não só não apresenta, nem pretende colaborar numa solução política construtiva, responsável e serena, como manifesta cada vez mais claramente que o seu único objectivo táctico, a todo o preço, é a realização de eleições antecipadas sem pensar nas consequências negativas destas para a estabilidade democrática, para a recuperação económica do País e, como é inevitável, para as condições de vida do povo português.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O País compreenderá mal a lista infundável de contradições em que a direcção do PSD se vem envolvendo nos últimos tempos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Olha quem fala!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Veremos, veremos!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há hoje quem no domínio económico considere os socialistas como demasiado optimistas. Não é optimismo reconhecer as dificuldades do País, mas anotar também as suas melhorias. Optimistas são os que pensam resolver todos os problemas mudando os artigos da Constituição com ou sem o recurso a referendos, alterando a cor dos governos ou privatizando os sectores nacionalizados.

Aplausos do PS.

Nada poderia ser mais ilusório. Se é verdade que as transformações económicas e sociais ocorridas em Portugal tiveram um custo bastante menor, aliás, do que alguns pretendem fazer supor, é identicamente verdade que não é possível invertê-las sem causar novas perturbações e sem dar origem a novos custos.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Com a agravante de que iria agora contra a corrente da história, à procura de um passado que nada nem ninguém pode fazer ressuscitar.

Aplausos do PS.

Temos consciência de que a superação dos nossos desequilíbrios estruturais implica um projecto de desenvolvimento a médio prazo, projecto que desejamos no quadro da integração europeia e para o qual reconhecemos sem demagogia a necessidade de manter ainda por alguns anos e seja qual for o Governo déficits apreciáveis nas nossas contas com o exterior.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Mesmo admitindo, no entanto, um déficit na balança de transacções correntes da ordem dos 1000 milhões de dólares nos próximos anos, podemos manter a dívida externa total sempre inferior ao dobro do valor das exportações, desde que estas

cresçam regularmente à taxa de 13 % em dólares, como parece realista admitir face aos resultados recentes.

Ficar-se-á pois aquém do nível de alerta normalmente reconhecido internacionalmente.

A dívida externa é assim uma realidade, gravosa sem dúvida, mas não incompatível com as perspectivas do desenvolvimento futuro e com a salvaguarda da independência nacional.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Um mar de rosas!

O Orador: — A situação é difícil mas a esperança tem razão de ser. Não basta o termos passado para a oposição para que nos comportemos como profetas da desgraça.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Todos a esforços no sentido de superar a crise, desde que respeitem os direitos dos trabalhadores e da maioria da população, serão por nós reconhecidos e apoiados, mesmo quando provenientes dos nossos adversários políticos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O programa económico do Governo Mota Pinto é um programa de carácter conservador, como é natural num Governo cuja composição também o é.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Os socialistas estarão por isso particularmente atentos à sua aplicação, caso o Programa não seja rejeitado por esta Câmara.

Se assim for, seremos oposição firme, mas seremos também oposição leal. O Governo pode ficar certo de que não correremos as capitais dos países amigos desaconselhando os apoios financeiros a Portugal ou a oportunidade dos investimentos estrangeiros ...

Aplausos do PS e de alguns Deputados do CDS.

... só porque o Executivo nos não agrada ou não é da nossa cor. Somos oposição, mas somos, acima de tudo, democratas e portugueses.

Aplausos do PS e do Deputado Cunha Simões (CDS).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta, creio que para formular um protesto.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, é efectivamente para um protesto.

O Sr. Deputado António Guterres acaba de fazer uma intervenção com alguns aspectos relevantes e com alguns sofismas que é necessário destacar.

Desde logo um sofisma que não escapa a ninguém: todos os índices positivos que encontrou nos últimos meses atribui-os ao II Governo; todos os índices negativos atribui-os ao III Governo; todas as lacunas atribui-as à crise que levou à queda do I Governo. Pergunto se é correcto responsabilizar desta forma

os resultados de políticas económicas diferentes, atribuindo-os a este, àquele ou àqueloutro, conforme os resultados são bons, maus ou inexistentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Quanto à questão das verdades duras, o Sr. Deputado também sofismou. Veio aqui dizer que a direcção do meu partido teria vindo rapidamente dizer que já não votava a moção de rejeição a este Governo depois de ouvir as declarações do Sr. Vice-Primeiro-Ministro. Isto não é verdade. A direcção do meu partido nunca disse que inviabilizaria este Governo; pelo contrário, sempre disse que não o inviabilizaria. Isto significa muito claramente que não votaria a favor de moções de rejeição. Este ponto foi sempre afirmado desde o início e nunca foi posto em causa.

O que ficou sempre em aberto foi se a posição do meu partido seria de abstenção ou se seria contra uma moção de rejeição. Este ponto ainda está em aberto, ainda não está definido, porque, como o meu partido sempre disse, tal ponto depende das garantias que o IV Governo nos der de que constitui uma ruptura com a governação soarista. Se essas garantias forem dadas, o nosso voto será contra qualquer moção de rejeição. E o debate ainda não encerrou.

Aplausos do PSD.

Um outro sofisma que o Sr. Deputado fez foi ao referir que este Governo seria o mais conservador desde o 25 de Abril, afirmação do seu secretário-geral, e acrescentando que o presidente do meu partido ...

Uma voz do PS: — «Chefe»!

A Oradora: — «Chefe» é como lhe chama o Partido Comunista; o meu partido chama-lhe «presidente».

Como ia dizendo, o Sr. Deputado afirmou que o presidente do meu partido teria dito que a abstenção em relação ao Programa deste Governo seria um acto de cobardia política. Quero aqui dizer claramente que isto é mais um sofisma, porque quando o Dr. Sá Carneiro disse em Cantanhede que abster-se em relação ao Programa deste Governo era um acto de cobardia política referia-se claramente ao Partido Socialista, uma vez que acto de cobardia é considerar este Governo o mais conservador desde o 25 de Abril e não ter coragem para o rejeitar por temor medo das eleições antecipadas.

Aplausos do PSD.

Pelo contrário, constitui a nosso ver — e sobre o juízo que disso fazem os Portugueses só as eleições darão resposta — um acto de coragem política e um acto de coerência pedir ao Governo que nos dê cabais garantias sobre a forma como vai governar, sobre o horizonte temporal que tem em vista, sobre o acordo que pretende ou não fazer e, finalmente, sobre o projecto político que lhe está subjacente.

O que não se comprehende é que o Partido Socialista aqui nos venha acusar de contradições, quando o Partido Socialista em relação ao III Governo disse que jamais poderia apoiar um governo de independentes, quando disse, em relação ao I Governo, «eu

seja ceguinho se alguma vez nos aliarmos ao CDS» e logo a seguir fez um Governo com o CDS e quando vem aqui não rejeitar um Governo de independentes.

Isto é que são contradições que nós não podemos aceitar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Guterres, deseja responder já ou no fim, em conjunto?

O Sr. António Guterres (PS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Guterres: Vou pedir um esclarecimento e fazer um protesto.

O esclarecimento deve-se a um facto que o Sr. Deputado referiu, com certeza por desconhecimento ou por razões imperativas de serviço no Secretariado do Partido Socialista que não lhe deu a possibilidade de analisar os factos. Refere-se ao aumento do preço da gasolina.

Não sei se o Sr. Deputado teve hipóteses de verificar o que se passou através da intervenção do presidente da Comissão Política Nacional do meu partido em relação a essa questão, não sei se teve conhecimento das objecções que pusemos por escrito — publicamente, através de um comunicado — em relação ao aumento que o III Governo decretou. É evidente que deve aqui ficar registado que o meu partido manifestou clara e justificadamente contra em relação a esse assunto. Naturalmente que o desconhecimento do Sr. Deputado António Guterres a partir deste momento transforma-se.

O protesto que queria fazer é muito simples, embora um pouco demorado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Oh! Sr. Deputado!

O Orador: — É simples, porque os factos que o Sr. Deputado trouxe a esta Câmara também são simples.

O Sr. Deputado começou por manifestar a profunda coerência do seu partido em todas as matérias. Queria lembrar ao Sr. Deputado António Guterres que ainda me recordo de que em 1977, quando apresentaram o Plano a Médio Prazo e, daí a dois meses, apresentaram o Plano Anual com objectivos tão diferentes e opostos, o Governo teve de retirar o Plano a Médio Prazo rapidamente. Isto no espaço de dois meses.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Isso esquece-se!

O Orador: — Mas naturalmente o Sr. Deputado esquece esses problemas. Foi o I Governo Constitucional, mas o Sr. Deputado António Guterres apenas começou a viver politicamente a partir de Janeiro de 1978.

Referiu ainda o Sr. Deputado que a terapêutica adoptada pelo Governo PS/CDS permitiu resolver duas questões. É verdade, permitiu minorar duas questões, mas o que o Sr. Deputado não diz, escamoteia e falseia — e dizer meias verdades em política é falsear —

são as consequências que resultaram da minoração dessas questões. Por exemplo, o Sr. Deputado não disse que o Orçamento Geral do Estado, antes da tomada de posse do III Governo, já estava excedido a tal ponto que, mesmo com a contenção de despesas praticada pelo III Governo, o *deficit* apenas do sector público administrativo era de 70 milhões de contos, a tal ponto que o objectivo que o II Governo tinha fixado, ou seja, de 7% do PNB, passa para 9%. Mas o Sr. Deputado António Guterres esquece isso, esquece que os subsídios às empresas públicas aumentaram em 2,3 milhões de contos — contrariamente ao prescrito no próprio programa de acção para 1978 do Governo do PS. O Sr. Deputado não diz que a redução dos *deficit* foi através de um aumento de desemprego. Basta verificar os últimos índices do Departamento Central de Planeamento, onde se verifica que os pedidos de emprego aumentaram drasticamente 7,9% nos últimos três meses e, pelo contrário, as ofertas reduziram-se em 7,6% e as colocações diminuíram em 6,7%.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — É o crescimento da produção.

O Orador: — O Sr. Deputado também não diz que a diminuição do investimento foi um facto real neste país e com uma estimativa de quebra de cerca de 4,8%. O Sr. Deputado não diz que a diminuição do ritmo de construção foi de 5% e que a diminuição da venda de aço para a construção foi também de 5%. O Sr. Deputado esquece que essa travagem do crescimento e a minoração dos *deficit* foi obtida através do aumento drástico dos encargos das dívidas interna e externa, de 4,5 para 5,5 mil milhões de dólares.

Naturalmente que o Sr. Deputado puxa por uma realidade com dois temas, duas áreas e dois enfoques limitados, com uma redução sensivelmente pequena. O Sr. Deputado tenta fazer um fogo fácto. Só que ele é fácto porque as consequências desses aumentos traduzem-se, na prática, nos indicadores de aumento de desemprego, de diminuição de produção, de habitação, em valores extremamente substanciais.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado mistificou política e economicamente através da sua intervenção.

Mas, pior ainda, o Sr. Deputado mistificou de uma segunda maneira, quando pretende que o mérito da redução da balança de transacções correntes e da balança comercial que se verificou no 3.º trimestre deste ano — vigência do III Governo Constitucional — é mérito da acção do Governo anterior, mas o aumento de preços que se verifica na vigência do III Governo já não é «mérito» do II Governo. Quer dizer, o Sr. Deputado António Guterres, quando quer invocar o argumento da balança comercial, atribui o mérito ao II Governo, projectando-se a acção no III Governo, e quando quer explicar os aumentos de preços denigre o III Governo, esquecendo-se que o argumento devia ser recíproco.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Por que é que se opõe ao aumento da gasolina?

O Orador: — É evidente que os efeitos nas duas variáveis económicas são equivalentes, ou seja, os tempos de aplicação e maturação desses efeitos são análogos. São iguais para o aumento de preços e para a redução dos *deficit* da balança comercial e da balança de transacções correntes.

O Sr. Deputado António Guterres, portanto, mistificou segunda vez e daí o nosso protesto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente: Srs. Deputados, Sr. Deputado António Guterres: Tenho apenas uma simples questão a colocar-lhe.

O Sr. Deputado permitiu-se afirmar que o PCP tinha tomado uma posição de «tolerância envergonhada» em relação ao Governo de Nobre da Costa.

Vozes do PS: — É verdade!

O Orador: — Para quem conhece as atitudes do PCP em relação ao Governo de Nobre da Costa isso é perfeitamente risível.

Em todo o caso, isto obriga-me a perguntar o seguinte: a tolerância manifestada pelo Partido Socialista em relação ao Governo de Mota Pinto, que tem sido demonstrada ao longo do debate, se vier a confirmar-se por uma posição de não rejeição, como é que deve ser qualificada? Como tolerância envergonhada ou desavergonhada?

Aplausos do PCP e risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Guterres, antes de lhe conceder a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento queria prevenir-lo de que apenas dispõe de quatro minutos.

Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Procurarei ser bastante breve, Sr. Presidente.

Começarei por responder ao Sr. Deputado Vital Moreira. Naturalmente que, se o PS decidir não votar contra este Governo, fá-lo-á conscientemente, sem complexos, e não apresentará moções de rejeição, recusando-se a votar as moções dos outros partidos.

Aplausos do PS e do Deputado Cunha Simões (CDS).

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Quer dizer que é desavergonhada!

O Orador: — A Sr. Deputada Helena Roseta procurou fazer aqui, em breves palavras, a história da vida do Partido Socialista. Não vou naturalmente fazer o mesmo em relação ao PSD, sobretudo repescando apenas alguns aspectos mais caricatos ou mais risíveis. Teria imenso que contar, passaríamos um serão muito divertido e agradável.

Risos do PS.

Penso, no entanto, que isso não tem qualquer interesse.

O que interessa é ver o que os partidos têm a propor de concreto ao povo português e qual foi a sua política ao longo deste tempo no essencial.

A Sr.^a Helena Roseta (PS): — Muito bem!

O Orador: — Tive ocasião de citar na minha intervenção uma outra intervenção que fiz há cerca de um ano nesta Câmara.

Nessa intervenção — para a qual remeto a Sr.^a Deputada Helena Roseta, pois não quero maçar os outros Srs. Deputados aqui presentes — tive ocasião de esclarecer qual a estratégia económica do I Governo Constitucional, cujas prioridades visaram o restabelecimento das regras de funcionamento do sistema económico, o restabelecimento dos níveis do crescimento económico e dos índices de equilíbrio intersectoriais da nossa economia.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Viu-se!

O Orador: — Devo dizer que em relação a esses aspectos se conseguiu um sucesso notável. Basta a Sr.^a Deputada atentar no que se passa no plano do emprego.

No plano do emprego sofremos desde o 25 de Abril até hoje um impacte de três factores externos. Primeiro factor: o regresso dos desalojados das antigas colónias; segundo factor: a desmobilização de uma parte importante do contingente militar; terceiro factor: o fim da emigração, que desde 1960 até 1975 se traduzia na saída anual de 60 000 a 80 000 activos, ou seja, de 100 000 a 150 000 pessoas. Faça a Sr.^a Deputada as contas sobre os números de desempregados que apenas estes três factores teriam causado na economia portuguesa se não se tivessem criado postos de trabalho no nosso país e chegaria facilmente à conclusão, sem nenhuma dificuldade — é uma conta elementar —, que se criaram em Portugal um número substancial de postos de trabalho e que o nível de desemprego existente, embora infelizmente elevado, fica a cerca de metade do que seria se se tivesse verificado a política de emprego que a Sr.^a Deputada procurou dar a entender.

Aplausos do PS.

Uma vez restabelecidas no essencial as regras de funcionamento do sistema económico, retomado o crescimento e combatidos os aspectos mais negros do desemprego, o Governo entendeu que era altura de promover um programa de estabilização para reduzir o deficit externo e as tendências inflacionárias. Em economia, infelizmente, não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, sob pena de não se chegar a lado nenhum. O que é verdade é que, quando o I Governo Constitucional propôs nesta Assembleia essa política de austeridade, muito antes de estar celebrado qualquer acordo com o FMI, o seu partido aproveitou-se desse facto para derrubar o Governo e veio argumentar com demagogia desenvolvimentista, para a qual gostaria de a remeter. Leia as intervenções que os elementos do seu partido fizeram nessa altura.

Aplausos do PS.

Acerca das recentes posições da direcção do partido a que a Sr.^a Deputada Helena Roseta pertence, creio que não há qualquer equívoco. Eu próprio ouvi — e creio que fui acompanhado por muitos Deputados desta Assembleia — o presidente da Comissão política do seu partido dizer que o PSD votaria contra qualquer moção de rejeição apresentada nesta Assembleia.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — ... se ...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Nunca disse isso!

O Orador: — Por outro lado, na minha intervenção nunca disse que o PSD votaria contra a moção de rejeição. Disse que o PSD não votaria contra se o Governo não pagasse um novo e elevadíssimo preço. Foi, aliás, esse preço que a Sr.^a Deputada referiu agora na sua contestação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, a questão da cobardia política. Peço desculpa, mas é para mim totalmente incompreensível que o PSD se possa abster, sem que isso revele qualquer acto de cobardia, e que outros partidos nesta Assembleia, seja o CDS, seja o PCP, seja o PS, tenham de votar de acordo com a vontade do Sr. Deputado Sá Carneiro para não serem cobardes.

Risos do PS.

É uma realidade que escapa inteiramente à minha compreensão e estou certo que escapará à compreensão de todos os Deputados dos outros partidos.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Continua a mistificar.

O Orador: — Se isto é mistificação, peço imensa desculpa, mas é uma mistificação que provém apenas de incapacidade intelectual da minha parte em compreender tal facto.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia, não vou gastar com ela o tempo suficiente para a refutar ponto por ponto.

Custa-me dizer — até porque sou bastante amigo do Sr. Deputado Ângelo Correia — que ele revelou nesta intervenção uma total falta de conhecimento dos mecanismos de funcionamento de uma economia e um completo alheamento em relação à actual realidade portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Dou exemplos claros da sua intervenção apenas para ilustrar o que disse.

Em primeiro lugar, os efeitos na balança de pagamentos de uma política de estabilização são efeitos a prazo. Dir-lhe-ei até mais: não se verificaram ainda totalmente na nossa economia os efeitos do programa de estabilização adoptado pelo II Governo Constitucional. O IV Governo — se subsistir a esta prova parlamentar — vai tirar partido deste facto para poder apresentar melhorias nas contas das balanças de pagamentos futuras. Mas um aumento

administrativo de um preço, decretado pelo Governo, tem uma incidência imediata no índice geral dos preços, pela sua contribuição directa, e tem uma contribuição indirecta sobre todos os custos, que se vêem acrescidos desse preço, a qual é muito mais rápida do que a incidência que decorre das aplicações de *plafonds* de crédito sobre os *deficits* de uma balança de transacções correntes. É uma verdade elementar, de um compêndio do 1.º ano de qualquer Instituto de Ciências Económicas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Guterres, esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Nesse caso calo-me, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado António Guterres disse que tinha ouvido o Presidente da Comissão Política do meu partido dizer uma coisa que ele não disse. Como tal, penso que o Sr. Deputado terá algum problema de ouvidos. Quando o Presidente da Comissão Política do meu partido afirmou a jornalistas que o PSD votaria contra uma moção de rejeição, disse que votaria contra ela se o Governo se comportasse de uma determinada maneira. Se o Sr. Deputado não ouviu o «se», eu não tenho culpa.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Convinha-lhes!

A Oradora: — Mas ele foi dito e sempre.

Os Srs. Deputados não se preocupam, porque o PSD não atira com posições pré-definidas, não atira com posições baseadas em preconceitos, mas toma as suas posições no final do debate, conforme aquilo que aqui se desenrolar e atendendo até ao último minuto às respostas da bancada do Governo.

Em segundo lugar, quanto ao problema da coragem política, o Sr. Deputado António Guterres apenas revelou no seu contraprotesto que sofria do mesmo complexo que o Sr. Deputado Salgado Zenha, isto é, está muito preocupado de que a evolução do País esteja a acompanhar aquilo que foi previsto pelo Dr. Sá Carneiro. Não tenho culpa que o Sr. Deputado tenha complexos, nem tenho culpa de que o Dr. Sá Carneiro tenha uma rara capacidade de intuição política, que a grande maioria dos portugueses cada vez mais reconhece.

Aplausos do PSD e risos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Queria prestar um esclarecimento à Sr.ª Deputada Helena Roseta.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Queria apenas esclarecer a Sr.ª Deputada de que terei complexos, mas não tenho os complexos da Sr.ª Deputada Helena Roseta.

Risos e aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, queria fazer um comentário à resposta que o Sr. Deputado António Guterres deu à minha interpelação. Infelizmente o Sr. Deputado já não tem tempo e, como tal, vou-me limitar a transcrever, sem comentários, algumas declarações feitas por Deputados do PS durante a discussão do Programa do Governo de Nobre da Costa.

Primeira:

O Governo Nobre da Costa não passará. Não passará com os nossos votos, porque se trata de um Governo constituído à revelia dos partidos e da vontade popular expressa em eleições livres. Esta é a razão fundamental da nossa rejeição.

Mais à frente:

É um Governo extraparlamentar e extrapartidário. É um Governo extraparlamentar e extra-partidário, por muito extraordinário que se pretenda, é sempre um Governo extrademocrático.

Mais à frente ainda:

Um Governo de independentes não tem sentido, repetimos, numa democracia pluralista. É um corpo estranho à democracia, estranho e maligno. É uma autêntica aberração política.

Mais ainda:

É, porém, incontestável que a teoria de invocar um mal maior para justificar a passagem do Governo Nobre da Costa sempre conduziu ao longo da história a toda a espécie de capitulações.

Para terminar:

Nunca transigimos, porém, nem transigiremos em matéria de princípios. O que está em causa é a defesa do regime de partidos. O Governo Nobre da Costa é um Governo extrapartidário. Por isso o rejeitamos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — As tais contradições! *Manifestações de protesto do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Tal como não o fiz em relação ao PSD, também não vou usar a forma de fazer citações acerca de declarações feitas por elementos do PCP, nesta ou em qualquer outra ocasião.

Vozes do PCP: — Pode fazê-lo!

O Orador: — Gostaria apenas de dizer o seguinte: o Sr. Deputado Vital Moreira deu nas suas próprias citações a resposta, quando afirmou que a razão fundamental pelo qual o PS votou contra o Governo de Nobre da Costa foi devido ao facto de esse Governo se ter formado com violação dos princípios constitucionais ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não foi «ter-se formado», é «ser formado».

O Orador: — ... o que para nós é de facto um princípio fundamental.

No que diz respeito ao Governo Mota Pinto, a indigitação do Sr. Primeiro-Ministro foi feita após consulta dos partidos políticos e respeitando o artigo 190.º da Constituição. Deixa de estar em causa a questão de princípio, para nós essencial.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que grande ginástica!

O Orador: — Não é uma questão de ginástica. É apenas a preocupação em defender a Constituição, em que eu pensava poder contar com o apoio do Sr. Deputado Vital Moreira ...

Aplausos do PS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mais do que pensai! Onde chegámos, onde chegámos!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro nomeado — já cá não está, parece que se demitiu, pelo menos da banca do Governo.

Risos do PS.

O Programa do Governo, em matéria de comunicação social, apesar de propositadamente vago, e a intervenção do Ministro da Comunicação Social nesta Assembleia e o modo arrogante e provocatório como se permitiu responder às perguntas dos Deputados do PCP, são, apesar de o Ministro se ter recusado a responder a algumas questões fundamentais, suficientemente claras quanto aos propósitos do Governo de controlar a informação pública.

Mas, se ainda restassem quaisquer dúvidas, elas teriam de desvanecer-se integralmente com as primeiras atitudes públicas do Ministro Proença de Carvalho, que, a propósito, também já se demitiu da bancada do Governo.

Recordemos os factos.

Primeiro facto:

Ainda mal tinha tomado posse, já o Ministro Proença de Carvalho dava um ar da sua graça.

Em nota oficial o Ministro censurava publicamente a RDP por não ter dado publicidade a uma nota governamental sobre as arruaças fascistas do dia 24 de Novembro, no Porto. A acusação era falsa; o Ministro nem sequer se tinha informado junto da RDP que acusava. A RDP desmentiu o Ministro e repudiou a ingerência. O Ministro silenciou. É caso para dizer: «A primeira cavadeira, minhocal!»

Risos do PCP.

O incidente passou, mas o seu significado ominoso permaneceu. O Ministro dava assim — ainda antes da apresentação do Governo perante a Assembleia da República — um sinal inequívoco da sua concepção acerca da independência da comunicação social nacionalizada e da sua intenção de a controlar administrativamente.

Segundo facto:

Ainda não tinham adormecido os ecos da intervenção do Ministro na Assembleia da República na passada quarta-feira, anunciando o propósito de fiscalizar ideologicamente a comunicação social do Estado, e já outro facto surgia à luz do público e de teor idêntico. O Ministro atacava agora a RTP, a pretexto de irregularidades na transmissão dos tempos de antena do Governo referente ao dia 6 no debate que aqui decorre. Mais uma vez o Ministro não se limitava a acusar. Ameaçava que o Governo não poderia «assistir passivamente» às pretensas discriminações antigovernamentais na RTP.

As acusações eram, mais uma vez, infundadas. Não tardou a surgir a resposta devida; mas o Ministro, mais uma vez, ficou silencioso.

Com poucos dias de diferença o Ministro da Comunicação Social permitia-se acusar sem fundamento e ameaçar os dois mais importantes órgãos de comunicação social em Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estas duas atitudes de ingerência descabelada, abusiva do Ministro da Comunicação Social em relação à RDP e à RTP, vêm confirmar flagrantemente as acusações que aqui mesmo dirigimos ao Governo Mota Pinto. Vêm reforçar as nossas preocupações quanto à posição deste Governo de desrespeito pela independência e autonomia da informação, designadamente em relação aos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado. Vêm demonstrar inequivocamente que, tal como afirmámos no período de perguntas ao Governo, um Ministro que desempenhou as funções de director de um jornal privado, propriedade da confederação patronal, não dá garantias de isenção em relação aos órgãos de comunicação públicos.

O Ministro Proença de Carvalho tornou claro que para ele a RDP e a RTP e os jornais do Estado devem ser órgãos do Governo ou departamentos do seu Ministério. Permitiu-se acusar sem fundamento e ameaçar sem pudor. As atitudes em relação à RDP e à RTP traduzem uma inaceitável postura autoritária e prepotente do Governo em relação à informação; apontam para um controlo político da informação através da ameaça e da intimidação; indicam um projecto de policiamento administrativo da informação, que não excluirá o controlo por motivos políticos e ideológicos.

Se o Ministro da Comunicação Social se permite tomar as atitudes que tomou quando ainda o seu Governo não passou na Assembleia da República, de que será ele capaz se porventura o Governo passar?

Uma voz do PCP: — Muito bem!

As insólitas atitudes prepotentes e arbitrárias do Ministro Proença de Carvalho são um retrato de corpo inteiro deste Governo da minoria de direita. De resto, foram tomadas em nome do Governo e, até ao momento, o Primeiro-Ministro não se dessolidari-

zou delas. Ilustram flagrantemente o que significam na boca do Governo os grandes princípios sobre «autoridade», «disciplina» e «hierarquia», bem como sobre o cumprimento da «legalidade democrática» e da promoção do «Estado de direito democrático» ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio ser necessário fazer uma referência também ao modo como o Governo se permitiu tratar as acusações que aqui dirigimos contra o MAP. Na passada quinta-feira o meu camarada Lino Lima fez ao MAP um conjunto de graves acusações, que para qualquer Governo responsável levaram à suspensão imediata do Ministro e a um inquérito à sua actividade. Mas o MAP e o Primeiro-Ministro não responderam uma palavra. Aguardámos que hoje o fizessem. Pura ilusão. O Governo nega-se a dar qualquer resposta àquelas acusações, como se tornou claro pela atrapalhada intervenção do Ministro Vaz Portugal.

Mas eis que hoje à noite, na RTP, à hora de maior audiência, o MAP, que aqui silenciou as acusações, fez ler uma longa nota oficial em que a pretexto de contestar as estatísticas apuradas na III Conferência da Reforma Agrária, realizada há mais de uma semana, lança uma gigantesca campanha ideológica contra a Reforma Agrária, contra as cooperativas e UCPs e contra os trabalhadores, recheada de falsidades ridículas, já várias vezes desmentidas, inclusive aqui hoje pelo meu camarada Vitor Louro. É inqualificável pretender contestar os números da Conferência da Reforma Agrária que dizem respeito apenas à área de cooperativas e UCPs com os números que o MAP se permitiu publicar e que dizem respeito a todo o território agrícola da zona de intervenção. Quer dizer: incapaz de responder aqui na Assembleia da República às acusações que lançámos ao Governo, este permite-se lançar numa inqualificável e intolerável manobra de diversão, fora da Assembleia da República, perante as câmaras surdas e mudas da RTP; liberto do incômodo do direito de contradita e de resposta.

Aplausos do PCP e do Deputado Mendes Godinho (PS).

O Governo deu um triste exemplo do que não é uma conduta democrática não respondendo ao PCP; o Governo fugiu da Assembleia da República; o Governo aumentou, deslealmente, em dez minutos de tempo de antena em plena discussão do Programa do Governo. Emfim, o Governo deu um exemplo flagrante de manipulação da opinião pública e de desrespeito por esta Assembleia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As medidas de censura do Ministro Proença de Carvalho contra a RDP e a RTP, se tomadas por um Governo com plenos poderes, seriam mais do que suficientes para uma moção de desconfiança ao Governo, ou para a demissão daquele Ministro. Como pode então um tal Ministro, e um Governo que o inclui, obter a aprovação desta Assembleia? Já não se trata apenas de aprovar ou rejeitar os propósitos e os projectos do Governo! Trata-se sim de aprovar ou rejeitar os seus actos e as atitudes que o Governo já deu mostras de

cometer. Quem nesta Assembleia pode deixar de rejeitar a prática prepotente e arbitrária do Ministério da Comunicação Social e o Governo que o integra?

Nós, Deputados comunistas, não! Surpreendente seria que algum democrata o fizesse!

Aplausos do PCP e do Sr. Deputado Igrejas Caeiro (PS).

Entretanto assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros para uma intervenção.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Já são vários os Governos que têm vindo a esta Assembleia apresentar os seus programas económicos e agitar por cima da cabeça dos Deputados e do povo a espada que ameaça levar o País à bancarrota, a Nação à perda da sua independência real, o povo à miséria e ao desespero, isto é, o deficit da balança de transações correntes com o estrangeiro.

Bem aventurado deficit, diga-se a verdade, que lhes permite justificar toda a espécie de políticas reaccionárias que há muito desejam aplicar, mas para as quais precisavam da aparente caução do «interesse nacional» que esse tema escaldante sugere.

Este Governo de «compromissos», quando fala do deficit da balança de transações, certamente, do nosso país, deverá saber, evidentemente, do que está a falar. Não me escapam as razões, uma remota outras próximas de tal deficit. Se não vejamos: primeiro, o Governo deverá saber que a política seguida pelo fascismo levou à ruína dos agricultores do Norte e do Centro do País e à permanência do latifúndio no Sul, traduzindo-se uma e outra na estagnação da produção agrícola e na fuga maciça para a emigração; deverá saber que a contrapartida do abandono dos campos são as dezenas de milhões de contos que todos os anos se importam de alimento.

Segundo, o Governo deverá saber que a política seguida pelo fascismo a partir de meados dos anos 60, sob conselho e imposição do Banco Mundial e das companhias petrolíferas estrangeiras, levou à escolha do petróleo como base energética para o funcionamento da indústria e para a produção de electricidade, e isto numa altura em que o petróleo era barato devido ao saque sem limites dos países árabes. Sabe o Governo que isso se paga hoje em milhões de contos de importações de petróleo, porque o preço subiu.

Terceiro, o Governo deverá saber que a estrutura industrial herdada do fascismo é monstruosa: sem um sector produtor dos equipamentos, das máquinas, do material de transporte, adaptados às necessidades do conjunto da economia, sector que as multinacionais impediram de desenvolver; com um sector virado para o mercado interno e produtor de bens de consumo fabricados com matérias-primas industriais importadas (os plásticos, os têxteis artificiais, as montagens de automóveis e de electro-domésticos, etc.); com um sector de exportação de produtos banais baseado nos salários de miséria pagos às mulheres ou então na exploração do campo (os têxteis, o concentrado de tomate, a electrónica, as celuloses, etc.).

Deverá saber o Governo que esta estrutura que o imperialismo aqui montou com a convivência do fascismo tem um preço: é que ao fazer funcionar a economia nacional faz que se importe mais do que se exporte.

Não é novidade para ninguém que toda esta série de factores provocava já durante o fascismo *deficit* comerciais cada vez maiores que eram compensados pelas remessas de emigrantes, pelo turismo e pelo saque das divisas obtidas pelas ex-colónias no seu comércio externo. E este castelo de cartas desmoronou-se quando os países imperialistas (aqueles que agora se dizem nossos amigos) tornaram cada vez mais caras as máquinas que nos vendiam, quando os americanos fizeram subir duas e três vezes o preço do milho, do trigo e da soja que importávamos e quando o petróleo subiu de preço. A partir daí os *deficit* da balança comercial se traduziram em *deficit* cada vez maiores da balança de transacções correntes, situação que já caracterizava o antes do 25 de Abril.

O Governo deverá saber que, além destas razões de estrutura, existem outras mais próximas de nós que ajudam a explicar tal *deficit*. Deverá saber que a desvalorização do escudo no início de 1977 levou os capitalistas que puderam a um aumento brutal das importações realizadas com o objectivo de acumular stocks para fins especulativos. E foram mais alguns milhões de contos de aumentos de tal *deficit*; deverá saber que existe uma enorme fuga de capitais e uma retenção de capitais no estrangeiro que se manifestam quer sob a forma de sub e sobrefacturação das exportações e importações quer sob a forma de adiamento da transferência para Portugal de divisas recebidas em troca das exportações.

E, se isto não bastasse, o Governo deverá saber ainda que, a juntar-se ao *deficit* das transacções correntes, estão os juros e as amortizações de dívidas ao estrangeiro já contraídas, dívidas que ainda vêm do regime fascista, contraídas em parte para financiar a guerra colonial; dívidas deixadas pelos monopolistas nas suas empresas, hoje nacionalizadas e que o Estado tem vindo a pagar, dívidas que foram contraídas desde 1976 junto de bancos estrangeiros, e, a curto prazo, para financiar os *deficit* da balança de pagamentos, que obviamente só poderiam ser suprimidos a médio prazo. Dívidas que são uma forma moderna de usura.

E é esta máquina complexa que fabrica a tal espada que nos agitam há anos por cima da cabeça: o *deficit*.

Mas o que é espantoso é que o PSD diante desta máquina criada pelo imperialismo ainda venha submissamente diante dele dizer que a culpa é nossa, nossa dos trabalhadores, nossa da democracia portuguesa.

Mas para esgrimir com tal adversário o IV Governo abandona à partida várias armas. Em primeiro lugar, não regateia o pagamento da dívida externa. Não ousa levantar a voz, ameaçar, explorar as fraquezas e dívidas do adversário. Prepara-se para contrair cada vez mais dívidas para pagar pontualmente as dívidas anteriores. Treme perante o mau humor dos credores internacionais. Porque este Governo, isolado da grande massa do povo, está suspenso no campo económico pelos favores de alguns países imperialistas.

Em segundo lugar, não pode atacar directa e frontalmente a fuga de capitais (que é a outra face da abundância de capitais expressos em escudos, não utilizados para fins produtivos) e a acumulação de stocks importados com fins especulativos. Não pode porque o grande capital não quer.

Apenas seguirá a política de taxas de juro altas para ver se atrai capitais e torna mais cara a especulação. E o Governo sabe que essa política de altas taxas de juros vai e já está a provocar a falência de centenas de empresas.

Por outro lado, não pode contar com a mobilização dos assalariados rurais do Sul para aumentar a produção agrícola, nem com o campesinato do Norte, a quem olha com desprezo, porque o acha indigno de entrar para o Mercado Comum e assim só pode olhar na sua política agrícola para os intermediários, para os retornados ricos ou para os proprietários abastados e os grandes agrários, agentes quer da expulsão desses camponeses da terra quer de desemprego no Alentejo.

Além disso, o Governo não pode levar a cabo nenhuma reorganização profunda e articulada do aparelho industrial do País. Apenas pode esperar receber de braços abertos as fábricas e fabriquetas que o Mercado Comum achar por bem colocar no Sul da Europa.

Por último, o Governo não pode proteger um esforço sério de desenvolvimento industrial porque os credores internacionais exigem que o País esteja de boca escancarada para ingerir os produtos estrangeiros importados.

Sem estas armas, como pretende o Governo atacar o *deficit*?

Uma das soluções que já temos vindo a denunciar nesta Assembleia é o povo apertar mais o cinto, para que consumindo ainda menos se importe menos e se torne possível aumentar os produtos para exportação. Tal política tem um preço: contenção de salários, aumento dos despedimentos, contratos a prazo, restrições, na prática e na lei, das liberdades e direitos sindicais.

Mas nesta intervenção de hoje queria falar de uma outra solução que constitui conjuntamente com a anterior a espinha dorsal da política económica do Governo: pedir o auxílio dos monopolistas exilados; pedir-lhes que emprestem ao País uma parte mesmo pequena das dezenas de milhões de contos que fizeram sair do País ao longo dos anos; pedir-lhes para obtenham as boas graças dos banqueiros estrangeiros seus associados, a fim de arranjar um certificado de bom comportamento antes de ir negociar com o FMI a nova onda de empréstimos.

E, escrupulosamente, o Governo no seu Programa responde a várias exigências dos monopolistas: regulamentando ou revendo a Lei das Indemnizações por forma que os monopolistas as possam utilizar sem entraves para a expansão rápida dos seus impérios, antes mesmo de as receberem. Embora não diga nada sobre o inicio real do pagamento das indemnizações, seguramente à espera que os grandes monopolistas se decidam se as querem receber já ou somente após a revisão da Constituição; regulamentando a constituição das sociedades financeiras para permitir aos monopolistas adquirir a pataco as empresas em crise, mas com futuro; para lhes permitir acenar com empréstimos estrangeiros às empresas que lhes interessem e que estejam em dificuldades com os juros altos

e os cortes de crédito, e ainda para os monopolistas poderem emprestar dinheiro estrangeiro às empresas públicas e assim controlá-las melhor. Hoje a MDM, ligada aos Melos, mostra já em embrião qual é a actuação das sociedades financeiras, tomando posições em grandes empresas têxteis, de confecções, de óleos, de produção de armamentos, de metalomecânica, etc.; revendo as leis de trabalho por forma a tornar mais fácil despedir trabalhadores, contratar outros a prazo, conter salários e assim obter rapidamente lucros nas empresas que controlam; garantindo que uma parte maior da capacidade do crédito bancário nacional, das despesas para investimento do Estado, dos subsídios, bonificações e garantias estatais se vão dirigir ao apoio às iniciativas privadas do grande capital e do estrangeiro, particularmente às orientadas para a exportação. E garantindo que o Estado vá gastar menos com tudo o que não é directamente apoio ao investimento; garantindo ainda maiores facilidades aos capitais estrangeiros para que estes invistam sozinhos ou para que se sintam estimulados a associar-se aos monopolistas portugueses na corrida à compra de empresas com futuro, mas que hoje o próprio Governo lança em dificuldades; promovendo um enquadramento legal que torne possível, com base nas iniciativas do grande capital, animar o mercado financeiro onde se tornem possíveis ganhos especulativos que atraiam os capitalistas que não sabem o que fazer dos capitais.

O Governo pede auxílio aos monopolistas e aos investidores estrangeiros para poder aumentar o seu poder de negociação junto do FMI, a fim de que este tenha mais em conta as necessidades da burguesia portuguesa de reorganizar parcialmente a sua grande indústria, antes de aderir ao Mercado Comum, ou seja, pôr o FMI mais comprehensivo na política de austeridade que irá continuar a impor.

O Governo sorri ao imaginar o impacte que causará ao chegar a Washington, ao lado, por exemplo, de monopolistas que solícitos apresentarão ao FMI cartões de visita com recomendações dos seus novos sócios em Portugal: o maior banco alemão e um dos maiores bancos americanos.

Mas o Governo sabe bem que os monopolistas não vão trazer para Portugal o dinheiro que fizeram fugir. Sabe que, quando muito, emprestarão uma pequena parte com juros políticos e sociais enormes e meterão uma «cunha» ao FMI para defesa dos seus próprios interesses.

Sabe muito bem o Governo que as seis ou sete cedências aos monopolistas e ao grande capital que anuncia no seu Programa não são as últimas que o povo teria de pagar para descanso e tranquilidade do grande capital. O Governo sabe que a batalha em que o grande capital está envolvido diz respeito a outras e ainda mais graves concessões, tais como a preparação da revisão, rápida e profunda, da Constituição, para poder instituir o regime de fachada democrática e de pulso de ferro que permita ao grande capital assegurar o seu domínio incontestado sobre o povo. O Governo sabe-o bem pela simples razão de que o seu Programa faz já parte, como o anterior, de um plano mais vasto dirigido precisamente para esse objectivo que é a alteração do regime político previsto na Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mostrou o Governo um certo optimismo em conseguir reduzir o *deficit* da balança de transacções correntes. Todos estamos de acordo quanto à necessidade de combater o gravíssimo *deficit* dessa balança. Só que tudo depende da forma como abordamos esse problema. Para o Governo, como vimos, essa redução será feita à custa de mais e mais sacrifícios para quem trabalha, deixando o País ainda mais amarrado ao imperialismo, enriquecendo os monopolistas portugueses.

Para a UDP um tal problema só pode ser resolvido numa atitude corajosa e frontal diante do imperialismo, apoindo-nos na força dos trabalhadores e nas alavancas que foi possível erguer com o 25 de Abril, a Reforma Agrária, as nacionalizações e a Constituição da República.

Foi, pois, essa política de corajoso patriotismo que os trabalhadores votaram repetidamente. É por essa política que os trabalhadores se continuam a bater todos os dias e o têm exemplarmente demonstrado em grandiosas manifestações de norte a sul do País. É com essa política que levantaremos a pátria livre e socialista para onde aponta a nossa Constituição.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o último orador inscrito para esta sessão é o nosso colega Aires Rodrigues, a quem concedo a palavra.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cada um escolhe o seu campo. Foi assim em todas as revoluções ao longo da história. É assim hoje na revolução portuguesa.

Mas em cada revolução há momentos em que os campos se estremam: de um lado a revolução e de outro a contra-revolução. A revolução portuguesa atravessa um desses momentos.

O povo português, os trabalhadores portugueses, tem disso uma consciência clara.

No entanto, as coisas são simples. O povo e os trabalhadores sabem que aqueles que foram responsáveis ou colaboraram com o seu esmagamento durante cinquenta anos, aqueles que fizeram parte do pessoal político do aparelho de Estado fascista, não mudaram de natureza. Eles prosseguem os mesmos objectivos de outrora. E prosseguem-nos pelos meios que lhes são próprios, os meios próprios dos que, sendo minoria, querem esmagar os interesses e as aspirações mais legítimas da maioria, pela coacção, pelo terror, pela violência.

O povo trabalhador não tem dúvidas sobre este Governo!

O povo da cidade e dos campos que em três eleições sucessivas derrotou as forças do passado, o PPD/PSD e o CDS, votando no PS e no PCP, sabe que este Governo de figuras do antigo regime se destina a desencadear uma ofensiva de guerra contra os trabalhadores e o povo português.

As declarações dos seus responsáveis e os primeiros actos deste Governo não deixam lugar para dúvidas.

O defunto Gabinete Nobre da Costa significava o defraudar dos resultados eleitorais e em particular o rasgar do voto dos socialistas.

Este Governo é isso mesmo, acrescido dos objectivos de expulsar pela violência os trabalhadores de

todas as posições sociais e políticas ocupadas depois do 25 de Abril.

E o principal objectivo é, fazendo capitular o PS, expulsar os trabalhadores de uma praça forte que eles próprios construíram de norte a sul do País, ao preço dos maiores sacrifícios.

O povo deste país comprehende claramente o significado político do comunicado do Governo a propósito da RTP. De ora avante, nenhum inscrito no PS ocupará uma posição dirigente. Na televisão como por toda a parte, a nível nacional como regional, os postos-chave serão ocupados por homens do antigo regime ou a ele ligados.

Mas os militantes que construíram o PS num combate denodado nos últimos quatro anos, o povo das cidades e dos campos que votou no PS, não o fizeram para que os destinos do País fossem de novo entregues àqueles que durante cinquenta anos exploraram e oprimiram o povo português.

Os militantes socialistas, os votantes socialistas não aceitariam que o PS, abstendo-se, entregue o País às forças minoritárias da contra-revolução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os trabalhadores portugueses têm uma grande experiência e maturidade política, adquirida ao longo destes quase cinco anos de revolução e materializada nas suas conquistas sociais, políticas e de organização.

Desiluda-se o actual Governo, desiluda-se o Sr. General Ramalho Eanes, desiludam-se aqueles que estão dispostos a fazer respeitar a disciplina do Sr. General se pensam que a passagem deste Governo determina o esmagamento dos trabalhadores portugueses.

A revolução portuguesa tem raízes profundas e a classe trabalhadora portuguesa é a sua força.

Nenhum trabalhador, nenhum militante que se coloque no terreno do socialismo é favorável à política do quanto pior melhor!

Por isso hoje todos se batem para evitar que este Governo passe, para evitar que passe uma máquina de guerra contra eles. Mas o seu julgamento será implacável para todos quantos, no lugar que lhes foi confiado, a Assembleia da República, deixarem passar o actual Governo.

Uma nova fase, de consequências imprevisíveis, abrir-se-á inevitavelmente na revolução portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As coisas são simples, apenas as complicam aqueles que, falando em nome de um campo, querem fazer a política do campo contrário.

Para os trabalhadores portugueses as coisas são simples, o seu campo está delimitado e é o campo de rejeição deste Governo.

Nenhuma falsa promessa, nenhuma pseudogarantia camuflará aos olhos do povo a realidade deste Governo.

O Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos, Jacinto Nunes, fez nesta Assembleia uma alocução recheada de «promessas» ao trabalhadores, de «garantias» à democracia e às liberdades, numa linguagem destinada a fabricar uma imagem diferente para este Governo!

Desiluda-se, no entanto, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, desiluda-se o Governo, desiludam-se aqueles que julgaram poder, após esta intervenção, aliviar a sua consciência.

O povo que lá fora tomou conhecimento de todas estas promessas e garantias não deixou de se colocar, com um misto de indignação e desprezo, a seguinte pergunta: «Que promessas não terá feito, que garantias não terá dado o Prof. Jacinto Nunes a Salazar para ter estado vários anos como Secretário de Estado num Governo seu e vinte anos como governador do Banco de Portugal?»

Nenhuma pírueta de última hora, como a agora dada pelo PPD/PSD, passando do apoio entusiástico a uma eventual abstenção, permite mudar a natureza e o conteúdo deste Governo.

Não é fácil transformar o chumbo em ouro!

Deputados do Partido Socialista, este Governo, com as forças que na realidade o sustentam, encetou já a campanha para a liquidação do PS como primeiro passo para a liquidação de todas as conquistas da revolução de Abril.

As primeiras acções do actual Governo contra os órgãos de informação RTP e RDP, as revelações «sensacionalistas» de Freitas do Amaral, tal como a posição de última hora do PPD/PSD, são parte integrante dessa campanha.

Mas, Deputados do Partido Socialista, está nas vossas mãos a possibilidade de cortar cerce as bases dessa campanha, de responder às aspirações que em todos depositam aqueles que vos elegeram tendo em conta as posições assumidas ao longo das campanhas eleitorais, está nas vossas mãos não abandonarem os trabalhadores dos Cabos Ávila, onde cinquenta de entre eles, na sua maioria socialistas, foram encerrados pela entidade patronal numa sala, fora dos seus postos de trabalho, esperando o despedimento como quem espera numa antecâmara a sentença de morte!

São muitos, por este país fora, os casos dos Cabos Ávila, da Facar e dos Papéis Vouga.

Deputados do Partido Socialista, nenhum de nós foi eleito para esta Assembleia para deixar passar, pelas suas mãos, um Governo de guerra aberta ao povo, aos trabalhadores portugueses, às liberdades.

Nenhum argumento pode justificar uma tal decisão.

Mário Soares afirmou no debate do Programa do III Governo que «o argumento do mal menor tem servido de base a todas as capitulações ao longo da história».

É verdade, Srs. Deputados. Seria uma grave capitulação deixar passar um Governo que na realidade não seria um mal menor, mas o pior dos males. E o pior dos males porque, sendo um Governo de guerra aos trabalhadores, não passaria graças às forças sociais e políticas que constituem a sua base mas porque os Deputados socialistas, que receberam dos trabalhadores um mandato claro e sem ambiguidades, o deixariam passar.

O povo e os trabalhadores não lhes perdoariam, o veredito popular seria implacável.

Deputados do PS que se reclamam da defesa da saúde do povo português, será compatível a defesa da saúde da população portuguesa com a passagem deste Governo, um Governo que aumentará necessariamente as verbas previstas para indemnizações a capitalistas e latifundiários, para as despesas improdutivas, em detrimento das verbas para o sector da saúde e assistência?

Deputados do PS, votem de acordo com a vossa consciência!

Aos Deputados do PS, que se reclamam da defesa da autogestão e de um projecto autogestionário, eu pergunto: qual o futuro dos milhares de trabalhadores das empresas autogeridas com a passagem deste Governo?

Será possível a defesa dos interesses desses milhares de trabalhadores, do seu futuro, com a passagem deste Governo?

Deputados do PS, uma vez mais vos aconselho: votem de acordo com a vossa consciência!

Há uma escolha colectiva, mas há também uma escolha individual.

E termino como iniciei a minha intervenção, dizendo que cada qual pode escolher o seu campo. Pela minha parte, tal como a Deputada Carmelinda Pereira, na ausência de moção de rejeição apresentada pelo PS, votarei a moção de rejeição do PCP, embora saiba que a direcção do PCP tem uma pesada responsabilidade na actual situação.

Sabemos isso. Mas hoje, face à reacção salazarista, o dever de cada um está claramente traçado e é o de dizer não ao Governo Eanes/Mota Pinto.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Para fazer um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, terminaram as inscrições, terminou o debate propriamente dito, mas aos cidadãos que fora desta Assembleia seguiram este debate uma pergunta certamente surge: «E onde está o Governo?»

Na realidade, ao longo de todas estas horas não se ouviu a voz do Governo, e não é porque cá não esteja representado.

De facto, o Primeiro-Ministro não pôs cá os pés depois do intervalo para o jantar, dos quinze Ministros só cá estão cinco e dos Secretários de Estado não está cá nenhum, mas entendemos que cinco Ministros são suficientes para poderem responder às perguntas que foram postas — a maioria das quais não obteve resposta —, às acusações que foram formuladas — e a maior parte das quais não foi contestada —, aos ataques que foram dirigidos ao Governo — e que em nenhum caso foram protestados.

Ocorre, pois, perguntar: onde está o Governo? Ou será que o Governo se guardou para responder a todas as perguntas formuladas pela Assembleia para a última intervenção do Primeiro-Ministro, quando os Deputados já não tiverem direito de resposta?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, cabe perguntar: se este Governo nem sequer é capaz, ou quer, ou sabe responder às perguntas postas pelos Deputados, como é que pode pretender querer, poder ou saber responder aos problemas do País?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Resumindo, como é que este Governo pode passar?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como mais ninguém pede a palavra — não vejo daqui os membros do Governo, mas suponho que também nenhum deles solicitou a palavra —, dou por terminados os nossos trabalhos de hoje.

E anões, porém, informo os prezados colegas de que a sessão de amanhã tem início às 14 horas.

Está encerrada a sessão.

Era 1 hora e 10 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão

Partido Socialista (PS)

Agostinho Martins do Vale.

Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.

Alberto Marques Antunes.

Amadeu da Silva Cruz.

António Cândido Miranda Macedo.

António Francisco Barroso Sousa Gomes.

António José Pinheiro da Silva.

António José Sanches Esteves.

António Magalhães da Silva.

Armando F. C. Pereira Bacelar.

Armando dos Santos Lopes.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Beatriz Almeida Cal Brandão.

Carlos Alberto Andrade Neves.

Carlos Cardoso Lage.

Carlos Justino Luís Cordeiro.

Fernando Jaime Pereira de Almeida.

Florival da Silva Nobre.

Francisco de Almeida Salgado Zenha.

Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.

Jerónimo da Silva Pereira.

João Francisco Ludovico da Costa.

João Joaquim Gomes.

Joaquim José Catanho de Meneses.

Joaquim Oliveira Rodrigues.

Joaquim Sousa Gomes Carneiro.

Jorge Augusto Barroso Coutinho.

José Cândido Rodrigues Pimenta.

José dos Santos Francisco Vidal.

José Ferreira Dionísio.

José Manuel Niza Antunes Mendes.

José Maria Parente Mendes Godinho.

José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.

Luis Abílio da Conceição Cacito.

Luis José Godinho Cid.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel Francisco Costa.

Manuel Pereira Dias.

Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.

Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.

Mário Alberto Nobre Lopes Soares.

Mário Manuel Cal Brandão.

Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.

Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

Sérgio Augusto Nunes Simões.

Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Américo de Sequeira.
 Antídio das Neves Costa.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Armando António Correia.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 João José dos Santos Rocha.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Olívio da Silva França.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Francisco António Lucas Pires.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 José Cunha Simões.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Victor António Nunes de Sá Machado.

Partido Comunista Português (PCP)

António Marques Pedrosa.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.

Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Socialista (PS)**

Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Fernandes da Fonseca.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Dieter Dellingen.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 João da Silva.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Telmo Ferreira Neto.

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Álcino Cardoso.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 Luís Anibal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Nuno Krus Abecasis.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Joaquim Gomes dos Santos.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Raul Luís Rodrigues.

Independentes

Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos.*

PREÇO DESTE NÚMERO 32\$00
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA